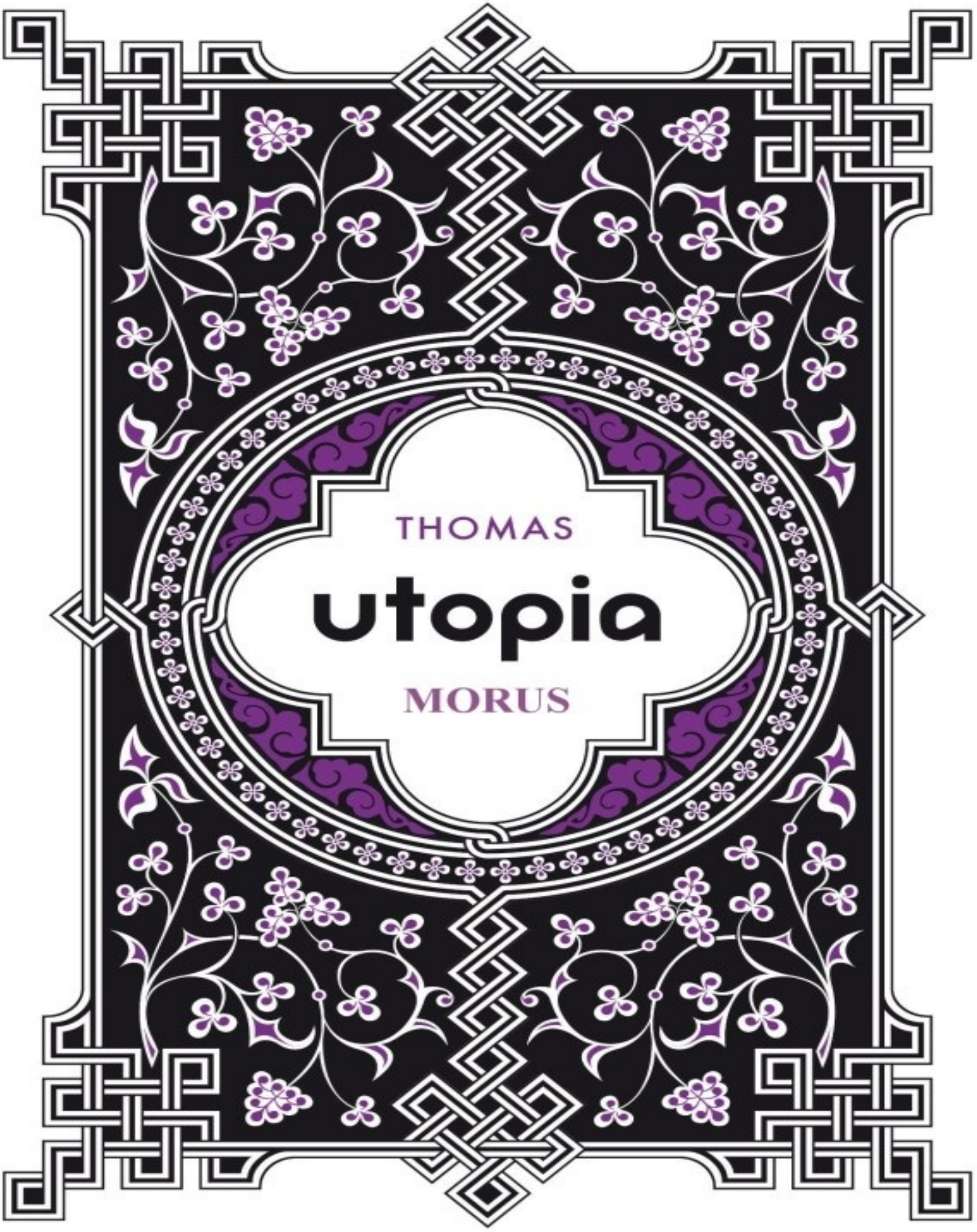

THOMAS
utopia
MORUS

Utopia

“de optimo statu reipublicae
deque nova insula Utopia”


Amaurotū vibs.
Fons Anydri.
Ostium anydri
Hythlodaeus.

Utopia
THOMAS MORUS

Edição
Ridendo Castigat Mores

Fonte Digital
www.jahr.org

“Todas as obras são de acesso gratuito. Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.”
Nélson Jahr Garcia (1947-2002)

Autor e Sua Obra: Thomas Morus

Sir **Thomas More**, por vezes latinizado em **Thomas Morus** ou aportuguesado em **Tomás Morus** (Londres, 7 de Fevereiro de 1478 — Londres, 6 de Julho de 1535) foi homem de estado, diplomata, escritor, advogado e homem de leis, ocupou vários cargos públicos, e em especial, de 1529 a 1532, o cargo de "Lord Chancellor" (Chanceler do Reino – o primeiro leigo em vários séculos) de Henrique VIII da Inglaterra. É geralmente considerado como um dos grandes humanistas do Renascimento. Foi canonizado como santo da Igreja Católica em 19 de Maio de 1935.

"De família não célebre, mas honesta"

Thomas More chegou a se auto descrever como "de família honrada, sem ser célebre, e um tanto entendido em letras". Era filho do juiz Sir John More, investido cavaleiro por Eduardo IV, e de Agnes Graunger. Casou-se com Jane Colt em 1505, em primeiras núpcias, tendo tido como filhos: Margaret, Elizabeth, Cecily e John. Jane morreu em1511 e Thomas More casou-se em segundas núpcias com Lady Alice Middleton. More era homem de muito bom humor, caseiro e dedicado à família, muito próximo e amigo dos filhos. Dele se disse que era amigo de seus amigos, entre os quais se encontravam os mais destacados humanistas de seu tempo, como Erasmo de Rotterdam e Luis Vives.

Deu aos filhos uma educação excepcional e avançada para a época, não discriminando a educação dos filhos e das filhas. A todos indistintamente fez estudar latim, grego, lógica, astronomia, medicina, matemática e teologia. Sobre esta família escreveu Erasmo: "Verdadeiramente, é uma felicidade conviver com eles."

Fez carreira como advogado respeitado, honrado e competente e exerceu por algum tempo a cátedra universitária. Em 1504, fazia parte da Câmara dos Comuns da qual foi eleito *Speaker* (ou presidente), tendo ganho fama de parlamentar combativo. Em 1510, foi nomeado *Under-Sheriff* de Londres, no ano seguinte juiz membro da *Commission of Peace*. Entrou para a corte de Henrique VII em 1520, foi várias vezes embaixador do rei e tornou-

se cavaleiro (*Knight*) em 1521. Foi nomeado vice-tesoureiro e depois Chanceler do Ducado de Lancaster e, a seguir, Chanceler da Inglaterra.

A sua obra mais famosa é "Utopia" (1516) (em grego, *utopos* = "em lugar nenhum") . Neste livro criou uma ilha-reino imaginária que alguns autores modernos viram como uma proposta idealizada de Estado e outros como sátira da Europa do século XVI. Um dos aspectos desta obra de More é que ela recorreu à alegoria (como no Diálogo do conforto, ostensivamente uma conversa entre tio e sobrinho) ou está altamente estilizada, ou ambos, o que lhe abre um largo campo interpretativo.

Como intelectual, ele foi inicialmente um humanista no sentido consensual do termo. Latinista, escreveu uma "História de Ricardo III" em texto bilíngüe latim-inglês, em que Shakespeare, mais tarde se basearia para escrever a peça de igual nome. Foi um grande amigo de Erasmo de Roterdão que lhe dedicou o seu *"In Praise of Folly"* (a palavra "folly" equivale à "moria" em grego).

Era um leitor das obras de Santo Agostinho e traduziu para o vernáculo "A Vida de Pico della Mirandolla", obras que exerceram sobre ele grande influência. Escolheu John Colet, sacerdote, como diretor espiritual, que lhe estabeleceu um plano intenso de práticas pietistas.

De Morus teria dito Erasmo: *"É um homem que vive com esmero a verdadeira piedade, sem a menor ponta de superstição. Tem horas fixas em que dirige a Deus suas orações, não com frases feitas, mas nascidas do mais profundo do coração. Quando conversa com os amigos sobre a vida futura, vê-se que fala com sinceridade e com as melhores esperanças. E assim é More também na Corte. Isto, para os que pensam que só há cristãos nos mosteiros."*

O divórcio de Henrique VIII

Thomas Wolsey, Arcebispo de York, não foi bem sucedido na sua tentativa de conseguir o divórcio e anulação do casamento do rei com Catarina de Aragão como Henrique VIII de Inglaterra pretendia e foi forçado a demitir-se em 1529. More foi nomeado chanceler em sua substituição, sendo evidente que Henrique ainda não se tinha apercebido da rectidão de caráter de More nesta matéria.

A sua chancelaria (1529-32) distinguiu-se pela sua exemplaridade, tratando pessoalmente, de todos os litígios existentes, até mesmo os herdados, sendo extremamente eficiente, imparcial e justo em suas decisões.

Sendo profundo conhecedor de teologia e do direito canónico e homem religioso – ao ponto de se mortificar por Deus – usava por baixo das roupas uma camisa cilício – More via no anulamento do sacramento do casamento uma matéria da jurisdição do papado, e a posição do Papa Clemente VII era claramente contra o divórcio em razão da doutrina sobre a indissolubilidade do matrimônio. Contrário às Reformas Protestantes então já efetuadas e percebendo que na Inglaterra poderia acontecer o mesmo (devido às questões pessoais do soberano que conduziram à crise político-diplomática com Roma), More – apoiador das decisões da Santa Sé e arraigadamente católico – deixa seu cargo de Lord Chancellor do rei em 16 de maio de 1532, provocando desconfiança na Corte e em Henrique VIII particularmente.

A reacção de Henrique VIII foi atribuir-se a si mesmo a liderança da Igreja em Inglaterra sendo o sacerdócio obrigado a um juramento ao abrigo do Acto de Supremacia que consagrava o soberano como chefe supremo da Igreja.

More escapara, entretanto, a uma tentativa de o implicar numa conspiração. Em 1534, o Parlamento promulgou o "Decreto da Sucessão" (*Succession Act*), que incluía um juramento reconhecendo a legitimidade de qualquer criança nascida do casamento de Henrique VIII com Ana Bolena, e repudiando "qualquer autoridade estrangeira, príncipe ou potentado". Tal como no juramento de supremacia, este apenas foi exigido àqueles especificamente chamados a fazê-lo, por outras palavras, a todos os funcionários públicos e àqueles suspeitos de não apoiarem Henrique.

Martírio

More foi convocado, excepcionalmente, para fazer o juramento em 17 de abril de 1534, e, perante sua recusa, foi preso na Torre de Londres, juntamente com o Cardeal e Bispo de Rochester John Fisher, tendo ali escrito o *"Dialogue of Comfort against Tribulation"* (Diálogo de Conforto contra a Tribulação). A sua decisão foi manter o silêncio sobre o assunto. Pressionado pelo rei e por amigos da corte, More decidiu não enumerar as razões pelas quais não prestaria o juramento.

Inconformado com o silêncio de More, o rei determinou o seu julgamento, sendo condenado à morte, e posteriormente executado em Tower Hill a 6 de Julho. Nem no cárcere nem na hora da execução perdeu a serenidade e o bom humor e, diante das próprias dificuldades reagia com ironia.

Pela sentença o réu era condenado "a ser suspenso pelo pescoço" e cair em terra ainda vivo. Depois seria esquartejado e decapitado. Em atenção à importância do condenado, o rei, "por clemência", reduziu a pena a "simples decapitação". Ao tomar conhecimento disto, Tomás comentou: *"Não permita Deus que o rei tenha semelhantes clemências com os meus amigos."* No momento da execução suplicou aos presentes que orassem pelo monarca e disse que *"morria como bom servidor do rei, mas de Deus primeiro."*

A sua cabeça foi exposta na ponte de Londres durante um mês, foi posteriormente recolhida por sua filha, Margaret Roper. A execução de Thomas More na Torre de Londres, no dia 6 de julho de 1535 "antes das nove horas", ordenada por Henrique VIII, foi considerada uma das mais graves e injustas sentenças aplicadas pelo Estado contra um homem de honra, consequência de uma atitude despótica e de vingança pessoal do rei. Ele está sepultando na Capela Real de São Pedro ad Vincula.

Sua trágica morte – condenado a pena capital por se negar a reconhecer Henrique VIII como cabeça da Igreja da Inglaterra, é considerada pela Igreja Católica como modelo de fidelidade à Igreja é à própria consciência, e representa a luta da liberdade individual contra o poder arbitrário.

Devido à sua retidão e exemplo de vida cristã, foi reconhecido como mártir, declarado beato em 29 de dezembro de 1886 por decreto do Papa Leão XIII e canonizado, conjuntamente com São João Fisher em 19 de maio de 1935 pelo Papa Pio XI. O seu dia festivo é 22 de Junho.

Deixou vários escritos de profunda espiritualidade e de defesa do magistério da Igreja. Em 1557, seu genro, William Roper, escreveu sua primeira biografia. Desde a sua beatificação e posterior canonização publicaram-se muitas outras.

"Esta harmonia do natural com o sobrenatural é talvez o elemento que melhor define a personalidade do grande estadista inglês: viveu a sua intensa vida pública com humildade simples, caracterizada pelo proverbial «bom

humor» que sempre manteve, mesmo na iminência da morte.

Esta foi a meta a que o levou a sua paixão pela verdade. O homem não pode separar-se de Deus, nem a política da moral: eis a luz que iluminou a sua consciência. Como disse uma vez, "o homem é criatura de Deus, e por isso os direitos humanos têm a sua origem n'Ele, baseiam-se no desígnio da criação e entram no plano da Redenção. Poder-se-ia dizer, com uma expressão audaz, que os direitos do homem são também direitos de Deus" (Discurso, 7 de abril de 1998).

É precisamente na defesa dos direitos da consciência que brilha com luz mais intensa o exemplo de Tomás More. Pode-se dizer que viveu de modo singular o valor de uma consciência moral que é "testemunho do próprio Deus, cuja voz e juízo penetram no íntimo do homem até às raízes da sua alma" (Carta enc. Veritatis splendor, 58), embora, no âmbito da acção contra os hereges, tenha sofrido dos limites da cultura de então."

Sobre a obra

De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia (em português, Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia) ou simplesmente **Utopia** (1516). Escrito em latim, foi sua principal obra literária. O título tornou-se sinônimo de projeto irrealizável; fantasia; delírio; quimera; lugar que não existe, dando uso mais amplo do então neologismo "utopia".

Fonte: http://pt.wikipedia.org/

A UTOPIA

DISCURSO
DO MUITO EXCELENTE HOMEM
RAFAEL HITLODEU
SOBRE A MELHOR CONSTITUIÇÃO DE UMA REPÚBLICA
PELO
ILUSTRE
THOMAS MORUS
VISCONDE E CIDADÃO DE LONDRES
NOBRE CIDADE DA INGLATERRA

LIVRO PRIMEIRO

O invencível rei da Inglaterra, Henrique, oitavo do nome, príncipe de um gênio raro e superior, teve, não faz muito tempo, uma querela de certa importância com o sereníssimo Carlos, príncipe de Castela. Eu fui, então, enviado às Flandres, como parlamentar, com a missão de tratar e resolver essa questão.

Tinha por companheiro e colega, o incomparável Cuthbert Tunstall, a quem o rei confiara a chancela do arcebispado de Cantuária, com os aplausos de todos.

Nada direi, aqui, em seu louvor. Não por temer que se acuse a minha amizade de adulação; porém, a sua doutrina e as suas virtudes estão acima dos meus elogios, e sua reputação é tão brilhante que celebrar o seu mérito seria, como diz o provérbio, chover no molhado.

Encontramos em Bruges, lugar fixado para a conferência, os delegados do príncipe Carlos, todos personagens distintíssimos. O governador de Bruges era o chefe e o cabeça dessa deputação, e Jorge de Tomásia, preboste de Mont-Cassel, era a boca e o coração. Este homem, que deve sua eloquência, menos ainda à arte que à natureza, passava por um dos mais sábios jurisconsultos em questões de Estado; e sua capacidade pessoal; aliada a longa prática dos negócios, fazia dele um habilíssimo diplomata.

A conferência já realizara duas sessões e não pudera ainda concordar sobre muitos artigos. Os enviados de Espanha despediram-se, então de nós, para ir a Bruxelas consultar o príncipe. Aproveitei esse lazer e rendí-me a Antuérpia.

Durante a minha estada nesta cidade conheci muita gente; mas nenhuma relação me foi mais agradável que a de Pedro Gil, antuerpiense de uma grande integridade. Este moço, que desfruta de honrosa posição entre os seus concidadãos, merece, realmente, uma das mais elevadas, já pelos seus

conhecimentos, já por sua moralidade, pois, a erudição que possui iguala à qualidade do caráter. Sua alma está aberta a todos; mas nutre por seus amigos tanta benevolência, amor, fidelidade e devotamento que poder-se-ia qualificá-lo, muito justamente, como o perfeito modelo da amizade. Modesto e sem fingimentos, simples e prudente, sabe falar com espírito, e seu gracejo não é nunca uma injúria. Em suma, a intimidade que se estabeleceu entre nós foi tão cheia de prazer e encanto, que suavizou em mim a saudade da pátria, do lar, de minha mulher, de meus filhos, e acalmou as inquietações de uma ausência de mais de quatro meses.

Um dia, estava eu na Notre-Dame, igreja da grande devoção do povo, e uma das obras primas mais belas da arquitetura; depois de ter assistido ao ofício divino, dispunha-me a voltar para o hotel, quando, de repente, dou de cara com Pedro Gil, que conversava com um estrangeiro já idoso. A tez trigueira do desconhecido, sua longa barba, a capa, quase a cair-lhe, negligentemente, sua aparência e aspecto revelavam um patrão de navio.

Logo que Pedro deu comigo, aproximou-se, e, saudando-me, afastou-se um pouco de seu interlocutor que iniciava uma resposta, e, a propósito deste, me disse:

– Vede este homem, pois bem, ia levá-lo diretamente à vossa casa.

– Meu amigo, respondi-lhe, por vossa causa, ele seria benvindo.

– É mesmo por causa dele, replicou Pedro, se o conhecêsseis. Não há sobre a terra outro ser vivo que possa vos dar detalhes tão completos e tão interessantes sobre os homens e os países desconhecidos. Ora, eu sei que sois excessivamente curioso por essa espécie de notícias.

– Não tinha adivinhado muito mal, disse eu, então, pois que, logo à primeira vista, tomei o desconhecido por um patrão de navio.

– Enganai-vos estranhamente; ele navegou, é certo; mas não como Palinuro.

Navegou como Ulisses, e até mesmo como Platão. Escutai sua história: Rafael Hitiodeu (o primeiro destes nomes é o de sua família) conhece bastante bem o latim e domina o grego com perfeição. O estudo da filosofia ao qual se

devotou exclusivamente, fe-lo cultivar a língua de Atenas de preferência à de Roma. E, por isso, sobre assuntos de alguma importância, só vos citará passagens de Sêneca e de Cícero. Portugal é o seu país. Jovem ainda, abandonou seu cabedal aos irmãos; e, devorado pela paixão de correr mundo, amarrou-se à pessoa e à fortuna de Américo Vespúcio. Não deixou por um só instante este grande navegador, durante as três das quatro últimas viagens, cuja narrativa se lê hoje em todo o mundo. Porém, não voltou para a Europa com ele.

Américo, cedendo aos seus insistentes pedidos, lhe concedeu fazer parte dos VINTE E QUATRO ficaram nos confins da NOVA-CASTELA. Foi, então, conforme seu desejo, largado nessa margem; pois, o nosso homem não teme a morte em terra estrangeira; pouco se lhe dá a honra de apodrecer numa sepultura; e gosta de repetir este apotegma:

O CADÁVER SEM SEPULTURA TEM O CÉU POR MORTALHA; HÁ POR TODA A PARTE CAMINHO PARA CHEGAR A DEUS.

Este caráter aventureiro podia ter-lhe sido fatal, se a Providência divina não o tivesse protegido. Como quer que fosse, depois da partida de Vespúcio ele percorreu, com cinco castelhanos, uma multidão de países, desembarcou em Taprobana, como por milagre, e. daí chegou em Calicut, onde encontrou navios portugueses que o reconduziram ao seu país, contra todas as expectativas.

Assim que Pedro acabou essa narrativa, agradeci-lhe o empenho e solicitude em me fazer desfrutar conversação com homem tão extraordinário; depois, abordei Rafael, e, após as saudações e cortesias habituais num primeiro encontro, levei-o à minha casa com Pedro Gil. Aí, sentados no jardim, sobre um banco de relva, a conversa começou.

Rafael me contou como, após a partida de Vespúcio, ele e seus companheiros, com afabilidade e bons serviços, grangearam a amizade dos indígenas, e como viveram com eles em paz e na melhor harmonia. Houve mesmo um príncipe, cujo pais e nome me escapam, que lhes deu proteção a mais afetuosa. Sua generosidade os proveu de barcos, carros e tudo mais de que necessitavam para continuar a viagem, Um guia fiel teve ordem de acompanhá-los e apresentá-los aos príncipes com excelentes recomendações.

Depois de vários dias de marcha descobriram burgos e cidades bem administradas, nações inúmeras e Estados poderosos.

No Equador, acrescentava Hitiodeu, de uma parte e de outra, no espaço compreendido pela órbita do sol, não viram senão vastas solidões eternamente devoradas por um céu de fogo. Ai, tudo os aturdia de horror e espanto. A terra inculta tinha apenas como habitantes os animais mais ferozes, os reptis mais terríveis, ou homens mais selvagens que os animais. Afastando-se do Equador, a natureza se abrandava pouco a pouco; o calor é menos abrasador, a terra se cobre de uma ridente verdura e os animais são menos selvagens. Mais longe ainda, aparecem povos, cidades, povoações, em que se faz um comércio ativo por terra e por mar, não somente no interior e com as fronteiras, mas entre nações muito distantes.

Estas descobertas inflamavam o ardor de Rafael e de seus companheiros. E o que alimentava essa paixão pelas viagens era o fato de serem admitidos sem dificuldade no primeiro navio a partir, qualquer que fosse o seu destino.

As primeiras embarcações que viram eram chatas, as velas formadas de vimes entrelaçados ou de fo1has de papiros, e algumas de couro. Em seguida, encontraram embarcações terminadas em ponta, as velas feitas de cánamo; e finalmente embarcações inteiramente semelhantes às nossas, e hábeis nautas conhecendo muito bem o céu e o mar, mas sem nenhuma idéia da bússola.

Esses bons homens ficaram pasmados de admiração e cheios do mais vivo reconhecimento, quando nossos castelhanos lhes mostraram uma agulha imantada. Antes, era tremendo que se aventuravam ao mar, e, ainda assim, atreviam-se a navegar apenas no verão. Hoje, bússola em mão, arrostam os ventos e o inverno mais confiados do que seguros; pois, se não tomam cuidado, essa bela invenção que parecia dever trazer-lhes tantos benefícios, poderá transformar-se, por sua imprudência, em uma fonte de males.

Seria muito extenso se relatasse, aqui, tudo o que Rafael viu em suas viagens.

Aliás, não é essa a finalidade desta obra. Completarei talvez a sua narrativa num outro livro em que darei detalhes, principalmente, dos hábitos, costumes e sábias instituições dos povos civilizados, que frequentou Rafael.

Sobre essas graves questões nós o importunamos com perguntas intermináveis, e ele consentia, prazeirosamente, em satisfazer a nossa curiosidade. Nós nada lhe perguntamos sobre esses monstros famosos que já perderam o mérito da novidade: Cila{1}, Celenos{2}, Lestrigões{3}, comedores de gente, e outras hárpias da mesma espécie que existem em quase toda parte. O que é raro, é uma sociedade sã e sabiamente organizada.

Para dizer verdade, Rafael notou entre esses novos povos instituições tão ruins quanto as nossas, mas, observou também um grande número de leis capazes de esclarecer, de regenerar as cidades, nações e reinos da velha Europa.

Todas essas coisas, repito-o, serão objeto de uma outra obra. Nesta, relatarei apenas o que Rafael nos contou dos costumes e instituições do povo utopiano.

Antes, quero mostrar ao leitor de que maneira a conversa foi levada para este terreno:

Rafael entremeava a sua narrativa com as reflexões mais profundas.

Examinando cada forma de governo, analisava, com uma sagacidade maravilhosa, o que há de bom e verdadeiro numa, de mau e de falso noutra. Ao ouvi-lo discorrer tão sabiamente sobre as instituições e os costumes dos diferentes povos, era de pensar-se que vivera toda a vida nos lugares por onde apenas passara. Pedro não pode conter a sua admiração.

Na verdade, disse, meu caro Rafael, espanto-me que não vos tivésseis posto a serviço de algum rei. Certamente não haveria um só que não encontrasse em vós utilidade e satisfação. Encheríeis de encanto os seus lazeres com o vosso conhecimento universal das coisas e dos homens, e os incontáveis exemplos, que poderíeis citar, proporcionar-lhe-iam um sólido ensinamento e conselhos preciosos. Faríeis, ao mesmo tempo, uma brilhante fortuna para vós e os vossos.

– Eu pouco me inquieto com a sorte dos meus, retomou Hitiodeu. Creio ter cumprido sofrivelmente os meus deveres para com eles. Os outros homens só abrem mão de seus bens já velhos e na agonia, e é ainda chorando, que renunciam ao que suas mãos desfalecentes não mais podem reter. Eu, cheio de saúde e juventude, tudo dei aos meus parentes e amigos. – Eles não se

queixarão, espero, do meu egoísmo; não exigirão que, para cumulá-los de ouro, eu me faça escravo de um rei.

– Entendamo-nos, disse Pedro, a minha intenção não foi a de que servísseis um príncipe como lacaio e sim como ministro.

– Os príncipes, meu amigo, põem nisto pouca diferença; e, entre estas duas palavras latinas servire e inservire, vêm apenas uma sílaba a mais, ou a menos.

– Chamai a coisa como quiserdes, respondeu Pedro; é o melhor meio de ser útil ao público, aos indivíduos, e de tornar mais feliz a própria situação.

– Mais feliz, dizeis! mas, como aquilo que repugna ao meu sentimento, ao meu caráter, poderia fazer minha felicidade? Presentemente sou livre, vivo como quero, e duvido que muitos dos que vestem a púrpura possam dizer o mesmo. Muita gente ambiciona os favores do trono; os reis não sentirão falta, se eu e dois ou três da minha têmpera não nos encontrarmos entre os cortesãos.

Então falei assim: É evidente, Rafael, que não procurais riquezas nem poder, e não tenho menos admiração e estima por um homem como vós, do que por aquele que está à frente de um império. Parece-me, entretanto, que seria digno de um espírito tão generoso, tão filósofo, como o vosso, aplicar todos os seus talentos na direção dos negócios públicos, embora houvesse que comprometer o seu bem-estar pessoal; ora, a maneira de o fazer com mais proveito, é ainda a de entrar para o conselho de algum grande príncipe; estou certo de que a vossa boca não se abrirá jamais, senão para a virtude e para a verdade. Vós o sabeis, o príncipe é a fonte de onde o bem e o mal jorram, como uma torrente, sobre o povo; e possuís tanta ciência e tantos talentos que, embora não tivésseis o hábito dos negócios, daríeis, mesmo assim, um excelente ministro para o rei mais ignorante.

– Incidis num duplo erro, caro Morus, replicou Rafael; e não só quanto ao fato em si como quanto à pessoa; estou longe de ter a capacidade que me atribuis; e mesmo que a tivesse cem vezes maior, o sacrifício de meu sossego seria inútil à causa pública.

Em primeiro lugar, os príncipes cuidam somente da guerra (arte que me é desconhecida e que não tenho nenhum desejo de conhecer). Eles desprezam as

artes benfazejas da paz. Trate-se de conquistar novos reinados, e todos os meios lhes parecem bons; o sagrado e o profano, o crime e o sangue, não os detêm. Em compensação, ocupam-se muito pouco de bem administrar os Estados submetidos à sua dominação.

Quanto aos conselhos dos reis, eis aproximadamente a sua composição:

Uns se calam por inépcia, e teriam mesmo grande necessidade de ser aconselhados. Outros, são capazes, e sabem que o são; mas partilham sempre do parecer do preopinante, que está em melhores graças, e aplaudem, com entusiasmo, as pobres imbecilidades que este entende desembuchar; esses vis parasitas só têm uma finalidade: ganhar, por uma baixa e criminosa lisonja, a proteção do primeiro favorito. Os outros, são escravos de seu amor próprio e escutam apenas a própria opinião, o que não é de admirar, pois a natureza insufla cada um a afagar com amor os produtos de sua invenção. É assim que o corvo sorri à sua ninhada, e o macaco aos seus filhotes.

Que sucede então no seio desses conselhos onde reinam a inveja, a vaidade e o interesse? Intenta, alguém, apoiar uma opinião razoável na história dos tempos passados, ou nos costumes dos outros países? Os outros se mostram surpresos e transtornados; e com o amor próprio alarmado como se fossem perder a reputação de sábios e passar por imbecis. Eles quebram a cabeça até encontrar um argumento contraditório, e, se a memória e a lógica lhes minguam, entrincheiram-se neste lugar comum: Nossos pais assim pensaram e assim fizeram; ah! queira Deus que igualemos a sabedoria de nossos pais! Depois se assentam, pavoneando-se, como se acabassem de pronunciar um oráculo. Dir-se-ia, ao ouvi-los, que a sociedade vai perecer se surgir um homem mais sábio que os seus antepassados. Enquanto isso, permaneçamos indiferentes, deixando subsistir as boas instituições que eles nos legaram; e quando surge um melhoramento novo agarramo-nos à antiguidade para não acompanhar o progresso. Vi, em quase toda a parte, desses julgadores rabugentos, insensatos ou presunçosos. Aconteceu-me uma vez na Inglaterra. -.

– Perdão, disse eu, então, a Rafael, estivestes também na Inglaterra?

– Sim, estive lá alguns meses, pouco depois da guerra civil dos ingleses ocidentais contra o rei que terminou com uma horrorosa matança dos insurretos –

Nessa ocasião, recebi enormes obséquios do reverendíssimo padre João Morton, cardeal-arcebispo de Cantuária e chanceler da Inglaterra.

Era um homem (dirijo-me unicamente a vós, meu caro Pedro, porque Morus não necessita dessas informações), era um homem ainda mais venerável por seu caráter e virtude do que por suas altas dignidades. Sua estatura mediana não se curvava ao peso da idade; sua fisionomia, sem ser dura, impunha respeito; era de trato fácil, mas severo e majestoso. Sentia prazer em experimentar os solicitantes com apóstrofes por vezes um tanto rudes, embora nunca ofensivas, mostrando-se encantado se percebia neles presença de espírito e respostas prontas, mas sem impertinência. Esta prova o ajudava a inferir do mérito de cada qual e a classificá-lo,– segundo a especialidade. Sua linguagem era pura e enérgica; sua ciência do direito profunda, seu julgamento seleto, sua memória prodigiosa. Essas brilhantes disposições naturais, ele as tinha ainda desenvolvido pelo exercício e pelo estudo.

O rei fazia grande caso de seus conselhos e o considerava como um dos mais firmes esteios do Estado – Levado muito jovem do colégio para a corte, envolvido toda a vida nos acontecimentos mais graves, tangido, sem descanso, pelo mar tempestuoso do destino, adquirira, em meio de perigos sempre renovados, uma consumada prudência, um conhecimento tão profundo das coisas que, por assim dizer, com ele próprio se identificava.

O acaso me fez encontrar um dia, à mesa desse prelado, um leigo reputado como douto legista – Este homem, não sei a que propósito, se pôs a cumular de louvores a rigorosa justiça exercida contra os ladrões. Narrava gostosamente como eles eram enforcados, aqui e ali, às vintenas, na mesma forca.

Apesar disso, acrescentava, vejam que fatalidade! Mal escapam da forca dois ou três desses bandidos, e, no entanto, na Inglaterra, eles formigam por toda parte!

Com a liberdade de palavra que gozava na casa do cardeal, disse eu, então: Nada disso devia surpreender-vos. Neste caso a morte é uma pena injusta e inútil; é bastante cruel para punir o roubo, mas bastante fraca para impedi-lo.

O simples roubo não merece a forca, e o mais horrível suplício não impedirá de roubar o que não dispõe de outro meio para não morrer de fome. Nisto, a

justiça de Inglaterra e de muitos outros países se assemelha aos mestres que espancam os alunos em lugar de instruí-los. Fazeis sofrer aos ladrões pavorosos tormentos; não seria melhor garantir a existência a todos os membros da sociedade, a fim de que ninguém se visse na necessidade de roubar, primeiro, e de morrer, depois?

– A sociedade previu o fenômeno, replicou o meu legista; a indústria, a agricultura oferecem ao povo inúmeros meios de existência; existem, porém, seres que preferem o crime ao trabalho.

– Era aí mesmo onde eu vos esperava, respondi. Não falarei dos que voltam das guerras civis ou estrangeiras com o corpo mutilado. Quantos soldados, entretanto, na batalha de Cornualha, ou na campanha de França, perderam um ou vários membros a serviço do rei e da pátria! Esses infelizes tornaram-se fracos demais para exercer o seu antigo ofício e velhos demais para aprender um novo.

Mas deixemos isso, as guerras só se reacendem a longos intervalos. Olhemos o que se passa cada dia ao redor de nós. A principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres, zangões ociosos, que se nutrem do suor e do trabalho de outrem e que, para aumentar seus rendimentos, mandam cultivar suas terras, escorchando os rendeiros até à carne viva. Não conhecem outra economia.

Mas, tratando-se, ao contrário, de comprar um prazer, são pródigos, então, até à loucura e à mendicidade. E não menos funesto é o fato de arrastarem consigo uma turba de lacaios e mandriões sem estado e incapazes de ganhar a vida.

Caiam doentes esses lacaios, ou venha o seu patrão a morrer, e são jogados no olho da rua; porque é preferível nutri-los para não fazer nada, do que alimentá-

los enfermos; muitas vezes o herdeiro do defunto não está em condições de manter a domesticidade paterna.

Eis aí pessoas expostas a morrer de fome se não têm o ânimo de roubar.

Terão eles,, na realidade, outras possibilidades? Procurando emprego gastam a saúde e as roupas; e quando se tornam descorados pelas moléstias e cobertos de farrapos, os nobres lhes têm horror, desprezando os seus serviços. Os camponeses mesmo não os querem empregar. Os camponeses sabem que um homem criado molemente na ociosidade e nos prazeres, habituado a trazer a cimitarra e o broquel, a olhar superiormente os vizinhos e a desprezar todo mundo; os, camponeses sabem que um tal homem não é apto a manejar a pá e a enxada, a trabalhar, fielmente, por um salário insignificante e uma parca alimentação, a serviço de um pobre lavrador.

Sobre esse ponto meu antagonista respondeu:

– É precisamente essa espécie de gente que o Estado deve manter e multiplicar com mais cuidado. Há neles mais ânimo e nobreza da alma que no artesão e no trabalhador. São maiores e mais robustos e constituem, portanto, a força do exército na hora de combater.

– Seria o mesmo que dizer, repliquei então, que se deve, para a glória e o êxito dos vossos exércitos, multiplicar os ladrões. Porque esses mandriões são uma sementeira inesgotável para o exército. Com efeito, os ladrões não são os piores soldados, como os soldados não são os ladrões mais tímidos; há muita analogia entre esses dois ofícios. Infelizmente, esta praga social não é particular à Inglaterra; corrói quase todas as nações.

A França está infestada por uma peste ainda mais desastrosa. O seu solo está inteiramente coberto e como que sitiado por inúmeras tropas arregimentadas e pagas pelo Estado. E isto em tempo de paz; se é que se pode chamar de paz as tréguas de um momento. Este deplorável sistema é justificado pelo mesmo motivo que vos leva a sustentar miríades de lacaios ociosos. Pareceu a esses políticos, timoratos e aflitos, que a segurança. do Estado exigia um exército numeroso, forte, permanentemente em armas, e composto de veteranos. Não confiam nos conscritos. Dir-se-ia mesmo que fazem guerras para ensinar o exercício ao soldado a fim de que, como escreveu Salústio, nesse grande matadouro humano, o coração ou a mão não se lhes entorpeçam no repouso.

A França aprende à sua custa o perigo de alimentar essa espécie de animais carnívoros. No entanto, bastar-lhe-ia olhar os romanos, os cartagineses e muitos outros povos antigos. Que benefícios tiraram, entretanto, de seus exércitos

imensos e sempre em pé de guerra? A devastação de suas terras, a destruição de suas cidades, a ruína de seu império. Se, ao menos, tivesse adiantado, aos franceses, exercitar, por assim dizer, seus soldados desde o berço! Mas os veteranos da França já combateram contra os conscritos da Inglaterra, e não estou certo se se podem gabar muitas vezes de ter levado a melhor. Eu me calo sobre esse capítulo; pareceria estar fazendo a corte aos que me ouvem.

Voltemos aos nossos soldados lacaios.

Têm eles, dizeis, mais coragem e grandeza da alma do que os artesãos e os trabalhadores. Eu, de mim, não creio que um lacaio faça muito medo nem a uns nem a outros, a não ser àqueles em que a fraqueza do corpo paralisa o vigor da alma e cuja energia foi aniquilada pela miséria. Os lacaios, dizeis ainda, são maiores e mais robustos. Mas não é uma lástima ver homens fortes e belos (porque os nobres escolhem as vítimas de sua corrupção) consumirem-se na inação, amolecerem-se em ocupações de mulheres, quando fácil seria torná-los laboriosos e úteis, dando-lhes um ofício honrado e habituando-os a viver do trabalho de suas mãos.

De qualquer maneira que se encare a questão, esta massa imensa de gente ociosa parece-me inútil ao país, mesmo na hipótese de uma guerra, que poderíeis, aliás, evitar todas as vezes que o quisésseis. Ela é, além do mais, o flagelo da paz; e a paz merece que se trate dela, tanto quanto da guerra.

A nobreza e a lacaiada não são as únicas causas dos assaltos e roubos que vos deixam desolado; há uma outra exclusivamente peculiar à vossa ilha.– E qual é ela?, disse o cardeal.

– Os inumeráveis rebanhos de carneiros que cobrem hoje toda a Inglaterra.

Estes animais, tão dóceis e tão sóbrios em qualquer outra parte, são entre vós de tal sorte vorazes e ferozes que devoram mesmo os homens e despovoam os campos, as casas e as aldeias.

De fato, a todos os pontos do reino, onde se recolhe a lã mais fina e mais preciosa, acorrem, em disputa do terreno, os nobres, os ricos e até santos abades.

Essa pobre gente não se satisfaz com as rendas, benefícios e rendimentos de suas terras; não está satisfeita de viver no meio da ociosidade e dos prazeres, às expensas do público e sem proveito para o Estado. Eles subtraem vastos tratos de terra à agricultura e os convertem em pastagens; abatem as casas, as aldeias, deixando apenas o templo para servir de estábulo para os carneiros. Transformam em desertos os lugares mais povoados e mais cultivados. Temem, sem dúvida, que não haja bastantes parques e bosques e que o solo venha a faltar para os animais selvagens.

Assim um avarento faminto enfeixa, num cercado, milhares de geiras; enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência, os mais felizes por uma série de vexações e de questiúnculas que os forçam a vender suas propriedades. E estas famílias mais numerosas do que ricas (porque a agricultura tem necessidade de muitos braços), emigram campos em fora, maridos e mulheres, viúvas e órfãos, pais e mães com seus filhinhos. Os infelizes abandonam, chorando, o teto que os viu nascer, o solo que os alimentou, e não encontram abrigo onde refugiar-se. Então vendem a baixo preço o que puderam carregar de seus trastes, mercadoria cujo valor é já bem insignificante.

Esgotados esse fracos recursos, o que lhes resta? O roubo, e, depois, o enforcamento segundo as regras.

Preferem arrastar sua miséria mendigando? Não tardam ser atirados na prisão como vagabundos e gente sem eira nem beira. No entanto, qual é o seu crime?

É o de não achar ninguém que queira aceitar os seus serviços, ainda que eles os ofereçam com o mais vivo empenho. E aliás, como empregar esses homens?

Eles só sabem trabalhar a terra; não há então nada a fazer com eles, onde não há mais nem semeaduras nem colheitas. Um só pastor ou vaqueiro é suficiente, agora, a fazer com que brote, de si mesma, a terra onde, outrora, para seu cultivo, centenas de braços eram necessários.

Outro efeito desse fatal sistema é uma grande carestia de vida em diversos lugares.

Mas não é tudo. Após a multiplicação dos pastos, uma horrorosa epizootia veio matar uma imensa quantidade de carneiros. Parece que Deus queria punir a avareza insaciável dos vossos açambarcadores com esta medonha mortandade que talvez fosse mais justo lançar sobre suas próprias cabeças. Então, o preço das lãs subiu tão alto que os operários mais pobres não as podem atualmente comprar. E eis aí de novo uma multidão de gente sem trabalho. É verdade que o número de carneiros cresce rapidamente todos os dias; mas nem por isso o preço baixou; porque se o comércio das lãs não é um monopólio legal, está, na realidade, concentrado nas mãos de alguns ricos açambarcadores que nada pode constrangê-los a vender a não ser com altos lucros.

As outras espécies de gado encareceram proporcionalmente pela mesma causa e por uma causa mais forte ainda, porque a reprodução destes animais está completamente abandonada, desde a abolição das granjas e a ruína da agricultura. Vossos grandes senhores não cuidam da criação do gado, como da criação de seus carneiros. Vão comprar, distante, animais magros, quase por nada, engordam-nos nos seus campos e os revendem a preços extraordinários.

Temo bastante que a Inglaterra não tenha sofrido todos os efeitos desses deploráveis abusos. Até agora os engordadores de gado só provocaram a carestia nos lugares onde vendem; mas à força de transportar o gado do lugar onde compram, sem lhe dar tempo de reproduzir, o seu número acabará por diminuir, insensivelmente, e o país acabará por cair numa horrível penúria. Assim, o que devia fazer a riqueza de vossa ilha fará a miséria, devido à avareza de um punhado de miseráveis.

A escassez geral obriga todo o mundo a restringir sua despesa e sua criadagem. E os que são despedidos, para onde vão? Mendigar ou roubar, se têm coragem.

A estas causas de miséria ajuntam-se ainda o luxo e as despesas insensatas.

Lacaios, operários, camponeses, todas as classes da sociedade, ostentam um luxo inaudito nas vestes e na alimentação. Que direi dos lugares de prostituição, dos vergonhosos antros de embriaguez e devassidão, das infames casas de tavolagem de todos os jogos, do baralho, do dado, do jogo da péla e da conca, que devoram o dinheiro de seus frequentadores, e os impelem diretamente ao roubo para reparar as perdas?

Arrancai de vossa ilha essas pestes públicas, esses germes do crime e da miséria. Obrigai os vossos nobres demolidores a reconstruir as quintas e burgos que destruíram, ou a ceder os terrenos para os que quiserem reconstruir sobre as ruínas. Colocai um freio ao avarento egoísmo dos ricos; tirai-lhes o direito do açambarcamento e monopólio. Que não haja mais ociosos entre vós. Dai à agricultura um grande desenvolvimento; criai a manufatura da lã e a de outros ramos de indústria, para que venha a ser ocupada utilmente esta massa de homens que a miséria transformou em ladrões, vagabundos ou lacaios, o que é aproximadamente a mesma coisa.

Se não remediardes os males que vos assinalo, não vos vanglorieis de vossa justiça; é ela uma mentira feroz e estúpida.

Abandonais milhões de crianças aos estragos de uma educação viciosa e imoral. A corrupção emurchece, à vossa vista, essas jovens plantas que poderiam florescer para a virtude, e, vós as matais, quando, tornadas homens, cometem os crimes que germinavam desde o berço em suas almas. E, no entanto, que é que fabricais? Ladrões, para ter o prazer de enforcá-los.

Enquanto eu assim falava, o meu adversário preparava a réplica. Ele se dispunha a seguir a pomposa dialética desses polemistas categóricos, que repetem mais do que respondem e que fazem ponto de honra de uma discussão os exercícios de memória.

Falastes muito bem, disse-me ele, sobretudo vós que sois estrangeiro e que não podeis conhecer estas matérias senão de outiva. Eu vos darei melhores esclarecimentos. Eis a ordem do meu discurso: antes de tudo, recapitularei tudo o que vos disse; em seguida realçarei os erros a que vos induziu a ignorância dos fatos; finalmente, refutarei os vossos argumentos e pulverizá-los-ei. Começo, pois, como o prometi. Tendes, se não me engano, enumerado quatro...

– Eu vos detenho aí, interrompeu bruscamente o cardeal, o exórdio me faz temer que o discurso seja um pouco longo. Nós vos pouparemos hoje desta fadiga. Mas não vos dou por desembaraçado dessa arenga; guardai-a integralmente para a próxima entrevista que tiverdes com vosso adversário.

Desejo que estejam ambos aqui, amanhã, a menos que vós, ou Rafael, estejais na impossibilidade de vir. Enquanto isso, meu caro Rafael, far-me-íeis o

obséquio de explicar por que o roubo não merece a morte, e por que outra pena a substituireis de forma a garantir melhor a segurança pública. Como não pensais que se deva tolerar o roubo, e se a forca não é hoje uma barreira para o banditismo, que terror exercereis, sobre os celerados quando eles tiverem a certeza de não perder a vida? Que sanção bastante forte dareis à lei? Uma pena mais branda não seria um prêmio de incitamento ao crime?

Minha convicção íntima, eminência, é que é injusto matar-se um homem por ter tirado dinheiro de outrem, desde que a sociedade humana não pode ser organizada de modo a garantir para cada um uma igual porção de bens.

Podem objetar-me, sem dúvida, que a sociedade, tirando-lhe a vida, vinga a justiça e as leis, e não pune somente uma miserável subtração de dinheiro.

Responderei com este axioma: Summum jus, summa injuria, O supremo direito é uma injustiça suprema. A vontade do legislador não é tão infalível e absoluta que seja necessário desembainhar a espada à menor infração aos seus decretos. A lei não é tão rígida e estóica que coloque, no mesmo nível, todos os delitos e crimes, e não estabeleça nenhuma diferença entre matar um homem e roubá-lo. Se a equidade não é uma palavra cã, há entre essas duas ações um abismo.

E como! Deus proibiu o assassínio e nós, nós matamos tão facilmente por causa do furto de algumas moedas!

Alguém dirá, talvez: Deus, com esse mandamento, tirou o poder de matar ao homem privado, mas não ao magistrado que condena aplicando as leis da sociedade.

Mas se é assim, quem impede os homens de fazer outras leis igualmente contrárias aos preceitos divinos, e de legalizar o estupro, o adultério e o perjúrio?

Como!... Deus nos proibiu tirar a vida não somente ao nosso próximo mas também a nós mesmos; e nós poderíamos legitimamente convencionar em degolarmo-nos em virtude de algumas sentenças jurídicas! E esta convenção atroz colocaria juizes e carrascos por cima da lei divina, dando-lhes o direito de mandar à morte os que o código penal condena a morrer!

Resultaria disso esta consequência monstruosa: a justiça divina tem necessidade de ser legalizada e autorizada pela justiça humana; e que, em todos os casos possíveis, cabe ao homem determinar quando deve obedecer ou não aos mandamentos de Deus.

A própria lei de Moisés, lei de terror e vingança, feita para escravos e homens embrutecidos, não punia de morte o simples roubo. Evitemos pensar que, sob a lei cristã, lei de perdão e caridade, em que Deus ordena como pai, nós temos o direito de ser mais desumanos, e de derramar, sob qualquer pretexto, o sangue de nosso irmão.

Tais são os motivos que me persuadem que é injusto aplicar ao ladrão o mesmo castigo que ao assassino. Poucas palavras vos farão compreender como esta penalidade é absurda em si mesma e como é perigosa à segurança pública.

O celerado vê que não há menos a temer furtando do que assassinando; então, ele mata aquele a quem apenas despojara; e mata-o para a sua própria segurança. Assim agindo, ele se descarta do seu principal denunciador, e tem maior probabilidade de esconder o crime. Eis o belo efeito desta justiça implacável: aterrorizando o ladrão com a expectativa da forca, fez dele um assassino!

Chego, agora, à solução deste problema tão controvertido: Qual é o melhor sistema penitenciário?

Na minha opinião, era mais fácil encontrar o melhor do que o pior.

Primeiramente, todos vós conheceis a penalidade adotada pelos romanos, povo tão adiantado na ciência de governar. Eles condenavam os grandes criminosos à escravatura perpétua, aos trabalhos forçados nas pedreiras ou nas minas. Esse modo de repressão parece-me conciliar a justiça com a utilidade pública.

Entretanto, para vos dizer o meu modo de pensar sobre esse ponto, não conheço nada de comparável ao que ví nos polileritas, nação dependente da Pérsia.

É aquele um país bastante povoado, e às suas instituições não falta

sabedoria. Além do tributo anual que pagam ao rei da Pérsia, gozam de liberdade e se governam por suas próprias leis. Longe do mar, cercados de montanhas, se satisfazem com os produtos do seu solo feliz e fértil; vão raramente a outros lugares e raramente outros vêm ao seu país. Fiéis aos princípios e costumes dos seus antepassados, não procuram nunca estender as suas fronteiras, e nada têm a temer de fora. Suas montanhas, e o tributo que pagam, anualmente, ao monarca, põem-nos ao abrigo de uma invasão. Vivem comodamente na paz e na abundância, sem exército e sem nobreza, ocupados com sua felicidade e despreocupados de qualquer vã celebridade; pois, seu nome, desconhecido no resto da terra, talvez o seja mesmo aos seus vizinhos.

Quando ali um indivíduo é apanhado em furto, obrigam-no, primeiro, a restituir o objeto roubado ao proprietário e não ao príncipe, como é de uso em outras partes. Os polileritas julgam que o furto não destrói o direito de propriedade. Se o objeto foi danificado ou perdido, o valor dele é descontado dos bens do autor do furto, deixando-se o que sobrar do desconto à sua mulher e filhos. Ele é condenado aos trabalhos públicos; e se o furto não é acompanhado de circunstâncias agravantes, o seu autor não é jogado no calabouço nem posto a ferros; trabalha, o corpo livre, e sem entraves.

Para forçar os preguiçosos e os rebeldes, empregam-se os castigos corporais de preferência às correntes. Os que cumprem bem o seu dever não sofrem nenhum mau trato. De tarde se faz a chamada nominal dos condenados, encerrando-os nas celas onde passam a noite. Aliás, a única pena que podem vir a sofrer é a continuidade do trabalho; porque lhes são fornecidas todas as coisas necessárias à vida; uma vez que trabalham para a sociedade, é a sociedade que os mantém.

Os costumes, nesse ponto, variam segundo as localidades. Em certas províncias, o produto das esmolas e das coletas é reservado aos condenados; este recurso, precário por si mesmo, é, na rea1idade, o mais fecundo devido à humanidade dos habitantes. Em outros países destina-se, para este fim, uma parte das rendas públicas, ou então um tributo particular e pessoal.

Há mesmo regiões em que os condenados não são empregados nos trabalhos públicos. Todo indivíduo que tem necessidade de operários, ou de carregadores, vem alugá-los por dia, pagando-lhes salário pouco menor que o de um homem livre. A lei dá ao patrão o direito de bater nos preguiçosos. Dessa forma, os

condenados não faltam nunca ao trabalho; ganham roupas e alimentação cada dia contribuem com alguma coisa para o Tesouro.

Eles são reconhecíveis facilmente pela cor de seu uniforme, igual para todos e só a eles reservado. A cabeça não é raspada, exceto um pouco acima das orelhas, uma das quais é mutilada. Os amigos podem lhes dar de beber, comer, e uma roupa. Mas um presente em dinheiro acarreta a morte tanto do que dá como do que recebe. Um homem livre não pode, sob nenhum pretexto, receber dinheiro de um escravo (é assim que são chamados os condenados). O escravo não pode tocar em armas. Estes dois últimos crimes são punidos de morte.

Cada província marca seus escravos com um sinal particular e característico.

Fazê-lo desaparecer é para eles um crime capital, assim como transpor a fronteira e falar com os escravos de uma outra província. O simples projeto de fugir não é menos perigoso que a própria fuga. Por ter-se envolvido em semelhante trama o escravo perde a vida e o homem livre, a liberdade. Ainda mais, a lei confere recompensas ao delator; dinheiro, se este é livre; liberdade, se escravo; impunidade, se cúmplice, a fim de que o malfeitor não se sinta mais seguro perseverando num mau desígnio, do que arrependendo-se.

Eis aí as penalidades correspondentes ao roubo entre os polileritas. Não é difícil divisar nelas uma grande humanidade aliada a um grande senso utilitário. Se a lei castiga, é para matar o crime, conservando o homem. Trata o condenado com tanta benignidade e justiça, que o força a se tornar honesto e a reparar, durante o resto de sua vida, todo o mal que fez à sociedade.

Também é extremamente raro que os condenados voltem aos seus antigos hábitos. Os cidadãos não têm nenhum medo deles, e é mesmo comum, entre os que empreendem qualquer viagem, escolher seus guias entre os escravos que são trocados de uma província a outra. Na verdade, o que Se pode temer? A lei tira ao escravo a possibilidade, e até o pensamento, do roubo; suas mãos estão desarmadas; o dinheiro é para ele um crime capital; se aprisionado, a morte é bem próxima e a fuga impossível. Como quereis que um homem vestido diferentemente dos outros possa dissimular a sua fuga? E se fugisse completamente nu? Mas mesmo assim a sua orelha meio cortada o trairia.

É impossível igualmente que os escravos possam urdir uma conspiração

contra o Estado. A fim de assegurar à revolta alguma probabilidade de êxito, os cabeças teriam necessidade de incitar e arrastar para o seu lado os escravos de diversas províncias. Ora, isto é impraticável. Uma conspiração não é fácil a pessoas que, sob pena de morte, não se podem reunir, se falar, dar ou retribuir uma saudação.

Ousariam mesmo confiar seu projeto aos camaradas que conhecem o perigo do silêncio e a enorme vantagem da denúncia? Por outro lado, todos alimentam a esperança de recobrar, um dia, a liberdade, mostrando-se submissos e resignados, dando, por seu bom comportamento, garantias para o futuro; aliás, não há um ano sequer em que grande número deles, transformados em boas pessoas, não seja reabitado e emancipado.

Por que, acrescentei então não se estabeleceria na Inglaterra uma penalidade semelhante? Isso valeria infinitamente mais do que esta justiça que desperta tão exaltado entusiasmo ao meu sábio antagonista.

– Um semelhante estado de coisas, respondeu este, não poderia jamais se estabelecer na Inglaterra, sem acarretar a dissolução e a ruína do império.

Depois sacudiu a cabeça, mordeu os lábios, e calou.

Todos os ouvintes aplaudiram com arrebatamento esta magnífica sentença, até que o cardeal fez a seguinte reflexão: Não somos profetas para saber, antes de experimentar, se a legislação polilerita convém ou não ao nosso país. Todavia, parece-me que depois do pronunciamento da sentença de morte, o príncipe poderia decretar o sursis, a fim de experimentar este novo sistema de repressão, abolindo, ao mesmo tempo, os privilégios dos lugares de asilo. Se a experiência desse bons resultados, adotaríamos o sistema; se não, que os condenados continuem a ser levados ao suplício. Essa maneira de proceder apenas suspende o curso da justiça e não oferece nenhum perigo no intervalo. Irei mesmo além, creio que seria muito útil tomar medidas igualmente moderadas e sábias para reprimir e acabar com a vagabundagem. Temos acumulado leis sobre leis contra este flagelo e o mal é hoje pior do que nunca.

Apenas terminara o cardeal, os louvores mais exagerados acolheram as opiniões expendidas por Sua Eminência, as quais não tinham encontrado senão desprezo e desdém quando sozinho as sustentara. O incenso das louvaminhas

envolvia particularmente as idéias do prelado referentes à vagabundagem.

Não sei se seria preferível suprimir o resto da conversação; coisas bem ridículas lá foram ditas. Entretanto, vou relatá-las; não eram de todo ruins e se relacionam com o assunto.

Havia na mesa um desses parasitas, cuja honra provém do ofício de fazer o louco. A esse respeito a semelhança era tão perfeita, que poderia ser facilmente tomada a sério. Seus gracejos eram tão estúpidos e insípidos que o riso era provocado mais a miúdo pela própria pessoa do que por suas graças. Mas, de vez em quando escapavam-lhe algumas palavras bastante razoáveis.

Um dos convivas observou que eu procurava remediar a sorte dos ladrões e o cardeal a dos vagabundos; mas que existiam ainda duas classes de infelizes às quais a sociedade devia assegurar a existência, porque são incapazes de trabalhar para viver: os doentes e os velhos.

Deixai-me falar, disse o bufão, possuo a este respeito um plano soberbo. Para falar francamente, grande é o meu desejo de poupar-me ao espetáculo desses miseráveis e enclausurá-los longe de todos os olhos. eles me fatigam com as suas lamúrias, suspiros e lamentáveis súplicas, embora deva convir que esta lúgubre música ainda não conseguiu arrancar-me um cêntimo; aliás, sempre acontece comigo uma destas duas coisas: ou quando posso dar não o quero, ou quando quero não o posso. Também agora já se mostram bastante avisados: quando me veem passar se calam para não perder tempo. Sabem que de mim há tanto a esperar quanto de um padre.

Eis então o decreto que sugiro: Todos os mendigos velhos e doentes serão distribuídos e classificados como se segue: os homens entrarão para os conventos dos beneditinos na qualidade de irmãos leigos; as mulheres tornar-se-ão religiosas. Tal é o meu bom desejo.

O cardeal sorriu desse repente, aprovou-o como um rasgo de espírito, enquanto os demais ouvintes o tomaram como uma sentença séria e grave.

Causou particular bom humor a um irmão teólogo que ali se achava. Este reverendo, desfranzindo um pouco a carrancuda fisionomia, riu-se maliciosamente, à custa dos padres e frades, e depois, dirigindo-se ao bufo,

falou: Não tereis suprimido a mendicidade, se não provirdes à subsistência de nós mesmos, frades mendicantes.

– Sua eminência, o cardeal, proveu perfeitamente, quando disse que se devia encerrar os vagabundos e faze-los trabalhar. Ora, os freis mendicantes são os maiores vagabundos do mundo.

A vivacidade da resposta, todos os olhos se fixaram sobre o cardeal, que, no entanto, não pareceu se formalizar; o epigrama foi então ruidosamente aplaudido.

Quanto ao frei reverendo, ficou petrificado. O dardo satírico que acabava de lhe ser lançado ao rosto, acendeu subitamente a sua cólera; e, vermelho como fogo, desatou numa torrente de injúrias, tratando o engraçado de velhaco, caluniador, tagarela, ameaçando-o de danação, tudo temperado com as ameaças mais aterradoras da Santa Escritura.

Então o nosso bufão gracejou com seriedade, e, levando a melhor, replicou: Não nos zanguemos, caríssimo irmão. Está escrito: Com paciência dominareis as vossas almas.

O teólogo recomeçou, no mesmo instante, e foram estas as suas expressões: Não me agasto, pícaro; ou pelo menos não peco; porque o salmista diz: -– Encolerizai-vos mas não pequeis.

O cardeal, numa admoestação cheia de doçura, convida, então, o frade a moderar os seus transportes.

Não, monsenhor, exclamou, não, não posso Calar-me, não o devo. É um zelo divino que me exalta, e os homens de Deus tiveram destas santas cóleras. Está escrito: O ZELO DE TUA CASA ME CONSOME. Não se ouve cantar nas igrejas: AQUELES QUE ZOMBAVAM DE ELISEU ENQUANTO ELE SUBIA PARA A CASA DE DEUS SOFRERAM A CÓLERA DO CALVO? A mesma punição castigará talvez esse gracejador, esse bufão, esse devasso.

– Sem dúvida, disse o cardeal, a vossa intenção é boa. Mas me parece que procederíeis mais sabiamente, senão mais santamente, evitando comprometer-vos com um louco numa querela ridícula.

– Monsenhor, meu comportamento não poderia ser mais sábio. Salomão, o mais sábio dos homens, disse: RESPONDEI AO LOUCO CONFORME A SUA LOUCURA. Pois bem, é isso o que faço. Mostro-lhe o abismo onde vai se precipitar, se não se cuida. Aqueles que riam de Eliseu eram em grande número, e foram todos punidos por terem zombado de um único calvo. Qual será, pois, o castigo do único homem que ridiculariza um tão grande número de frades, entre os quais há tantos calvos? Mas o que deve, sobretudo, fazê-lo tremer é que temos uma bula do papa que excomunga aqueles que escarnecem de nós.

O cardeal, vendo que o caso não acabava, despediu, com um aceno, o bufão parasita, e mudou prudentemente o curso da conversação. Logo depois levantou-se da mesa para dar audiência a seus vassalos, e despediu todos os convivas.

Caro Morus, fatiguei-vos com a narrativa de uma história bastante longa.

Estaria verdadeiramente envergonhado de tê-la prolongado tanto se não fosse por ter cedido às vossas instâncias, e se a atenção que prestastes aos detalhes não me tivesse obrigado a não omitir nenhum. Poderia ter abreviado, mas quis esclarecer-vos sobre o espírito e o caráter dos convivas. Enquanto, sozinho, desenvolvi minhas idéias, foi com o desprezo geral que foram acolhidas as minhas palavras; mas assim que o cardeal me trouxe o seu beneplácito o elogio substituiu o desprezo. Suas cortesanices iam ao ponto de achar judiciosas e sublimes as bufonerias de um bobo, que o cardeal tolerava como uma brincadeira frívola.

Julgai ainda que as pessoas da corte levariam em grande consideração minha pessoa e meus conselhos?

Respondi a Rafael: Vossa narrativa fez-me experimentar uma grande alegria.

Ela reunia o interesse e a atração a uma profunda sabedoria. Escutando-vos, eu me acreditava na Inglaterra; porque fui educado desde criança no palácio desse bom cardeal, e sua lembrança me reconduz aos primeiros anos da vida. Já vos tinha dado a minha amizade, mas todo o bem que dissestes à memória do piedoso arcebispo, torna-vos ainda mais caro ao meu coração. De resto, persisto na mesma opinião a vosso respeito, estando persuadido de que vossos conselhos seriam de uma alta utilidade pública, se quisésseis vencer o horror

que vos inspiram os reis e as cortes. E não é um dever para vós, como para todo bom cidadão, sacrificar ao interesse geral as suas ojerizas particulares? Platão disse: A humanidade será feliz um dia, quando os filósofos forem reis, ou quando os reis forem filósofos. Ai! Como está longe de nós esta felicidade quando os filósofos nem ao menos se dignam assistir os reis com seus conselhos!

Caluniais os sábios, replicou-me Rafael; eles não são bastante egoístas para esconder a verdade; muitos a têm revelado em seus escritos; e se os senhores do mundo estivessem preparados para receber a luz, poderiam ver e compreender.

Infelizmente cega-os uma venda fatal, a venda dos preconceitos e dos falsos princípios, em que se formaram e dos quais foram inficionados já na infância.

Platão não ignorava isso; sabia, como nós, que os reis nunca seguiam os conselhos dos filósofos, se eles próprios já não o eram também. Platão teve disso a triste experiência na corte de Dionísio, o Tirano[{4}].

Suponhamos pois que eu seja ministro de um rei. Proponho-lhe os decretos mais salutares; esforço-me por arrancar de seu coração e de seu império todos os germes do mal. Acreditais que não me expulsará da corte ou que não me exporá ao riso dos cortesãos?

Suponhamos, por exemplo, que eu seja ministro do rei de França. Eis-me sentado à mesa do Conselho, ao passo que, no fundo do palácio, o monarca preside, em pessoa, as deliberações dos mais judiciosos políticos do reino. Essas nobres e poderosas cabeças estão procurando laboriosamente por quais maquinações e intrigas, o rei, seu senhor, conservará o ducado de Milanês, recobrará o reino de Nápoles, sempre a fugir, e como, em seguida, destruirá a república de Veneza e submeterá a Itália toda; finalmente, como reunirá à sua coroa a Flandres, o Brabante, a Borgonha inteira, e outras nações que sua ambição já invadiu e conquistou há muito tempo.

Este propõe concluir com os venezianos um tratado que durará enquanto não houver interesse em rompê-lo. Para melhor dissipar suas desconfianças, acrescenta o mesmo, comunicar-lhes-emos as primeiras palavras do enigma; podemos mesmo deixar com eles uma parte do saque; fácil nos será retomá-la depois da execução completa do plano.

Aquele aconselha aliciar alemães; um terceiro, que se atraiam os suíços com dinheiro. Um outro pensa que se deve tornar propício o deus imperial, sacrificando-lhe ouro em expiação; aquele julga oportuno entrar em entendimentos com o rei de Aragão, abandonando-lhe, como garantia de paz, o reino da Navarra, que não lhe pertence. Outro ainda quer engodar o príncipe de Castela com a esperança de uma aliança, e manter, em sua corte, algumas inteligências, pagando gordas pensões a alguns grandes personagens.

Depois, vem a questão difícil e insolúvel, a questão da Inglaterra, verdadeiro nó górdio político. A fim de se prevenir contra qualquer eventualidade, tomam-se as seguintes resoluções: Negociar com essa potência as condições de paz, e apertar mais estreitamente os laços de uma união sempre vacilante; dar-lhe, publicamente, o nome de melhor amiga da França, e, no fundo, dela desconfiar como de seu inimigo mais poderoso.

Manter os escoceses permanentemente de guarda, como sentinelas avançadas, atentas a tudo, e, ao primeiro sintoma de movimento na Inglaterra, lançá-los imediatamente como um exército de vanguarda.

Manter secretamente (por causa dos tratados que se opõem a uma proteção aberta) algum grande personagem exilado, animando-o a fazer valer os seus direitos à coroa da Inglaterra, e, assim, pôr em cheque o príncipe reinante de quem se receia os desígnios...

Então, se, no meio dessa assembléia real onde se agitam tão vastos interesses, na presença desses profundos homens de Estado, a concluir, unânimes, pela guerra, se eu, homem do nada, me levantasse para transtornar suas combinações e cálculos, e dissesse: Deixemos a Itália em sossego e fiquemos na França; a França já é grande demais para ser bem administrada por um só homem e o rei não deve cuidar em aumentá-la. Escutai, senhores, o que aconteceu aos acorianos numa situação semelhante, e a decisão que então tomaram: Esta nação, situada em frente à ilha da Utopia, nas margens do Euronston, fez, outrora, a guerra, porque seu rei pretendia a sucessão de um reinado vizinho, em virtude de antiga aliança. O reino vizinho foi subjugado, mas cedo se reconheceu que a conservação da conquista era mais difícil e onerosa do que a própria conquista.

A todo momento havia revoltas internas a reprimir, ou tropas a enviar para o

país conquistado; a cada instante era-se forçado a combater pró ou contra os novos súditos. Em consequência, o exército tinha que ser mantido de pé, e os cidadãos eram esmagados pelos impostos; o dinheiro fugia para fora; e, para lisonjear a vaidade de um só homem, o sangue corria em borbotões. Os curtos instantes de paz não eram menos desastrosos do que a guerra. A dissolução das tropas lançara a corrupção nos costumes; o soldado voltava ao lar com o amor da pilhagem e a audácia do assassinato, resultado adquirido no trato da violência nos campos de batalha.

Essas desordens, esse desprezo geral pelas leis, provinham de que o príncipe, ao dividir sua atenção e cuidados entre dois reinos, não podia bem administrar nem um nem outro. Os acorianos quiseram pôr um termo a tantos males; reuniram-se em conselho nacional, e, polidamente, deram ao monarca a escolher entre os dois Estados, declarando-lhe que não podia mais carregar duas coroas, e que era absurdo que um grande povo. fosse governado por uma metade de rei, quando ninguém desejava um almocreve que estivesse ao mesmo tempo a serviço de outro patrão.

Esse bom príncipe resolveu-se: cedeu o novo reino a um dos seus amigos, que foi expulso dali logo depois, e contentou-se com seu antigo domínio.

Volto à minha hipótese. Se fosse mais longe ainda; se, dirigindo-me ao próprio monarca, o fizesse ver que essa paixão de guerrear, que transtorna as nações, depois de ter esgotado as finanças e arruinado o povo, poderia ocasionar à França as consequências mais fatais; se lhe dissesse: Senhor, aproveitai a paz que um feliz acaso vos concede, cultivai o reino de vossos pais, fazei nele florescer a felicidade, a riqueza e a força; amai vossos súditos, e que o amor deles faça a vossa alegria; vivei como pai no meio deles e não comandai nunca como déspota; deixai em paz os outros reinos; aquele que vos coube por herança é suficientemente grande para vós.

Dizei-me, caro Morus, com que espécie de bom ou mau humor seria acolhida semelhante arenga?

– Com péssimo mau humor, respondi.

– E não é tudo, continuou Rafael; passamos em revista a política exterior dos ministros de França; a glória era então o de que necessitava o seu senhor ; agora

é o dinheiro. Vejamos um instante os seus novos princípios de governo e justiça.

Este, propõe elevar o valor da moeda quando se trate de reembolsar um empréstimo, e de fazê-lo descer muito abaixo do par quando se trate de tornar a encher o tesouro. Com esse duplo expediente, o príncipe poderá cobrir suas enormes dívidas, e, sem trabalho, fazer uma grande colheita em recursos.

Aquele, aconselha simular uma guerra próxima. Este pretexto legitimará um novo imposto. Depois da arrecadação do tributo extraordinário, o príncipe fará subitamente a paz; ordenará a celebração desse feliz acontecimento por meio de ações de graça nos templos e de todas as pompas das cerimônias religiosas. A nação ficará deslumbrada, e o reconhecimento público elevará até aos céus as virtudes de um rei tão humanamente avaro do sangue de seus súditos.

Um outro vem, e exuma velhas leis carcomidas pelas traças e caídas em desuso pelo tempo. Como todo mundo ignora sua existência, todo mundo as transgride. Restaurando, assim, as multas pecuniárias contidas nessas leis, criar-se-ia uma fonte de renda lucrativa e até honrada, pois que se agiria em nome da justiça.

Um terceiro pensa que não seria de menos proveito lançar, sob pena de pesadas multas, uma multidão de novas proibições, a maioria delas em benefício do povo. O rei, mediante soma considerável, dispensaria aqueles cujos interesses privados fossem comprometidos por estas proibições. Dessa maneira o rei ver-se-ia cumulado das bênçãos do povo e faria dupla receita, recebendo, ao mesmo tempo, dinheiro dos contraventores e dos privilegiados. O melhor do negócio é que quanto mais exorbitante fosse o preço das dispensas tanto mais Sua Majestade ganharia em estima e consideração.

Vejam, diriam, como este bom príncipe violenta seu coração ao vender tão caro o direito de prejudicar o povo.

Outro ainda, enfim, aconselha ao monarca ter à disposição juizes sempre dispostos a sustentar, em todas as ocasiões, os direitos. da coroa. Vossa Majestade, acrescenta ele, deveria chamá-los à corte, e persuadi-los a discutir, perante a vossa augusta pessoa, os próprios negócios reais. Por pior que seja uma causa, haverá sempre um juiz para julgá-la boa, seja pela mania da

contradição, seja por amor da novidade e do paradoxo, seja para agradar o soberano. Então, uma discussão se trava; a multiplicidade e o conflito de opiniões embrulham uma coisa de si mesma muito clara, e a verdade é posta em dúvida.

Vossa Majestade aproveita o momento para resolver a dificuldade, interpretando o direito em proveito próprio. Os dissidentes se submetem à opinião real por timidez ou por temor, e o julgamento é dado, segundo as formalidades, com franqueza e sem escrúpulo. Faltarão jamais ao juiz, que dá uma sentença a favor do príncipe, os necessários consideranda? Não há o texto da lei, a liberdade de interpretação, e, acima das leis, para um juiz religioso e fiel, a prerrogativa real?

Ouvi os axiomas de moral política proclamados unanimemente pelos membros do nobre conselho: O rei que sustenta um exército nunca tem dinheiro bastante.

O rei não poderia fazer o mal mesmo que o quisesse.

O rei é o proprietário universal e absoluto dos bens e pessoas de todos os seus súditos; nada possuem senão como usufrutuários pelas boas graças do rei.

A pobreza do povo é o baluarte da monarquia.

A riqueza e a liberdade conduzem à insubordinação e ao desprezo da autoridade; o homem livre e rico suporta com impaciência um governo injusto e despótico.

A indigência e a miséria degradam os caracteres, embrutecem as almas, habituam-nas ao sofrimento e à escravidão, comprimindo-as a ponto de lhes tirar a energia necessária para sacudir o jugo.

Se outra vez me erguesse, e falasse assim a esses poderosos senhores: Vossos conselhos são infames, vergonhosos para o rei, funestos para o povo.

A honra de vosso senhor e a sua felicidade consistem na riqueza de seus súditos mais ainda do que na sua própria. Os homens fizeram os reis para os homens e não para os reis; colocaram chefes à sua frente para que pudessem

viver comodamente ao abrigo das violências e dos ultrajes; o dever mais sagrado do príncipe é velar pela felicidade do povo antes de velar pela sua própria; como um pastor fiel, deve dedicar-se a seu rebanho, e conduzi-lo às pastagens mais férteis.

Sustentar que a miséria pública é a melhor salvaguarda da monarquia, é sustentar um erro grosseiro e evidente; onde se vêm mais querelas e rixas do que entre os mendigos?

Qual o homem que mais deseja uma revolução? Não será aquele cuja existência atual é miserável? Qual o homem que revelará maior audácia em subverter o Estado? Não será aquele que com isso só pode ganhar por nada ter a perder?

Um rei que provocasse o ódio e o desprezo dos cidadãos e cujo governo não pudesse se manter senão pelas vexações, pela pilhagem, pelo confisco e pela miséria universal, deveria descer do trono e depor o poder supremo. Empregando estes meios tirânicos, talvez pudesse conservar o nome de rei, mas de rei não teria mais nem o ânimo nem a majestade. A dignidade real não consiste em reinar sobre mendigos, mas sobre homens ricos e felizes.

Fabricius{5}, esta grande alma, estava todo penetrado desse sublime sentimento quando respondeu: Prefiro governar ricos do que eu mesmo ser rico.

E, de fato, nadar em delícias, saciar-se de voluptuosidades em meio às dores e gemidos de um povo, não é manter um reino e sim uma cadeia.

O médico que só sabe curar as moléstias de seus clientes dando-lhes moléstias mais graves, passa por ignaro e imbecil; confessai, pois, – ó vós que não sabeis governar senão arrebatando aos cidadãos a subsistência e as comodidades da vida! – confessai que sois indignos e incapazes de dirigir homens livres! Ou então corrigi vossa ignorância, vosso orgulho e vossa preguiça: é isso o que excita o ódio e o desprezo pelo soberano. Vivei de vosso patrimônio, segundo a justiça; medi vossas despesas na proporção de vossas rendas; detei as torrentes do vício; criai instituições de benemerência, que previnam o mal e o estiolem no germe, ao em vez de inventar suplícios contra os infelizes que uma legislação absurda e bárbara impele ao crime e à morte Não ressusciteis leis carunchosas caídas no olvido e no esquecimento, lançando

sobre os vossos súditos toda a sorte de obstáculos. Não eleveis o preço de um delito a uma taxa que o juiz condenaria, como injusta e vergonhosa, entre simples particulares. Tende sempre diante dos olhos este belo hábito dos macarianos.

Nesta nação, vizinha da Utopia, no dia em que o rei toma posse do império, oferece sacrifícios à divindade, comprometendo-se, por um juramento sagrado, a não ter nunca em seus cofres mais do que mil libras de ouro ou a soma em dinheiro de valor equivalente. Este uso foi introduzido por um príncipe que tinha mais desejo de trabalhar pela prosperidade do Estado, do que de acumular milhões. Quis desse modo pôr um freio à avareza dos seus sucessores e impedi-los de enriquecer pelo empobrecimento de seus súditos. Mil libras de ouro lhe pareceram uma quantia suficiente para um caso de guerra civil ou estrangeira, mas demasiado fraca para apoderar-se da fortuna da nação. Foi principalmente este último motivo que o induziu a decretar esta lei; mas visava ele ainda duas outras finalidades: em primeiro lugar, ter em reserva, para os tempos de crise, a quantidade de dinheiro necessária à circulação e às transações quotidianas dos cidadãos; em segundo lugar, limitar as cifras dos impostos e da lista civil no intuito de impedir que o príncipe empregasse o excesso da dotação legal em semear a corrupção e cometer injustiças. Um rei como este é o terror dos maus e a veneração das pessoas de bem.

Mas, dizei-me, caro Morus, pregar uma tal moral a homens que por interesse e por sistema se orientam por princípios diametralmente opostos, não é contar histórias a surdos?

– E a surdos como portas, respondi. Mas isto não me espanta; e, para vos revelar o meu modo de pensar, é perfeitamente inútil dar conselhos quando se tem a certeza de que serão repelidos, quer na forma, quer no fundo. Ora, os ministros e os políticos de hoje, estão impregnados de erros e preconceitos; como quereis bruscamente modificar suas crenças e fazer penetrar, de chofre, em suas cabeças e em seu coração, a verdade e a justiça? Esta filosofia escolástica está no seu lugar em uma conversação familiar, entre amigos; está fora de propósito nos conselhos dos reis, onde grandes coisas são tratadas com grande autoridade e em face do poder supremo.

– Era isto o que vos dizia ainda agora, retrucou Rafael, a filosofia não tem acesso na corte dos príncipes.

– Dizeis a verdade se vos referis a esta filosofia de escola, que ataca de frente, e cegamente, os tempos, os lugares, e as pessoas. Mas, existe uma filosofia menos selvagem; esta conhece o teatro em que atua, e, na peça que deve representar, desempenha seu papel com decência e harmonia. É esta a que deveis empregar.

Suponhamos que, durante a representação de uma comédia de Plauto, no momento em que os escravos estão de bom humor, irrompeis em cena, em trajes de filósofo, declamando a passagem de Otávio, em que Sêneca repreende e prega moral a Nero; duvido muito que fôsseis aplaudido. Certamente, teríeis agido com mais acerto se vos tivésseis limitado ao papel de um personagem mudo do que oferecer ao público este drama tragicômico. Um monstruoso amálgama destes estragaria todo o espetáculo, mesmo que a vossa citação valesse cem vezes mais do que a peça. Um bom ator pôe todo seu talento no papel que vai representar, qualquer que ele seja; e não perturba o conjunto, porque lhe ocorre à fantasia declamar uma tirada magnífica e pomposa.

Da mesma maneira convém agir quando se delibera acerca dos negócios do Estado, no seio do conselho real; Se não se pode desarraigar de uma só vez as máximas perversas, nem abolir os costumes imorais, não é isto razão para se abandonar a causa pública. O piloto não abandona o navio diante da tempestade porque não pode domar o vento.

Falais a homens imbuídos de princípios contrários aos vossos; que caso poderão fazer de vossas palavras, se lhes atirais à face a contradita e o desmentido? Segui o caminho oblíquo – ele vos conduzirá mais seguramente à meta. Aprendei a dizer a verdade com propriedade e a propósito; e, se vossos esforços não puderem servir para efetuar o bem, que sirvam ao menos para diminuir a intensidade do mal; porque tudo só será bom e perfeito, quando os próprios homens forem bons e perfeitos; e até lá, os séculos passarão.

Rafael respondeu: Quereis saber o que me sucederia se assim procedesse? Ao querer curar a loucura dos outros, acabaria demente também. Mentiria, se falasse doutra maneira da que vos falei. A mentira é talvez permitida a certos filósofos, mas não está em minha natureza. Sei que minha linguagem parecerá dura e severa aos conselheiros do rei; apesar disso, não vejo por que sua novidade seja de tal modo estranha que toque ao absurdo. Se me referisse às teorias da república de Platão, ou aos usos atualmente em vigor entre os

utopianos, coisas melhores e infinitamente superiores às nossas idéias e costumes, então, poder-se-ia crer que eu vinha de outro mundo, porque aqui o direito de possuir de seu pertence a cada um, enquanto que lá todos os bens são comuns. Mas, o que disse eu que não fosse conveniente e mesmo necessário de se divulgar. Minha moral mostra o perigo e dele salva o homem. ponderado; não fere senão o insensato que se atira de olhos fechados ao abismo.

Há covardia ou má-fé em calar as verdades que condenam a perversidade humana, sob o pretexto de que serão escarnecidas como novidades absurdas ou quimeras impraticáveis. De outra forma, seria necessário deitar um véu sobre o Evangelho e dissimular aos cristãos a doutrina de Jesus. Mas Jesus proibia a seus apóstolos o silêncio e o mistério; repetia-lhes sempre: O que vos digo em voz baixa e ao ouvido, pregai pôr toda parte, em voz alta e às claras. Ora, a moral de Cristo está muito mais em contradição aos costumes deste mundo, do que os nossos discursos.

Os Pregadores, homens sagazes, seguiram o caminho oblíquo de que me falastes há pouco; vendo que repugnava aos homens acomodar seus maus costumes à doutrina cristã, torceram o Evangelho, como se fosse uma lei de chumbo, para modelá-lo segundo os maus costumes dos homens. Onde os conduziu esta hábil manobra? A dar ao vício a calma e a segurança da virtude.

Quanto a mim, não obteria melhor resultado nos conselhos dos príncipes, porque, ou minha opinião é contrária à opinião geral, e, nesse caso, não seria tomada em consideração, ou coincide com a opinião geral, e então, deliro também com os loucos, segundo a expressão de Micion, a personagem de Terêncio.

Assim, não vejo aonde pode levar o vosso caminho retorcido. Dizeis: Quando não se pode atingir a perfeição, deve-se, ao menos, atenuar o mal. Mas aqui, a dissimulação é impossível e a conivência um crime, pois se trata de aprovar as propostas mais execráveis, de votar decretos mais perigosos que a peste, e, neste caso, aprovar perfidamente deliberações infames como essas, seria comportar-se tal qual um espião e um traidor.

Não há, pois, nenhuma maneira de ser útil ao Estado nessas altas regiões.

O ar que aí se respira corrompe a própria virtude. Os homens que vos

cercam, longe de corrigir-se com os vossos ensinamentos, vos depravam com seu contato e pela inf1uência de sua perversão; e se conservais vossa alma pura e incorruptível, servireis de manto às suas imoralidades e loucuras. Não há, pois, esperança de transformar o mal em bem, trilhando o vosso caminho oblíquo, aplicando os vossos meios indiretos.

Agora, caro Morus, vou revelar-vos o fundo de minha alma, e dizer-vos, os meus pensamentos mais íntimos. Em toda a parte onde a propriedade for um direito individual, onde todas as coisas se medirem pelo dinheiro, não se poderá jamais organizar nem a justiça nem a prosperidade social, a menos que denomineis justa a sociedade em que o que há de melhor é a partilha dos piores, e que considereis perfeitamente feliz o Estado no qual a fortuna pública é a presa de um punhado de indivíduos insaciáveis de prazeres, enquanto a massa é devorada pela miséria.

Também, quando comparo as instituições utopianas com as dos outros países, não me canso de admirar a sabedoria e a humanidade de uma parte, e deplorar, da outra, o desvario e a barbaria.

Na Utopia, as leis são pouco numerosas; a administração distribui indistintamente seus benefícios por todas as classes de cidadãos. O mérito é ali recompensado; e, ao mesmo tempo, a riqueza nacional é tão igualmente repartida que cada um goza abundantemente de todas as comodidades da vida.

Alhures, o princípio do teu e do meu é consagrado por uma organização cujo mecanismo é tão complicado quão vicioso. Há milhares de leis, e que ainda não bastam para que um indivíduo possa adquirir uma propriedade, defendê-la e distingui-la da propriedade de outrem. A prova é o número infinito de processos que surgem todos os dias e não terminam nunca. Quando me entrego a esses pensamentos, faço inteira justiça a Platão e não me admiro mais que ele tenha desdenhado legislar para os povos que não aceitam a comunidade dos bens.

Esse grande gênio previra facilmente que o único meio de organizar a felicidade pública, fora a aplicação do princípio da igualdade. Ora, a igualdade é, creio, impossível num Estado em que a posse é particular e absoluta; porque cada um se apoia em diversos títulos e direitos para atrair para si tudo quanto possa, e a riqueza nacional, por maior que seja, acaba por cair na posse de um reduzido número de indivíduos que deixam aos outros apenas indigência e

miséria.

Muitas vezes até a sorte do rico deveria caber ao pobre. Não há ricos avaros, imorais, inúteis, e pobres simples, modestos, cujo engenho e trabalho trazem proveito ao Estado mas não o trazem a si mesmos?

Eis o que invencivelmente me persuade que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a esse mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desesperos.

Sei que existem remédios que podem aliviar o mal; mas estes remédios são impotentes para curá-lo. Por exemplo: Decretar um máximo de posse individual em terras e dinheiro. Premunir-se por meio de severas leis contra o despotismo e a anarquia.

Denunciar e castigar a ambição e a intriga. Não traficar as magistraturas.

Suprimir o fausto e a representação nos altos cargos, a fim de que o funcionário, para sustentar sua posição, não se entregue à fraude e à rapina; ou, a fim de que não seja obrigado a dar aos mais ricos os cargos que deveriam caber aos mais capazes.

Estes meios, repito-o, são excelentes paliativos que podem adormecer a dor e aliviar as chagas do corpo social; mas não espereis com isto devolver-lhe a força e a saúde, enquanto cada um possuir solitariamente e absolutamente seus bens; podeis cauterizar uma úlcera, mas inflamareis todas as outras; curareis um doente, e matareis um homem são; porque o que acrescentais ao haver de um indivíduo tirais ao de seu vizinho.

Disse eu, então, a Rafael: Longe de compartilhar vossas convicções, penso, ao contrário, que o país em que se estabelecesse a comunidade de bens seria o mais miserável de todos os países. Com efeito, como produzir para as necessidades do consumo? Todo mundo fugiria do trabalho e descansaria dos cuidados com sua existência sobre o trabalho dos outros. E, mesmo que a miséria perseguisse os preguiçosos, desde que a lei não mantém inviolavelmente, para e contra todos, a propriedade de cada um, a rebelião

rugiria, sem cessar, esfomeada e ameaçadora, e a matança ensanguentaria vossa república.

Que barreira oporíeis à anarquia? Vossos magistrados têm apenas uma autoridade nominal; estão despidos, despojados de tudo que impõe o temor e o respeito. Não chego nem mesmo a conceber a possibilidade de governo nesse povo de niveladores que repele toda espécie de superioridade.

Não me espanto que penseis assim, replicou Rafael. Vossa imaginação não poderia fazer a menor idéia de uma tal república, ou dela tem apenas uma idéia falsa. Se tivésseis estado na Utopia, se tivésseis assistido ao espetáculo de suas instituições e de seus costumes, como eu, que lá passei cinco anos de minha vida, e que não me decidi a sair senão para revelar esse novo mundo ao antigo, confessaríeis que em nenhuma outra parte existe sociedade perfeitamente organizada.

Pedro Gil disse então, dirigindo-se a Rafael:

– Não me persuadireis jamais que haja nesse novo mundo povos melhor constituídos do que neste. A natureza não produz entre nós espíritos de têmpera inferior. Temos, além disso, o exemplo de uma civilização mais antiga, e uma série de descobertas, que o tempo fez brotar, para as necessidades ou para o luxo da vida. Não me refiro às invenções nascidas do acaso e que o gênio mais sutil não teria podido imaginar.

– A questão da antiguidade, respondeu Rafael, vós a discutiríeis com mais solidez se tivésseis lido as histórias desse novo mundo. Ora, segundo essas histórias, lá houve cidades, antes que aqui houvesse homens. Pelo que se refere às descobertas devidas ao gênio ou ao acaso, elas podem igualmente surgir em todos os continentes. Admito que tenhamos sobre esses povos a superioridade da inteligência; em compensação, eles nos deixam bem atrás em matéria de atividade e engenho. Ides ter a prova: Seus anais testemunham que não tinham jamais ouvido falar de nosso mundo, antes de nossa chegada; somente, há aproximadamente mil e duzentos anos, um navio impelido pela tempestade afundou em frente à ilha da Utopia. As ondas jogaram à praia alguns egípcios e romanos, que, desde então, só com vida, queriam deixar o país. Os utopianos tiraram desse acontecimento um partido enorme; na escola dos náufragos aprenderam tudo que estes conheciam das ciências e artes espalhadas no

império romano. Mais tarde, esses primeiros germes se desenvolveram, e o pouco que os utopianos tinham aprendido, levou-os a descobrir o resto. Assim, um único ponto de contato com o mundo antigo bastou para transmitir-lhes a indústria e o gênio.

É possível que depois desse naufrágio, a mesma sorte tenha levado alguns dos nossos à Utopia; mas a lembrança disso está completamente apagada.

Talvez a posteridade também esqueça a minha estadia nesta ilha afortunada, estadia esta que foi infinitamente preciosa para os seus habitantes, pois, por este meio, puderam apropriar-se das mais belas invenções da Europa.

Mas para nós, quantos séculos nos serão precisos para aprender deles o que há de perfeito em suas instituições? Eis o que lhes dá a superioridade do bem-estar material e social, embora os igualemos em inteligência e riqueza: essa atividade do espírito dirigida incessantemente para a pesquisa, o aperfeiçoamento e a aplicação das coisas úteis.

– Pois então, disse eu a Rafael, fazei-nos a descrição desta ilha maravilhosa.

Não suprimais nenhum detalhe, suplico-vos. Descrevei-nos os campos, os rios, as cidades, os homens, os costumes, as instituições, as leis, tudo o que pensais que desejamos saber, e, acreditai-me, esse desejo abarca tudo que ignoramos.

– Com muito gosto, respondeu Rafael; essas coisas estão sempre presentes à minha memória; mas a narrativa exige tempo.

– Nesse caso, disse-lhe, vamos então jantar, primeiro; teremos depois todo o tempo necessário.

– Perfeitamente, acrescentou Rafael.

Entrámos então em casa para jantar, e depois voltámos ao jardim, onde sentamo-nos no mesmo banco. Recomendei particularmente aos criados afastar os importunos, pois havia associado minhas instâncias às de Pedro, para que Rafael cumprisse sua promessa. Sentindo a nossa curiosidade, ávida e atenta, recolheu-se, um instante, no silêncio e meditação, e começou com estas

palavras.

LIVRO SEGUNDO

O QUE VOS DIGO EM VOZ BAIXA E AO OUVIDO, PREGAI-O EM VOZ ALTA E ABERTAMENTE

A ilha da Utopia tem duzentos mil passos em sua maior largura, situada na parte média. Esta largura diminui gradual e sistematicamente do centro para as duas extremidades, de maneira que a ilha inteira se arredonda em um semicírculo de quinhentas milhas de arco, apresentando a forma de um crescente, cujos cornos estão afastados onze mil passos aproximadamente.

O mar enche esta imensa bacia; as terras adjacentes que se estendem em anfiteatro quebram o furor dos ventos, mantendo as águas calmas e pacificas, e dando a esta grande massa líquida a aparência de um lago tranquilo. Esta parte côncava da ilha é como um único e vasto porto acessível aos navios em todos os pontos.

A entrada do golfo é perigosa por causa dos bancos de areia de um lado, e dos escolhos, do outro. No meio se levanta um rochedo visível de muito longe, e que por isto não oferece nenhum perigo, Os utopianos construíram uma fortaleza, defendida por uma boa guarnição. Outros rochedos ocultos pela água oferecem armadilhas inevitáveis aos navegantes. Unicamente os nativos conhecem as passagens navegáveis e por esse justo motivo ninguém pode entrar no estreito sem ser guiado por um piloto utopiano. Esta precaução seria ainda insuficiente, se os faróis dispostos pela costa não indicassem o rumo a seguir. A simples transposição desses faróis seria suficiente para destruir a frota mais numerosa, dando-lhe uma falsa direção.

Na parte oposta da ilha encontram-se diversos portos, e a arte e a natureza fortificaram de tal forma as costas, que um punhado de homens poderia impedir o desembarque de um grande exército.

Se se der crédito às tradições, aliás plenamente justificadas pela configuração do país, esta terra não foi sempre uma ilha. Chamava-se antigamente Abraxa e se ligava ao continente; Utopus apoderou-se dela, e deu-lhe seu nome Este conquistador teve bastante gênio para humanizar uma população grosseira e selvagem e para formar um povo que ultrapassa hoje todos os outros em civilização. Desde que a vitória o fez dono deste país, mandou cortar um istmo de quinze mil passos que o ligava ao continente; e a terra de Abraxa tornou-se, assim, a ilha da Utopia. Utopus empregou, no acabamento dessa obra gigantesca, os soldados do seu exército, assim como os indígenas, a fim de que estes não olhassem. o trabalho imposto pelo vencedor como uma humilhação e um ultraje.

Milhares de braços foram então postos em movimento e o êxito, em breve, coroava o empreendimento. Os povos vizinhos que, antes, haviam taxado esta obra de vaidade e loucura, tomaram-se de espanto e de terror.

A ilha da Utopia tem cinquenta e quatro cidades espaçosas e magníficas. A linguagem, os hábitos, as instituições, as leis são perfeitamente idênticas. As cinquenta e quatro cidades são edificadas sobre o mesmo plano e possuem os mesmos estabelecimentos e edifícios públicos, modificados segundo as exigências locais. A menor distância entre essas cidades é de vinte e quatro milhas, a maior é de uma jornada a pé.

Todos os anos, três velhos experientes e capazes são nomeados deputados por cada cidade e se congregam em Amaurota, a fim de tratar dos negócios do país. Amaurota é a capital da ilha; sua posição central transformou-a em ponto de reunião mais conveniente para todos os deputados.

Um mínimo de vinte mil passos de terra é destinado em cada cidade à produção dos artigos de consumo e à lavoura. Em geral, a extensão do território é proporcional ao afastamento das cidades. Estas felizes cidades não procuram aumentar os limites fixados pela lei. Os habitantes se olham mais como rendeiros do que como proprietários do solo.

Há pelos campos casas comodamente construídas, providas de toda a espécie de instrumentos de agricultura, e que servem de morada aos exércitos de trabalhadores que a cidade envia periodicamente. ao campo.

A família agrícola se compõe pelo menos de quarenta indivíduos, homens e mulheres, e de dois escravos. Está sob a direção de um pai e de uma mãe de família, pessoas graves e prudentes.

Trinta famílias são dirigidas por um filarca{6}.

Todos os anos vinte cultivadores de cada família regressam à cidade; são os que terminaram seus dois anos de serviço agrícola. São substituídos, então, por vinte indivíduos que ainda não serviram. Os recém-chegados recebem instrução dos que já trabalharam um ano no campo, e, no ano seguinte, se tornam instrutores por sua vez. Assim os cultivadores não são, nunca, todos de uma vez, ignorantes e novatos, e a subsistência pública não tem nada a temer da imperícia dos cidadãos encarregados de mantê-la.

Esta renovação anual tem ainda outra finalidade que é a de não consumir por muito tempo a vida dos cidadãos nos trabalhos materiais e penosos. Entretanto, alguns tomam naturalmente gosto pela agricultura e obtêm autorização de passar vários anos no campo.

Os agricultores cultivam a terra, criam animais, juntam madeira e transportam os aprovisionamentos para a cidade vizinha, por água ou por terra. Eles usam de um processo extremamente engenhoso para conseguir grande quantidade de pintos: não deixam às galinhas a tarefa de chocar os ovos, mas fazem-nos romper a casca por meio de um calor artificial convenientemente temperado. E, quando o pinto quebra a casca, é o homem que lhe serve de mãe, que o guia e sabe reconhecê-lo. Criam poucos cavalos, e somente árdegos, destinados a corridas, e não têm outra aplicação que a de exercitar a juventude na equitação.

Os bois são empregados exclusivamente na lavoura e no transporte. O boi, dizem os utopianos, não tem a vivacidade do cavalo, mas o sobrepuja em paciência e força; é menos sujeito a moléstias, custa menos para ser nutrido, e quando não serve mais para o trabalho serve ainda para a mesa.

Os utopianos convertem em pão os cereais; bebem o suco da uva, da maçã, da pêra; bebem também água pura ou fervida com mel e alcaçuz, que possuem em abundância.

A quantidade de víveres necessária ao consumo de cada cidade e de seus territórios é determinada da maneira mais precisa. Não obstante, os habitantes não deixam de semear o grão e criar gado, muito além das necessidades do consumo. O excedente é posto em reserva, para os países vizinhos.

Quanto aos móveis, utensílios domésticos, e outros objetos que não podem ser encontrados no campo, os agricultores vão procurá-los na cidade. Eles se dirigem aos magistrados urbanos que lhes mandam entregar sem remuneração nem atraso. Todos os meses se reúnem para celebrar uma festa.

Quando chega o tempo da colheita os filarcas das famílias agrícolas comunicam aos magistrados das cidades quantos braços auxiliares necessitam; e enxames de ceifadores chegam no momento convencionado e, se o céu está plácido, a colheita é feita quase num só dia.

DAS CIDADES DA UTOPIA E PARTICULARMENTE DA CIDADE DE AMAUROTA

– Quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita. Poderia portanto descrever-vos indiferentemente a primeira que me ocorresse; mas escolherei de preferência a cidade de Amaurota, porque é a sede do governo e do senado, fato que lhe dá preeminência sobre as demais. Além disso, é a cidade que melhor conheço, pois habitei-a cinco anos inteiros.

Amaurota se estende em doce declive sobre a vertente de uma colina. Sua forma é de quase um quadrado. Começa a estender-se um pouco acima do cume da colina, prolonga-se cerca de dois mil passos sobre as margens do rio Anidra, alargando-se à medida que vai margeando o rio.

A nascente do Anidra é pouco abundante; está situada a oitenta milhas acima de Amaurota. A fraca corrente se engrossa na sua marcha com o encontro de numerosos rios, entre os quais se distinguem dois de grandeza média. Ao chegar diante de Amaurota, o Anidra mede quinhentos passos de largo. A partir daí, segue se avolumando sempre até desembocar no mar, após ter percorrido uma extensão de sessenta milhas.

Dentro de todo o espaço compreendido entre a cidade e o mar, e algumas milhas acima da cidade, o fluxo e o refluxo da maré, que duram seis horas por dia, modificam singularmente o curso do rio. À maré crescente, o oceano invade o leito do Anidra numa extensão de trinta milhas, rechaçando-o para a nascente. Então a vaga salina comunica seu amargor ao rio; mas este, pouco a pouco, se purifica, e leva à cidade uma água doce e potável, e a reconduz inalterada até perto de sua embocadura, quando a maré baixa. As duas margens do Anidra estão ligadas por uma ponte de pedra, construída em arcadas maravilhosamente curvas. Esta ponte se encontra na extremidade da cidade mais afastada do mar, a fim de que os navios possam ancorar em todos os pontos da baía.

Um outro rio, pequeno é verdade, mas belo e tranquilo, corre também no perímetro de Amaurota. Este ribeiro brota a pouca distância da cidade, na montanha sobre que está assentada; e, depois de a ter cortado ao meio, vem unir suas águas às do Anidra. Os amaurotanos cercaram a nascente de fortificações que a ligam aos arrabaldes. Desta forma, no caso de cerco, o inimigo não poderá envenenar o rio, nem barrar ou desviar-lhe o curso. Do ponto mais elevado, ramificam-se em todos os sentidos canos de barro que conduzem a água aos quarteirões baixos da cidade. Onde este meio é impraticável, vastas cisternas recolhem as águas pluviais para os diversos usos dos habitantes.

Uma cadeia de altas e largas muralhas circunda a cidade e, a pequenas distâncias, erguem-se torres e fortalezas. As muralhas, dos três lados, estão cercadas de fossos sempre secos, mas largos e profundos, atravancados de sebes e espinheiros. O quarto lado tem por fossa o próprio rio.

As ruas e as praças são convenientemente dispostas, seja para o transporte, seja para abrigar-se do vento. Os edifícios são construídos confortavelmente; brilham de elegância e de conforto e formam duas fileiras contíguas, acompanhando de longo as ruas, cuja largura é de vinte pés.

Atrás, e entre as casas, abrem-se vastos jardins. Em cada casa há uma porta que dá para a rua e outra para o jardim. Estas duas portas se abrem facilmente com um ligeiro toque, e deixam entrar o primeiro que chega.

Os habitantes da Utopia aplicam aqui o princípio da posse comum. Para abolir a idéia da propriedade individual e absoluta, trocam de casa todos os dez anos e tiram a sorte da que lhes deve caber na partilha.

Os habitantes das cidades tratam de seus jardins com desvelo; cultivam a vinha, os frutos, as flores e toda a sorte de plantas. Põem nessa cultura tanta ciência e gosto que jamais vi em outra parte maior fertilidade e abundância combinadas num conjunto mais gracioso. Não é o prazer o único motivo que os incita à arte da jardinagem; há emulação entre os diferentes quarteirões da cidade, que lutam à porfia por quem terá o jardim mais bom cultivado. Na verdade, nada se pode conceber mais agradável, nem mais útil aos cidadãos que esta ocupação.

O fundador do império bem o compreendeu, quando tantos esforços envidou para encaminhar os espíritos nessa direção.

Os utopianos atribuem a Utopus o plano. geral de suas cidades. Este grande legislador não teve tempo de concluir as construções e embelezamentos que tinha projetado; isso demandava o trabalho de muitas gerações. Assim, legou à posteridade o cuidado de continuar e aperfeiçoar sua obra.

Lê-se nos anais da Utopia, conservados religiosamente desde a conquista da ilha e que abarcam a história de mil setecentos e sessenta anos; lê-se que, no começo, as casas eram muito baixas, não havia senão choupanas, cabanas de madeira, com paredes de barro e tetos de palha, terminados em ponta. As casas, hoje, são elegantes edifícios de três andares, com paredes externas de pedra ou de tijolo e paredes internas de caliça. Os tetos são chatos, recobertos de uma matéria moída e incombustível, que não custa nada e protege melhor que o chumbo dos danos do tempo. As janelas envidraçadas (faz-se na ilha grande uso do vidro) abrigam do vento. Algumas vezes substitui-se o vidro por um tecido de uma finura extrema revestido de âmbar ou óleo transparente, o que oferece ainda a vantagem de deixar passar a luz e evitar o vento.

DOS MAGISTRADOS

Trinta famílias fazem, todos os anos, a eleição de um magistrado, chamado sifograntе na antiga linguagem do país e filarca na moderna.

Dez sifograntes e suas trezentas famílias obedecem a um protofilarca, antigamente denominado traníbora.

Finalmente os sifograntes, em número de mil e duzentos, após o juramento de dar os seus votos ao cidadão mais virtuoso e mais capaz, escolhem por escrutínio secreto e proclamam príncipe um dos quatro cidadãos propostos pelo povo; porque a cidade sendo dividida em quatro seções, cada quarteirão apresenta seu candidato ao senado.

O principado é vitalício, a menos que recaia sobre o príncipe a suspeita de aspirar à tirania. Os traníboras são nomeados todos os anos, mas só por graves motivos são eles mudados. Os outros magistrados são renovados anualmente.

Todos os três dias, e ainda mais frequentemente se o caso exige, os traníboras se reúnem em conselho com o príncipe para deliberar sobre os negócios do pais e terminar rapidamente os processos que surgem entre os particulares, processos aliás excessivamente raros. Dois sifograntes assistem a cada uma das sessões do senado, e esses dois magistrados populares são alternados em cada sessão.

A lei quer que as moções de interesse geral sejam discutidas no senado três dias antes de ir a votação e de ser convertido em decreto o projeto.

Reunir-se fora do senado e das assembléias do povo para deliberar sobre os negócios públicos é um crime punido com a morte.

Estas instituições têm por finalidade impedir o príncipe e os traníboras de conspirarem juntos contra a liberdade, de oprimir o povo com leis tirânicas e de mudar a forma do governo. A constituição é de tal modo vigilante a este propósito que as questões de alta importância são relatadas nos comícios dos sifograntes, que as comunicam às suas famílias. O caso é então examinado em assembléia popular; depois, os sifograntes, após terem deliberado, transmitem

ao senado seu parecer e a vontade do povo. Algumas vezes mesmo a opinião de toda a ilha é consultada.

Entre os regulamentos do senado, o seguinte merece assinalado. Quando uma proposta é feita, é proibido discuti-la no mesmo dia; a discussão é transferida à sessão seguinte.

Desta maneira ninguém fica exposto a desembuchar levianamente as primeiras coisas que lhe passem pela cabeça, e a defender, em seguida, a sua opinião antes do que o bem geral; pois não é frequente acontecer que se recue diante da vergonha de uma retratação e do reconhecimento de um erro irrefletido? Então, sacrifica-se o bem público para salvar a reputação. Este perigo funesto da precipitação foi previsto, e aos senadores é dado o tempo suficiente para refletir.

DAS ARTES E OFÍCIOS

Há uma arte comum a todos os utopianos, homens e mulheres, e da qual ninguém tem o direito de isentar-se, é a agricultura. As crianças aprendem a teoria nas escolas e a prática nos campos vizinhos da cidade aonde são levadas em passeios recreativos. Aí assistem a trabalhar e trabalham também, e este exercício traz ainda a vantagem de desenvolver as suas forças físicas.

Além da agricultura, que, repito-o, é um dever imposto a todos, ensina-se a cada um, um ofício especial. Uns tecem a lã ou o linho; outros são pedreiros ou oleiros; outros trabalham a madeira ou os metais. São esses os principais ofícios.

As roupas têm a mesma forma para todos os habitantes da ilha; esta forma é invariável, e apenas distingue o homem da mulher, o solteiro do casado. Estas vestes reúnem a elegância à comodidade; facilitam todos os movimentos do corpo, defendem-no contra os calores do verão e do frio do inverno. Cada família confecciona seus próprios vestidos.

Todos, homens e mulheres, sem exceção, são obrigados a aprender um dos ofícios mencionados acima. As mulheres, sendo mais fracas, trabalham apenas

a lã e o linho, os homens são encarregados das coisas mais penosas.

Em geral, cada um é adestrado na profissão de seus pais, porque é habitualmente a natureza que inspira o gosto desta profissão. Entretanto, se alguém sente mais aptidão e é atraído por outra, passa a fazer parte, por adoção, de uma das famílias que a exercem. Seu pai, de acordo com o magistrado, trata de colocá-lo a serviço de um pai de família honesto e respeitável.

Se alguém, tendo já uma profissão, quer aprender outra, pode aprendê-la nas condições precedentes. Deixa-se-lhe a liberdade de exercer a que melhor lhe convier, a menos que a cidade não lhe designe uma por motivo de utilidade pública.

A função principal e quase única dos sifograntes é a de velar por que ninguém se entregue à ociosidade e à preguiça e todos exerçam com ânimo a sua profissão. Não se deve crer que os utopianos se atrelem ao trabalho como bestas de carga desde a madrugada até à noite. Esta vida embrutecedora para o espírito e para o corpo, seria pior que a tortura e a escravidão. E no entretanto, tal é, em outra qualquer parte, a triste sorte do operário!

Os utopianos dividem o intervalo de um dia e de uma noite em vinte e quatro horas iguais. Seis horas são empregadas nos trabalhos materiais; eis a sua distribuição.

Três horas de trabalho antes do meio dia, depois almoçam. Depois de meio dia, duas horas de repouso, três de trabalho, em seguida jantam.

Contam uma hora onde contamos meio dia, deitam-se às nove e reservam nove horas para o sono.

O tempo compreendido entre o trabalho, as refeições e o sono, cada qual é livre de empregar à sua vontade. Longe de abusar dessas horas de lazer, abandonando-se à ociosidade e à preguiça, descansam variando suas ocupações e trabalhos. Estão aptos a assim fazer, graças a uma instituição verdadeiramente admirável.

Todas as manhãs, antes do sol se levantar, os cursos públicos são abertos.

Somente os indivíduos especialmente destinados às letras são obrigados a seguir esses cursos; mas todo mundo tem direito a assisti-los, as mulheres como os homens, quaisquer que sejam as suas profissões. O povo acorre em massa; e cada um se apega ao ramo de ensino que tem mais relação com sua indústria e seus gostos.

Alguns, durante as horas de liberdade, entregam-se de preferência ao exercício de sua profissão. São os homens cujo espírito não tem o gosto das especulações abstratas. Longe de serem contrariados nessa preferência, são, ao contrário, aplaudidos, pois se tornam, assim, constantemente úteis a seus concidadãos.

A noite, depois da ceia, os utopianos se entregam, durante uma hora, aos divertimentos; no verão, pelos jardins, e no inverno, nas salas comuns onde fazem suas refeições. Fazem música ou se distraem conversando. Desconhecem os dados, o baralho e todos os outros jogos de azar, tão estúpidos como perigosos.

Praticam entretanto duas espécies de jogos, que têm muita semelhança com o nosso xadrez; um é a batalha aritmética, na qual o número pilha o número; o outro é o combate das vícios e das virtudes. Este último mostra, com destaque, a anarquia dos vícios entre si, o ódio que os divide e, contudo, seu perfeito acordo quando se trata de atacar as virtudes. Faz ver ainda quais são os vícios opostos a cada uma das virtudes, como aqueles atacam a estas pela violência e a descoberto, ou pela astúcia e meios sinuosos; como a virtude repele os assaltos do vício, derruba-o e aniquila seus esforços; e como, finalmente, a vitória se decide por um ou outro lado.

Aqui espero uma séria objeção e apresso-me em rebatê-la.

Dir-se-á talvez: Seis horas de trabalho por dia não são suficientes para as necessidades do consumo público, e a Utopia deve ser um país muito miserável.

Mas não é este realmente o caso. Ao contrário, as seis horas de trabalho produzem abundantemente para todas as necessidades e comodidades da vida, e ainda um supérfluo bem superior às exigências do consumo.

Compreendereis facilmente se refletirdes no grande número de pessoas

ociosas existentes nas outras nações. Antes de tudo, são essas quase todas as mulheres, que em si já constituem a metade da população, e a maioria dos homens, ali onde as mulheres trabalham. Em seguida, esta imensa multidão de padres e religiosos vagabundos. Somai ainda todos esses ricos proprietários vulgarmente chamados nobres e senhores; acrescentai também as nuvens de lacaios e outro tanto de malandros de libré; e o dilúvio de mendigos robustos e válidos que escondem sua preguiça sob o disfarce de enfermidades. E achareis, em resumo, que o número dos que, por seu trabalho, provêm ao gênero humano de todas as necessidades é bem menor do que imaginais.

Considerai também como são poucos aqueles que a trabalhar estão empregados em coisas verdadeiramente necessárias. Porque, neste século de dinheiro, onde o dinheiro é o deus e a medida universal, grande é o número das artes frívolas e vãs que se exercem unicamente a serviço do luxo e do desregramento. Mas se a massa atual dos trabalhadores estivesse repartida pelas diversas profissões úteis, de maneira a produzir mesmo com abundância tudo o que exige o consumo, o preço da mão de obra baixaria a um ponto que o operário não poderia mais viver de seu salário.

Suponde, pois, que se faça trabalhar utilmente aqueles que não produzem senão objetos de luxo e os que nada produzem, embora comam o trabalho e o quinhão de dois bons operários; então, concebereis, sem dificuldade, que disporão de mais tempo do que necessitam para prover às necessidades e mesmo aos prazeres da vida, quero dizer, os que se fundam na natureza e na verdade.

Ora, o que afirmo aqui, na Utopia está provado pelos fatos. Em toda a extensão de uma cidade utopiana, inclusive seu território, não mais de quinhentos indivíduos, compreendidos os homens e mulheres na idade e força de trabalhar, existem isentos por lei. Neste número estão os sifograntes; mas mesmo esses magistrados trabalham como os outros cidadãos a fim de estimulá-los pelo exemplo. Este privilégio se estende também aos jovens que o povo destina às ciências e às artes, por recomendação dos padres e conforme os sufrágios secretos dos sifograntes. Se um desses eleitos ilude a esperança pública, é transferido para a classe dos operários. Se, ao contrário, e o caso é frequente, um operário consegue adquirir uma instrução suficiente consagrando suas horas de lazer aos estudos intelectuais, fica isento do trabalho mecânico e sobe à classe dos letrados.

É entre os letrados que se escolhem os embaixadores, os padres, os traníboras e o príncipe, chamado antigamente barzame e hoje ádemo. O resto da população continuamente ativa não exerce senão profissões úteis e produz, em pouco tempo, uma massa considerável de trabalhos perfeitamente executados.

O que contribui ainda para abreviar o trabalho é que, tudo sendo bem estabelecido e conservado, há muito menos o que fazer na Utopia do que entre nós.

Nas outras partes, a construção e a reparação dos edifícios exigem trabalhos contínuos. A razão disto é que o pai, após ter edificado a sua casa com grandes sacrifícios, deixa seus bens a um filho negligente e dissipador, em cujas mãos tudo se deteriora pouco a pouco; o resultado é que o herdeiro deste último não pode empreender reparações sem fazer despesas enormes. Frequentemente acontece mesmo que um mais requintado no luxo desdenha as construções paternas, e se põe a construir, com maiores despesas ainda, noutro terreno, enquanto a casa de seu pai cai em ruínas.

Na Utopia, tudo está tão bem previsto e organizado que raro é-se obrigado a construir em novos terrenos. Os estragos são consertados no momento em que aparecem, e os que estão iminentes são prevenidos. Assim, as construções se conservam com pouco gasto e trabalho. A maior parte do tempo, os operários permanecem em casa para, desbastando os materiais, talhar a madeira e a pedra.

Quando há uma construção a fazer, os materiais estão todos prontos e a obra é rapidamente terminada.

Ides ver como dispendem pouco os utopianos para se vestirem.

No trabalho, vestem de couro ou de pele; este trajo pode durar sete anos. Em público, cobrem-se de um casaco ou sobretudo que tapa a roupa grosseira do trabalho. O casaco é de cor natural, e igual para todos. Desta sorte usam muito menos casemira do que em qualquer outra parte, e a lã lhes vem por menor preço.

O linho é de uso muito difundido, porque exige menos trabalho. Eles não dão preço senão à brancura do linho, à nitidez e à limpeza da lã, sem considerar a fineza ou delicadeza da fiação. Um só trajo dura de ordinário dois anos;

enquanto que alhures, cada pessoa carece de quatro a cinco roupas de diferentes cores, outras tantas vestimentas de seda e os mais elegantes não se satisfazem com uma dezena. Os utopianos não vêm motivo para possuir um tão grande número; não se sentiriam por isso nem mais cômoda nem mais elegantemente vestidos.

Assim, todo mundo, na Utopia, vive ocupado em artes e ofícios realmente úteis. O trabalho material é de curta duração e mesmo assim produz a abundância e o supérfluo. Quando há acúmulo de produtos, os trabalhos diários são suspensos e a população é transportada em massa para reparar as estradas esburacadas e estragadas. Na falta de obras comuns ou extraordinárias a realizar, um decreto autoriza uma diminuição nas horas de trabalho, porque o governo não procura fatigar seus cidadãos em labores inúteis.

O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo às necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras.

É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade.

DAS RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE OS CIDADÃOS

Agora passo a expor as relações dos cidadãos entre si, seu comércio e a lei da distribuição das coisas necessárias à vida.

A cidade se compõe de famílias, na sua maioria unidas pelos laços de parentesco.

Desde que uma moça é núbil, é-lhe dado um marido, e ela vai morar com ele.

Os varões, filhos e netos, não deixam as suas famílias. O membro mais antigo de uma família é o chefe, e se os anos enfraqueceram sua inteligência, é substituído por aquele que mais se aproxima de sua idade.

As seguintes disposições mantêm o equilíbrio da população, impedindo-a de tornar-se muito rara em certos pontos, muito densa em outros.

Cada cidade deve ser constituída de seis mil famílias. Cada família não pode conter senão de dez a dezesseis mancebos na idade da puberdade. O número de crianças impúberes é ilimitado.

Quando uma família cresce além da medida, o excedente é colocado entre as famílias menos numerosas.

Quando há numa cidade mais gente do que deve conter, o excedente vai preencher os claros das cidades menos povoadas.

Finalmente, se a ilha inteira se visse sobrecarregada de habitantes, seria decretada a emigração geral. Os emigrantes iriam fundar uma colônia no continente mais próximo, onde os indígenas dispõem de mais terreno do que cultivam.

A colônia se governa segundo as leis utopianas, e chama a si os nativos que queiram partilhar de seus trabalhos e gênero de vida.

Se os colonos encontram um povo que aceita suas instituições e costumes, formam com ele uma mesma comunidade social, e esta união é benéfica a todos.

Pois, a viver todos, assim, à utopiana, uma terra que, outrora, era ingrata e estéril para um único povo, toma-se produtiva e fecunda para dois povos ao mesmo tempo.

Mas se os colonos encontram uma nação que repele as leis da Utopia, eles expulsam esta nação da região do país que querem colonizar, e, se preciso, empregam, para tal, a força das armas. Segundo os seus princípios, a guerra mais justa é aquela que se faz a um povo que possui imensos territórios incultos e que os conserva desertos e estéreis, notadamente quando este mesmo povo interdiz a sua posse e o seu uso aos que vêm para cultivá-los e deles se nutrir, conforme a lei imprescritível da natureza.

Se acontecesse (e este foi o caso, por duas vezes, em consequência de pestes

horríveis) que a população do lugar diminuísse a ponto de não poder ser restabelecida sem romper o equilíbrio e a constituição das outras partes da ilha, os colonos regressariam à Utopia. Nossos insulares prefeririam deixar que as colônias perecessem a permitir que decrescesse uma única cidade da mãe-pátria.

Mas voltemos às relações mútuas entre os cidadãos.

O mais idoso, como já o disse, preside a família. As mulheres servem a seus maridos; as crianças, a seus pais e mães; os mais jovens, aos mais velhos.

A cidade inteira se divide em quatro quarteirões iguais. No centro de cada quarteirão, encontra-se o mercado das coisas necessárias à vida. São depositados aí os diferentes produtos do trabalho de todas as famílias. Esses produtos, depositados primeiramente nos entrepostos, são em seguida classificados nas lojas de acordo com sua espécie.

Cada pai de família vai procurar no mercado aquilo de que tem necessidade para si e os seus. Tira o que precisa sem que seja exigido dele nem dinheiro nem troca. Jamais se recusa alguma coisa aos pais de família. A abundância sendo extrema, em todas as coisas, não se teme que alguém tire além de sua necessidade. De fato, aquele que tem a certeza de que nada faltará jamais, não procurará possuir mais do que é preciso. O que torna, em geral, os animais cúpidos e rapaces é o temor das privações no futuro. No homem em particular, existe uma outra causa de avareza – o orgulho, que o excita a ultrapassar em opulência os seus iguais e a deslumbrá-los pelo aparato de um luxo supérfluo.

Mas as instituições utopianas tornam este vício impossível.

Os mercados de que acabo de falar estão juntos dos mercados de comestíveis, onde se depositam os legumes, as frutas, o pão, o peixe, as aves domésticas e as partes de se comer dos animais quadrúpedes.

Fora da cidade, existem os matadouros onde se abatem os animais destinados ao consumo. Esses matadouros são mantidos sempre limpos graças a correntes de água que arrastam o sangue e as imundícies dos animais. É daí que é levada ao mercado a carne limpa e retalhada pelas mãos dos escravos: pois a lei proíbe aos cidadãos o ofício de carniceiro, temerosa que o hábito da matança

destrua pouco a pouco o sentimento de humanidade, o sentimento mais nobre do coração do homem. Esses açougues são situados fora da cidade no intuito de evitar também aos cidadãos um espetáculo hediondo, ao mesmo tempo que desembaraça a cidade das sujeiras e matérias animais cuja putrefação poderia provocar moléstias.

Em cada rua amplos palácios estão dispostos a igual distância, distinguindo-se uns dos outros por nomes particulares. É aí que moram os sifograntes; suas trinta famílias estão alojadas nos dois lados, quinze à direita e quinze à esquerda; é no palácio do sifogrante que elas vão fazer as refeições em comum.

Os provedores se reúnem no mercado a uma hora fixa e requerem uma quantidade de víveres proporcional ao número de bocas que têm de nutrir.

Começa-se sempre por servir os doentes, que são alojados em enfermarias públicas.

Em torno da cidade e um pouco além de seus muros estão situados quatro hospitais de tal forma espaçosos, que poderiam ser tomados por quatro burgos consideráveis. Evita-se assim a acumulação e o atravancamento dos doentes, inconvenientes que retardam a cura; além disto, quando um homem é atingido por uma moléstia contagiosa, pode-se isolá-lo completamente. Esses hospitais possuem com abundância todos os remédios e todas as coisas necessárias ao restabelecimento da saúde. Os doentes são aí tratados com um cuidado afetuoso e assíduo, sob a direção dos mais hábeis médicos. Ninguém é obrigado a ir para lá; entretanto, não há quem, em caso de doença, não prefira tratar-se no hospital do que em sua casa.

Depois que os provedores dos hospitais recebem o que pediram, segundo as prescrições dos médicos, o que há de melhor no mercado é distribuído, sem distinção, entre todos os refeitórios, proporcionalmente ao número dos comedores.

Serve-se, ao mesmo tempo, o príncipe, o pontífice, os traníboras, os embaixadores, os estrangeiros, se os há, o que é muito raro. Estes últimos, ao chegarem à cidade, encontram os seus alojamentos já preparados e providos de todas as coisas de que podem necessitar.

Uma trombeta marca a hora das refeições. Então toda a sifograntia encaminha-se para o refeitório comum, com exceção dos indivíduos acamados em casa ou no hospital. É permitido ir ao mercado à procura de víveres para o consumo particular, mas só depois que as mesas públicas estiverem completamente providas. Os utopianos, porém, não se utilizam jamais desse direito, a não ser por graves motivos: se cada qual é livre de comer em sua casa, ninguém encontra prazer em fazê-lo. Ademais, seria loucura dar-se ao trabalho de preparar um mau jantar, quando se pode ter um bem melhor a alguns passos.

Os escravos são encarregados dos trabalhos de cozinha mais sujos e penosos.

As mulheres cozinham os alimentos, temperam os guisados e servem e tiram as mesas. Revezam-se nestes misteres, família por família.

Preparam-se três mesas ou mais, de acordo com o número de convivas. Os homens assentam-se do lado da parede; as mulheres ficam dispostas em frente, a fim de que, se alguma for acometida de uma indisposição súbita, o que acontece frequentemente às mulheres grávidas, possam se retirar sem incomodar ninguém, e ir para os aposentos das amas.

As amas se sentam à parte com as crianças de peito, em salas particulares, sempre aquecidas e providas de água limpa e berços; desta maneira elas podem deitar as criancinhas, desenfaixá-las e fazê-las brincar próximo do fogo.

Cada mãe aleita seu filho, exceto em caso de morte ou de doença. Nestes dois casos, as mulheres dos sifograntes procuram imediatamente uma ama, o que não é difícil encontrar. As mulheres em situação de prestar este serviço são as primeiras a se oferecer. Aliás, esta função é uma das mais honrosas, e a criança pertence tanto à sua ama de leite como à sua mãe.

Na sala das amas vivem também as crianças que não têm ainda cinco anos completos. Os meninos e as meninas, da idade da puberdade até a do casamento servem a mesa. Os mais jovens e que não têm força para servir, conservam-se de pé e em silêncio; comem o que lhes é dado pelos que estão à mesa, e não têm outro momento para fazer suas refeições.

O sifograntе e sua mulher são colocados no centro da primeira mesa. Esta mesa ocupa a extremidade do fundo da sala e de lá se descortina, num golpe de

vista, toda a assembléia. Dois velhos, escolhidos entre os mais velhos e mais respeitáveis, assentam-se com o sifogrante, e, assim, todos os convivas são servidos e comem quatro a quatro. Se há um templo na sifograntia, o sacerdote e sua mulher substituem os dois velhos, presidindo a refeição.

Dos dois lados da sala estão enfileirados alternativamente dois jovens e dois indivíduos mais idosos. Esta disposição aproxima os iguais e mistura, ao mesmo tempo, todas as idades; e além disso preenche uma finalidade moral. Como nada se pode dizer ou fazer que não seja percebido pelos vizinhos, assim a gravidade da velhice, o respeito que ela inspira, contém a petulância dos jovens, impedindo-os sair da medida tanto nas palavras como nos gestos.

A mesa do sifogrante é servida em primeiro lugar; em seguida as outras, segundo sua posição. Os melhores pedaços são dados aos velhos das famílias que ocupam lugares fixos e de destaque. Todos os demais são servidos com uma igualdade perfeita. As porções desses bons velhos não lhes são bastante grandes para dar a todo o mundo; mas eles as repartem, como entendem, com os vizinhos mais próximos. Assim, rende-se à velhice a honra que lhe é devida, e esta homenagem volve ao bem de todos.

Os almoços e os jantares começam pela leitura de um livro de moral; esta leitura é breve para que não aborreça. Quando terminada, os mais idosos encetam conversações honestas, mas cheias de jovialidade e alegria. Longe de falar exclusivamente, eles gostam de escutar os jovens; provocam mesmo seus repentes, a fim de apreciar-lhes a natureza do caráter e do espírito. Ao calor e liberdade reinantes nas horas de refeição, essa natureza facilmente se trai.

O almoço é rápido; a ceia é demorada; porque ao almoço seguem-se os trabalhos, enquanto que depois da ceia, vêm o sono e o repouso da noite. Ora, os utopianos acreditam que o sono da noite é mais favorável do que o trabalho a uma boa digestão. A ceia não se realiza sem música e sem uma sobremesa copiosa e delicada. Os perfumes, as essências mais recendentes, nada é poupado para o bem-estar e o gozo dos convivas. Poder-se-á, talvez, por isto, acusar os utopianos de uma tendência excessiva ao prazer? Eles têm por princípio que a volúpia que não engendra nenhum mal é perfeitamente legítima.

É assim que vivem entre si os utopianos das cidades. Aqueles que trabalham no campo estão muito apartados uns dos outros para comer em comum; tomam

suas refeições em casa, individualmente. De resto, as famílias agrícolas têm assegurada uma alimentação abundante e variada. Nada lhes falta: não são elas as provedoras, as mães nutrizes das cidades?

DAS VIAGENS DOS UTOPIANOS

Quando um cidadão deseja ir ver um amigo que mora noutra cidade, ou quer simplesmente ter o prazer de uma viagem, os sifograntes e os traníboras consentem de boa vontade em sua partida se não houver impedimento razoável.

Os viajantes se reúnem para partir em conjunto; munem-se de uma carta do príncipe que é um certificado de licença e que fixa o dia de regresso. Fornecem-lhes uma carruagem e um escravo para guiar a carruagem e cuidar dos animais.

Mas habitualmente, a menos que levem mulheres em sua companhia, os viajantes dispensam o carro como um obstáculo. Não se provêm de nada durante o percurso; porque nada lhes pode faltar e em qualquer lugar estão em sua casa.

Se um viajante passa mais de um dia numa localidade, tem que trabalhar no seu ofício e recebe o mais carinhoso acolhimento dos operários de sua profissão.

Aquele que por sua própria vontade se permite franquear os limites de sua província, é tratado como criminoso; apanhado sem a licença do príncipe, é reconduzido como desertor e severamente punido. Em caso de reincidência, perde a liberdade.

Se algum cidadão deseja fazer excursão nos campos que dependem de sua cidade, pode fazê-lo com o consentimento de sua mulher e do pai de família. Mas é necessário que compre e pague o seu sustento trabalhando antes do almoço e da ceia tanto quanto os que aí moram. Sob esta condição, cada indivíduo tem o direito de sair da cidade e percorrer o território adjacente, porque ele é tão útil ali como aqui. Vede que na Utopia a ociosidade e a preguiça são impossíveis. Não se vêm nem tabernas, nem lugares de prostituição, nem oportunidade para deboches, nem antros ocultos, nem

assembléias secretas. Cada um, continuamente exposto ao olhar de todos, se sente na feliz contingência de trabalhar e de repousar, conforme as leis e os costumes do país. A abundância de todas as coisas é o fruto desta vida pura e ativa. O bem-estar se reparte igualmente por todos os membros desta admirável sociedade; a mendicidade e a miséria são aí monstros desconhecidos.

Já disse que cada cidade da Utopia enviava três deputados ao senado de Amaurota. As primeiras sessões do senado são consagradas a levantar a estatística econômica das diversas partes da ilha. Desde que se verifica os pontos onde há demais e os pontos onde não há bastante, o equilíbrio é restabelecido enchendo-se a carência das cidades infelizes com a superabundância das cidades mais favorecidas. Esta compensação é gratuita. A cidade que dá nada recebe em troca da parte que entrega; e, reciprocamente, recebe de graça de uma outra cidade à qual nada deu.

Assim, toda a república utopiana é como uma única e mesma família.

A ilha é sempre abastecida por dois anos, na incerteza de uma boa ou má colheita para o ano seguinte. Exportam-se para fora da ilha os gêneros supérfluos, tais como trigo, mel, lã, linho, madeiras, matérias para tinturas, peles, cera, sebo, animais. A sétima parte dessas mercadorias é distribuída aos pobres do país para onde se exporta; o resto é vendido a um preço moderado. Este comércio permite à Utopia importar não somente objetos de necessidade, o ferro, por exemplo, como, também, uma massa considerável de ouro e prata.

Desde que os utopianos praticam este negócio que acumularam uma quantidade incrível de riquezas. É por isso que lhes é indiferente, hoje, vender a vista ou a prazo. Habitualmente, recebem vales em pagamento; mas não se fiam em assinaturas individuais. Os vales devem estar revestidos das formas legais e garantidos à fé e selo da cidade que os aceita. No dia do vencimento, a cidade signatária exige o reembolso aos devedores particulares; o dinheiro é depositado no tesouro público e o seu valor é garantido até que os credores utopianos o reclamem.

Estes não reclamam quase nunca o pagamento da dívida inteira; acreditariam cometer uma injustiça, tirando a um outro uma coisa que lhe é necessária e que para ele é inútil. Entretanto, há casos em que retiram toda a soma que lhes é devida; isto acontece quando querem se servir desta para emprestar a uma

nação vizinha ou para empreender uma guerra. Neste último caso, juntam todas suas riquezas para fazer como que uma trincheira de metal contra os perigos urgentes e imprevistos. Estas riquezas são destinadas a engajar e a pagar copiosamente as tropas estrangeiras; porque o governo da Utopia prefere expor à morte os estrangeiros que os seus cidadãos. Ele sabe também que o inimigo mais encarniçado se vende algumas vezes, se o preço da venda está à altura de sua cobiça; sabe que, em geral, o dinheiro é o nervo da guerra, quer para comprar traições, quer para combater abertamente.

Para tais fins, os utopianos têm sempre à sua disposição imensos tesouros; mas, longe de conservá-los com uma espécie de culto religioso, como fazem outros povos, eles os empregam em coisas que mal ouso dizer-vos. Temo que não acrediteis, pois eu mesmo, confesso-vos francamente, se não tivesse visto a coisa não acreditaria sobre palavra. Isto é muito natural; quanto mais os costumes estrangeiros são opostos aos nossos, menos estamos dispostos a acreditar neles.

Contudo, o homem sábio que julga judiciosamente, ao saber que os utopianos pensam e agem de modo exatamente contrário aos outros povos, não se surpreenderá que eles empreguem o ouro e a prata de modo inteiramente diverso de nós. Na Utopia não se utiliza jamais dinheiro em moeda nas transações mútuas; são elas reservadas para os acontecimentos críticos sempre possíveis, ainda que incertos.

O ouro e a prata não têm, nesse país, mais valor do que lhes deu a natureza.

Esses dois metais são ali considerados bem abaixo do ferro, o qual é tão necessário ao homem quanto a água e o fogo. Com efeito, o ouro e a prata não têm nenhuma virtude, nenhum uso, nenhuma propriedade cuja privação acarrete um inconveniente natural e verdadeiro. Foi a loucura humana que pôs tanto valor em sua raridade.

A natureza, esta excelente mãe, escondeu-os em grandes profundidades, como produtos inúteis e vãos, enquanto que expõe a descoberto a água, o ar, a terra, e tudo o que há de bom e realmente útil.

Os utopianos não escondem seus tesouros nas torres, ou em outros lugares fortificados e inacessíveis. O vulgo, numa extravagante malícia, poderia

suspeitar que o príncipe e o senado enganassem o povo, enriquecendo-se e pilhando a fortuna pública. Com o ouro e a prata não se fabricam nem vasos, nem obras artisticamente trabalhadas. Porque, se houvesse necessidade de um dia fundi-los, para pagar o exército em caso de guerra, os que tivessem posto sua afeição e suas delícias nesses objetos de arte e de luxo, sentiriam, ao perdê-los, uma dor amarga.

A fim de prevenir esses inconvenientes, os utopianos imaginaram um uso perfeitamente em harmonia com o restante de suas instituições, mas em completo desacordo com as do nosso continente, onde o ouro é adorado como um Deus, procurado como o bem supremo. Eles comem e bebem em louça de barro ou vidro, que se é elegante na forma, é, no entanto, despida do menor valor; o ouro e a prata são destinados aos usos mais vis, tanto nas residências comuns, como nas casas particulares; são feitos com eles até os vasos noturnos. Forjam-se cadeias e correntes para os escravos, e marcas de opróbrio para os condenados que cometeram crimes infames. Estes últimos levam anéis de ouro nos dedos e nas orelhas, um colar de ouro no pescoço, um freio de ouro na cabeça.

Assim, tudo concorre para manter o ouro e a prata na ignominia. Entre outros povos a perda da fortuna é um sofrimento tão cruel como um dilaceramento de entranhas; mas quando se arrancasse à nação utopiana todas suas imensas riquezas ninguém pareceria ter perdido um cêntimo.

Os utopianos recolhem pérolas na sua costa, diamantes e pedras preciosas em certos rochedos. Sem ir à cata desses objetos raros, eles gostam de polir os que a sorte os presenteia, a fim de adornar os seus filhinhos, que ficam todo orgulhosos de trazer esses ornamentos. Mas, à medida que crescem, percebem logo que estas frivolidades não convêm senão às crianças pequenas. Então, não esperam pela observação dos pais; espontaneamente e por amor próprio livram-se desses enfeites. É como entre nós, quando as crianças que vão crescendo, abandonam as bolas e as bonecas.

Estas instituições, tão diferentes das dos outros povos, gravam no coração do utopiano sentimentos e idéias inteiramente contrárias às nossas. Fiquei singularmente chocado com esta diferença por ocasião de uma embaixada anemoliana. Os enviados de Anemólia vieram a Amaurota quando eu lá estava, e como deviam tratar de negócios de alta importância, o senado esteve reunido

na capital. Até então, os embaixadores das nações limítrofes que tinham vindo à Utopia, aí levaram a vida mais simples e modesta, porque estavam já ao par dos costumes utopianos. Sabiam que o luxo de seus atavios não tem lá nenhum valor, a seda é desprezada e o ouro uma coisa infame.

Mas, os anemolianos, muito mais afastados da ilha, tinham tido muito poucas relações com ela. Ao saberem que os seus habitantes vestiam-se de modo grosseiro e uniforme, imaginaram que esta extrema simplicidade era causada pela miséria, e, mais vaidosos do que sagazes, resolveram apresentar-se com a magnificência digna de enviados celestes e ofuscar esses miseráveis insulares com o brilho de um fausto deslumbrante.

Os três ministros, que eram grandes senhores de Anemólia, ao entrar em Amaurota, faziam-se seguidos de cem pessoas, vestidas de trapos de seda de diversas cores. Os próprios embaixadores traziam uma vestimenta rica e suntuosa; trajavam uma roupa de lã tecida com ouro, traziam colares e brincos de ouro nas orelhas, anéis de ouro nos dedos e os seus chapéus resplandeciam de pedrarias. Enfim, estavam cobertos do que na Utopia constitui o suplício do escravo, a marca vergonhosa da infâmia, o brinquedo da criança.

Era divertido ver a orgulhosa satisfação dos embaixadores e das pessoas do seu séquito, que, comparavam o luxo de seus paramentos às vestes simples e negligentes do povo utopiano, espalhado em massa à sua passagem. De outro lado, não era menos curioso observar a atitude da população, e como esses estrangeiros se enganavam em sua expectativa, e como estavam longe de despertar a estima e as honras que tinham imaginado.

A parte um pequeno número de utopianos, que tinha viajado no exterior por graves motivos, todos os outros olhavam com piedade todo este aparato suntuoso; os utopianos saudavam os mais ínfimos lacaios do cortejo, tomando-os por embaixadores, e deixavam passar os embaixadores, sem lhes dar mais atenção do que aos lacaios, porque os viam carregados de cadeias de ouro como seus escravos.

As crianças que já tinham abandonado os diamantes e as pérolas e que as viam nos chapéus dos embaixadores, puxavam suas mães, gritando: Veja este grandalhão que ainda traz pedrarias como se fosse pequenino.

E as mães respondiam gravemente: Calai-vos, meu filho, é, eu penso, um dos bufões da embaixada.

Muitos criticavam a forma dessas correntes de ouro.

Elas são, diziam, muito finas, e poderiam ser quebradas facilmente; além disso, não estão bem fechadas e apertadas, e o escravo poderia se desembaraçar delas, se quisesse, e fugir.

Dois dias depois de sua entrada em Amaurota, embaixadores compreenderam que os utopianos desprezavam o ouro tanto quanto ele era venerado no seu país. Tiveram ocasião de observar no corpo de um escravo mais ouro e prata do que o que trazia toda a sua escolta. Então, humilhados em sua vaidade e envergonhados da mistificação de que tinham sido vítimas, despojaram-se apressadamente do fausto que tão orgulhosamente tinham exposto. As relações íntimas que entretiveram na Utopia, ensinaram-lhes quais eram os princípios e os costumes de seus habitantes.

Os utopianos admiram-se de que seres razoáveis possam se deleitar com a luz incerta e duvidosa de uma pedra ou de uma pérola, quando têm os astros e o sol com que encher os olhos. Encaram como louco aquele que se acredita mais nobre e mais estimável só porque está coberto de uma lã mais fina, lã tirada das costas de um carneiro, e que foi usada primeiro por este animal. Admiram-se que o ouro, inútil por sua própria natureza, tenha adquirido um valor fictício tão considerável que seja muito mais estimado do que o homem; ainda que somente o homem lhe tenha dado este valor e dele se utilize, conforme seus caprichos.

Espantam-se também que um rico, de inteligência de chumbo, estúpido como uma acha de lenha, tão tolo quanto imoral, mantenha em sua dependência uma multidão de homens sábios e virtuosos, apenas porque a sorte lhe deixou algumas pilhas de escudos.

Mas, dizem, a fortuna pode traí-lo e a lei (que tanto quanto a sorte precipita frequentemente o homem do pináculo ao lodo) pode arrancar-lhe o dinheiro, fazendo-o passar às mãos do mais ignóbil de seus lacaios. Então, este mesmo rico se sentirá feliz em passar também, na companhia de seu dinheiro, a serviço de seu antigo criado.

Há uma outra loucura que os utopianos detestam ainda mais, e que dificilmente concebem, é a loucura dos que rendem homenagens quase divinas a um homem porque é rico, sem serem, entretanto, nem seus devedores nem seus súditos. Os insensatos sabem, não obstante, como é sórdida a avareza desses Cresos egoístas; sabem, perfeitamente, que nunca terão um vintém de todos os tesouros destes últimos.

Nossos insulares adquirem semelhantes sentimentos, parte no estudo das letras, parte na educação que recebem no seio de uma república cujas instituições são formalmente opostas a todas as nossas espécies e gêneros de extravagância.

É verdade que um número muito pequeno é dispensado dos trabalhos materiais, entregando-se exclusivamente à cultura do espírito. São, como já disse, aqueles que, desde a infância, demonstraram aptidões raras, um gênio penetrante, vocação científica. Mas nem por isso se deixa de dar uma educação liberal a todas as crianças; e a grande massa dos cidadãos – homens e mulheres – consagra, cada dia, seus momentos de repouso e liberdade aos trabalhos intelectuais.

Os utopianos aprendem as ciências em sua própria língua, rica e harmoniosa, intérprete fiel do pensamento; ela é difundida, mais ou menos alterada, sobre uma grande extensão do globo.

Antes de nossa chegada, os utopianos nunca tinham ouvido falar nesses filósofos tão famosos no nosso mundo; entretanto, fizeram as mesmas descobertas que nós, no terreno da música, da aritmética, da dialética, da geometria. Se igualam em quase tudo os nossos antigos, são bastante inferiores aos dialéticos modernos, porque ainda não inventaram nenhuma dessas regras sutis de restrição, amplificação, suposição, que se ensinam à juventude nas escolas de lógica. Ainda não aprofundaram as idéias segundas; e, quanto ao homem em geral, ou universal, segundo a gíria metafísica, este colosso, o maior dos gigantes, que nos mostram aqui, ninguém na Utopia pode ainda percebê-lo.

Em compensação, conhecem de uma maneira precisa o curso dos astros e o movimento dos corpos celestes. Imaginaram máquinas que representam com grande exatidão os movimentos e as posições respectivas do sol e da lua e dos astros visíveis acima do seu horizonte. Quanto aos ódios e às amizades dos

planetas e às demais imposturas de adivinhação pelo céu, nem mesmo em sonhos disso se ocupam. Sabem prever, por indícios confirmados por uma longa experiência, a chuva, o vento e as outras revoluções do ar. Fazem apenas conjecturas sobre as causas desses fenômenos, sobre o fluxo e o refluxo do mar, sobre a composição salina dessa imensa massa líquida, a origem e a natureza do céu e do mundo. Seus sistemas coincidem em certos pontos com os dos nossos antigos filósofos; e em outros, se afastam. Mas, nas novas teorias que imaginaram, há dissidências entre eles, como entre nós.

Em filosofia moral, agitam as mesmas questões que os nossos doutores.

Procuram na alma do homem, no seu corpo e nos objetos exteriores, o que pode contribuir para sua felicidade; perguntam, procuram saber se o nome de Bem convém indiferentemente a todos os elementos da felicidade material e intelectual, ou só ao desenvolvimento das faculdades do espírito. Dissertam sobre a virtude e o prazer; mas a primeira e principal de suas controvérsias tem por fito determinar a condição única, ou as diversas condições da felicidade do homem.

Talvez possais acusá-los de propender demais para o epicurismo, porque, se a volúpia não é, para eles, o único elemento da felicidade, é um dos mais essenciais. E, fato singular, invocam em apoio dessa moral voluptuosa a religião tão grave e severa, tão triste e rígida. Têm por princípio não discutir jamais sobre o bem e o mal, sem partir dos axiomas da religião e da filosofia; de outra maneira, temeriam raciocinar em bases falhas e edificar falsas teorias.

Eis aqui seu catecismo religioso: A alma é imortal: Deus que é bom, criou-a para ser feliz. Depois da morte, as recompensas coroam a virtude, suplícios atormentam o crime.

Embora esses dogmas pertençam à religião, os utopianos pensam que a razão pode induzir a crer neles e aceitá-los. Não hesitam em declarar que, na ausência desses princípios, fora preciso ser estúpido para não procurar o prazer por todos os meios possíveis, criminosos ou legítimos. A virtude consistiria, então, em escolher, entre duas volúpias, a mais deliciosa, a mais picante; e em fugir dos prazeres a que se seguissem dores mais vivas do que o gozo que tivessem proporcionado.

Mas praticar virtudes severas e difíceis, renunciar aos prazeres da vida, sofrer voluntariamente a dor e nada esperar depois da morte em recompensa às mortificações da terra, é, aos olhos dos nossos insulares, o cúmulo da loucura.

A felicidade, dizem, não está em toda espécie de voluptuosidade; está unicamente nos prazeres bons e honestos. É para esses prazeres que tudo, até a própria virtude, arrasta irresistivelmente a nossa natureza; são eles que constituem a felicidade.

Os utopianos definem a virtude: viver segundo a natureza. Deus, criando o homem, não lhe deu outro destino.

O homem que segue o impulso da natureza, é aquele que obedece à voz da razão, em seus ódios e seus apetites. Ora, a razão inspira, em primeiro lugar, a todos os mortais o amor e a adoração da majestade divina, à qual nós devemos o ser e o bem-estar. Em segundo lugar, ela nos ensina e nos instiga a viver alegremente e sem lamentações, e a proporcionar aos nossos semelhantes, que são nossos irmãos, os mesmos benefícios.

De fato, o mais enfadonho e o mais fanático zelador da virtude, o inimigo mais odiento do prazer, ao vos propor imitar seus trabalhos, suas vigílias e mortificações, ordena-vos, também, mitigar, com todas as vossas forças, a miséria e as aflições dos outros. Esse moralista severo cumula de elogios, em nome da humanidade, o homem que consola e que salva o homem; e crê, assim, que a virtude mais nobre e mais humana, em qualquer terreno, consiste em suavizar os sofrimentos do próximo, arrancá-lo ao desespero e à tristeza, restituir-lhe as alegrias da vida, ou, em outros termos, fazê-lo ter parte também na volúpia.

E por que a natureza não induziria cada um de nós a se fazer, a si mesmo, o mesmo bem que aos outros? Pois, das duas uma: ou uma existência agradável, isto é, a volúpia, é um bem ou um mal. Se é um mal, não somente não se deve ajudar seus semelhantes a fruí-la, mas ainda deve-se arrancá-la como coisa perigosa e condenável. Se é um bem, pode-se e deve-se procurá-la para si próprio como para os outros. Por que iríamos ter menos compaixão de nós do que dos outros? A natureza, que inspira em nós a caridade por nossos irmãos, não ordena que sejamos cruéis conosco mesmos.

Eis o que leva os utopianos a afirmarem que uma vida honestamente agradável quer dizer que a volúpia é o fim de todas as nossas ações; que tal é a vontade da natureza e que obedecer a esta vontade é ser virtuoso.

A natureza, dizem eles, convida todos os homens a se ajudarem mutuamente e a partilharem em comum do alegre festim da vida. Este preceito é justo e razoável, pois não há indivíduo tão altamente colocado acima do gênero humano que somente a Providência deva cuidar dele. A natureza deu a mesma forma a todos; aqueceu-os todos com o mesmo calor, envolve todos com o mesmo amor; o que ela reprova, é aumentar o próprio bem-estar agravando a infelicidade de outrem.

É por isto que os utopianos pensam que é necessário observar não só as convenções privadas entre simples cidadãos, mas ainda as leis públicas, que regulam a distribuição das comodidades da vida, em outros termos, que distribuem a matéria do prazer, quando estas leis foram justamente promulgadas por um bom príncipe, ou sancionadas pelo consentimento geral de um povo, nem oprimido pela tirania, nem embaído pelo artifício.

A sabedoria reside em procurar a felicidade sem violar as leis. A religião é trabalhar pelo bem geral. Calcar aos pés a felicidade de outrem, em busca da sua, é uma ação injusta.

Ao contrário, privar-se de algum prazer, para comunicá-lo a outrem, é indício de um coração nobre e humano, e que, aliás, torna a achá-lo muito superior ao prazer sacrificado. Primeiro que tudo, esta boa ação é recompensada pela reciprocidade dos serviços; em seguida, o testemunho da consciência, a lembrança e o reconhecimento dos que foram obsequiados causam à alma delícia maior que não poderia ter dado ao corpo o objeto de que se foi privado.

Finalmente, o homem que tem fé nas verdades religiosas, deve estar firmemente persuadido de que Deus recompensa a privação voluntária de um prazer efêmero e passageiro, com alegrias inefáveis e eternas Assim, em última análise, os utopianos reduzem todas as ações e mesmo todas as virtudes ao prazer, como finalidade.

Eles chamam volúpia todo o estado ou todo movimento da alma e do corpo, nos quais o homem experimenta uma deleitação natural. Não é sem razão que

eles acrescentam a palavra natural, porque não é semente a sensualidade, é também a razão que nos atrai para as coisas naturalmente deleitáveis; e por isto devemos compreender os bens que se podem procurar sem injustiça, os gozos que não privem de um prazer mais vivo, e que não arrastem consigo nenhum mal.

Há coisas fora da natureza, que os homens, por uma convenção absurda, intitulam prazeres (como se tivessem o poder de transformar a essência tão facilmente como modificam as palavras). Essas coisas, longe de contribuir para a felicidade, são outros tantos obstáculos em seu caminho; aos que seduzem, elas impedem gozarem satisfações puras e verdadeiras; viciam o espírito, preocupando-o com a idéia de um prazer imaginário. Há, com efeito, uma quantidade de coisas, às quais a natureza não juntou nenhuma doçura, as quais ela chegou até a misturar de amargura e que, no entanto, os homens olham como altas volúpias de algum modo necessárias à vida, apesar de, na sua maioria, serem essencialmente más e só estimular as paixões perversas.

Os utopianos classificam nessa espécie de prazeres bastardos, a vaidade daqueles de que já falei, que se crêem melhores porque usam uma roupa mais bonita. A vaidade desses tolos é duplamente ridícula.

Em primeiro lugar, consideram suas roupas acima de suas pessoas; pois, quanto ao que é de uso, em que, vos pergunto, uma lã mais fina prevalece sobre uma lã mais grossa? Entretanto, os insensatos, como se se distinguissem da multidão pela excelência de sua natureza, e não pela loucura de seu comportamento, erguem orgulhosamente a cabeça, imaginando valer um grande preço. Exigem, em virtude da rica elegância de suas vestes, honras que não ousariam esperar com um traje simples e comum; mostram-se indignados quando se olha a sua roupa com um olhar de indiferença.

Em segundo lugar, esses mesmos homens não são menos estúpidos por se alimentarem de honras sem realidade e sem proveitos. É natural e verdadeiro o prazer que se sente em frente de um adulador que tira o chapéu e dobra humildemente o joelho? Uma genuflexão cura alguém da febre ou da gota?

Entre aqueles que ainda seduz uma falsa imagem do prazer, estão os nobres que se comprazem com orgulho e amor no pensamento de sua nobreza. E de que se gabam? Do acaso que os fez nascer em uma longa série de ricos

antepassados, e, sobretudo, de ricos proprietários (porque a nobreza de hoje é a riqueza). Todavia, se esses insensatos nada tivessem herdado de seus pais, ou tivessem devorado todo seu patrimônio, ainda assim não se sentiriam, por isso, diminuídos na sua nobreza de um só cabelo.

Os utopianos classificam os amadores de pedrarias na categoria dos maníacos de nobreza. Os homens que têm essa paixão, julgam-se uns pequenos deuses, quando encontram uma pedra bela e rara, particularmente apreciada na sua época e no seu país, pois a mesma pedra não conserva sempre e por toda a parte o mesmo valor. O amador de pedras as compra nuas e sem ouro; leva mesmo a precaução a ponto de exigir do vendedor uma caução e até o juramento que o diamante, o rubi, o topázio são de bom quilate, de tal modo teme que um falso brilhante impressione os seus olhos! Que prazer há, pois, em olhar uma pedra natural de preferência a uma artificial, desde que o olho não apreende a diferença? Tanto uma como outra não têm realmente mais valor para um que enxerga do que para um cego.

Que dizer dos avarentos que acumulam dinheiro e mais dinheiro, não para seu uso, mas para se consumir na contemplação de uma enorme quantidade de metal? O prazer desses ricos miseráveis não é pura quimera? Será mais feliz aquele que, por uma extravagância mais estúpida ainda, enterra os seus escudos? Este último nem ao menos vê o seu tesouro, e o medo de perdê-lo faz que o perca de fato. Mas enterrar ouro não é o mesmo que roubar a si próprio e aos outros? No entanto, o avarento sente-se tranquilo, salta de alegria quando enterrou bem suas riquezas. Agora, suponhamos que alguém se apodere desse depósito confiado à terra, e que o nosso Harpagão sobreviva dez anos à sua ruína, sem o saber; eu vos pergunto, que lhe importou nesse intervalo, ter conservado ou perdido o tesouro? Enterrado ou roubado, ele lhe deu exatamente a mesma serventia.

Os utopianos encaram também como imaginários os prazeres da caça e dos jogos de azar. Dos últimos não conhecem os desatinos senão de nome, não os praticando jamais. Que divertimento podereis encontrar, dizem eles, em jogar um dado sobre a mesa? E supondo que houvesse nisso qualquer prazer, vós já vos fartastes tantas vezes dele que deve ter-se tornado enfadonho e insípido Não é mais fatigante do que agradável ouvir os cães ladrarem e ganirem? Em que é mais divertido ver correr um cão atrás de uma lebre do que vê-lo atrás de outro cachorro? Entretanto, se é a corrida que faz o prazer, a corrida existe nos dois casos. Mas não é antes a expectativa da morte ou a espera da carniceria o que

apaixonam os homens pela caça? E como não abrir a alma à piedade, como não ter horror a esta matança, em que o cão forte, cruel e audaz, dilacera a lebre fraca, tímida e fugitiva?

É por isso que os nossos insulares proíbem a caça aos homens livres, como um exercício indigno deles; ela só é permitida aos magarefes, que são todos escravos. E mesmo na opinião deles, a caça é a parte mais vil da arte de matar os animais; as outras partes desse ofício são muito mais consideradas, porque trazem maior lucro e porque nelas só matam os animais por necessidade, enquanto que o caçador procura no sangue e na morte um divertimento estéril.

Os utopianos desprezam todas essas alegrias, e muitas outras semelhantes em número quase infinito, e que o vulgo considera como bens supremos, mas cuja suavidade aparente não se encontra na natureza. Mesmo que esses prazeres enchessem os sentidos da mais deliciosa embriaguez (o que parece ser o efeito natural da volúpia) os utopianos sustentam que os mesmos nada têm de comum com a verdadeira voluptuosidade; porque, dizem, esse prazer sensual não vem da própria natureza do objeto, é o fruto de hábitos depravados que fazem achar doce o que é amargo. É assim que as mulheres grávidas, cujo gosto está corrompido, acham a resina e o sebo mais doces que o mel.

Os utopianos distinguem diversas espécies de prazeres verdadeiros: uns se relacionam com o corpo, outros com a alma.

Os prazeres da alma estão no desenvolvimento da inteligência e nas puras delícias que acompanham a contemplação da verdade. Nossos insulares acrescentam ainda o testemunho de uma vida irreprochável e a esperança certa de uma imortalidade bem-aventurada.

Eles dividem em duas espécies as voluptuosidades do corpo: A primeira espécie compreende todas volúpias que exercem sobre os sentidos uma impressão atual, manifesta, e cuja causa é o restabelecimento dos órgãos consumidos pelo calor interno. Essa impressão nasce de um lado, da ação de beber e comer que devolve as forças perdidas; de outro lado, das funções animais que expelem do corpo as matérias supérfluas. Tais são as secreções intestinais, o coito, e o alívio de uma comichão qualquer, ao esfregar-se ou ao coçar-se.

Algumas vezes o prazer dos sentidos não provém das funções animais que reparam os órgãos esgotados, ou os aliviam de uma exuberância penosa; mas pelo efeito de uma força interior e indefinível que comove, encanta e seduz; tal é o prazer que nasce da música.

A segunda espécie de volúpia sensual consiste no equilíbrio estável e perfeito de todas as partes do corpo, isto é, numa saúde isenta de mal estar. Com efeito, o homem que não é afetado pela dor, experimenta em si um certo sentimento de bem-estar, mesmo que nenhum objeto exterior agite agradavelmente os seus órgãos. É verdade que esta espécie de volúpia não afeta nem atordoa os sentidos, como por exemplo os prazeres da mesa; apesar disso, muitos a colocam em primeiro lugar; e quase todos os utopianos declaram que ela é a base e o fundamento da verdadeira felicidade. Porque, dizem, só uma saúde perfeita torna a condição da vida humana tranquila e apetecível; sem saúde, não há voluptuosidade possível; sem ela, a própria ausência da dor não é um bem, é a insensibilidade do cadáver.

Uma viva disputa travou-se outrora na Utopia a este respeito. Alguns pretendiam que não se devia contar no número dos prazeres uma saúde estável e tranquila, porque esta não dá a perceber um gozo atual e diferente, como as sensações que nos vêem de fora. Mas hoje, todos, com pequeníssima exceção, concordam em proclamar a saúde como uma volúpia essencial. Com efeito, para eles, é a dor que, na moléstia, é a inimiga implacável do prazer; ora, a moléstia é igualmente inimiga da saúde; por que então não haveria prazer na saúde, da mesma forma que há dor na moléstia? Pouco importa que a doença seja a dor ou que a dor seja inerente à moléstia, desde que os resultados são de todo semelhantes. Ainda que se considere a saúde como a própria voluptuosidade, ou como a causa que a produz necessariamente, assim como o fogo produz necessariamente o calor, o homem de saúde inalterável deve nos dois casos experimentar um certo prazer. Quando comemos, perguntam os utopianos, não é a saúde que, começando a desfalecer, luta contra a fome com a ajuda dos alimentos? Estes avançam, repelindo o seu inimigo cruel e dão ao homem a alegria que acompanha o retorno do seu vigor normal. Mas a saúde que lutara com tanto gosto, não teria o direito de rejubilar-se após a vitória? O que ela procurava na luta era a sua força primitiva; e obtido este resultado, é admissível que venha a cair num entorpecimento estúpido, sem conhecer e apreciar a própria felicidade?

Em consequência disto, os utopianos rejeitam completamente a opinião de

que o homem sadio não tem consciência de seu estado. Segundo eles, é necessário estar-se doente ou adormecido para não sentir que se está são; seria preciso ser-se de pedra, ou estar-se atacado de letargia, para não se comprazer de uma saúde perfeita, e nisso sentir encanto. Ora, este encanto, esta satisfação, que outra coisa é senão a voluptuosidade?

Eles se entregam acima de tudo aos prazeres do espírito, que encaram como o principal e mais essencial de todos os prazeres; colocam no plano dos mais puros e mais desejáveis, a prática da virtude e a consciência de uma vida sem mancha.

Entre as volúpias corporais dão preferência à saúde porque não se deve procurar a boa mesa e os outros prazeres da vida animal, senão visando a conservação da saúde, visto que essas coisas não são deleitáveis em si mesmas, mas unicamente em virtude de se oporem à invasão secreta da moléstia.

O homem prudente previne o mal, de preferência a empregar os remédios; evita a dor antes de recorrer aos alívios. De conformidade com essas normas, os utopianos usam de todos os prazeres corporais, para cuja privação fosse preciso o emprego de meios curativos. Mas não depositam toda sua felicidade nesses prazeres; do contrário, o cúmulo da felicidade humana seria a fome e a sede permanentes, pois que seria preciso então comer e beber sem cessar. Certamente semelhante vida seria tão miserável quão ignóbil.

Os prazeres animais são os mais vis, os menos puros, e sempre uma dor os acompanha. Não está presa a fome ao prazer de comer, e isto em proporções desiguais? Com efeito, a sensação da fome é a mais violenta; ela é também a mais durável pois nasce antes do prazer e não morre senão com ele.

Os utopianos, formados nesses princípios, pensam que se não deve dar importância às volúpias carnais senão na medida em que são úteis. Todavia, eles se entregam alegremente a elas, agradecidos à natureza, que, ao cuidar do homem, tem a ternura de uma mãe e mistura impressões tão doces e suaves com as funções indispensáveis da vida.

Que triste destino seria o nosso, se nos fosse preciso expulsar, à força de venenos e drogas amargas, a fome e a sede de cada dia, como expulsamos as moléstias que nos assaltam de longe em longe!

Eles mantêm e cultivam de boa vontade a beleza, o vigor, a agilidade do corpo, os dons mais agradáveis e felizes da natureza. Admitem também os prazeres que a natureza criou exclusivamente para o homem e que fazem a graça e o encanto da vida. Porque o animal não demora a olhar sobre a magnificência da criação, sobre a ordem e o arranjo do universo. Sente o odor para distinguir a alimentação, mas não saboreia a delícia dos perfumes; não conhece as relações dos sons, e não aprecia a dissonância nem a harmonia.

Finalmente, em toda espécie de satisfações sensuais, os utopianos não esquecem jamais esta regra prática: Fugir à volúpia que impede gozar uma volúpia maior ou que é seguida de qualquer dor. Ora, a dor é, a seus olhos, a consequência inevitável de toda volúpia desonesta.

Eis ainda um de seus princípios: Desprezar a beleza do corpo, enfraquecer suas forças, converter sua agilidade em entorpecimento, esgotar seu temperamento pelo jejum e pela abstinência, arruinar a saúde, em uma palavra, repelir todos os favores da natureza, no intuito de devotar-se mais eficazmente à felicidade humana, na esperança de que Deus venha recompensar essas penas de um dia por êxtases de alegria eterna, é dar mostra de religião sublime. Mas crucificar a carne, sacrificar-se por um vão fantasma de virtude, ou para habituar-se antecipadamente a misérias que talvez não aconteçam nunca, é dar mostra de loucura, de uma covarde crueldade para consigo mesmo, de orgulhosa ingratidão para com a natureza. É pisar aos pés os benefícios do Criador, como desdenhando ser-lhe obrigado em alguma coisa.

Tal é a teoria utopiana no que se refere à virtude, e ao prazer. A menos que uma revelação descida do céu inspire ao homem qualquer coisa de mais santo, eles crêem que a razão humana não pode conceber nada de mais verdadeiro.

Esta moral é boa, é má? É o que não discutirei; não tenho tempo para tanto e não é, aliás, necessário ao meu objetivo; faço apenas história e não uma apologia.

O que é certo para mim, é que o povo da Utopia, graças às suas instituições, é o primeiro de todos os povos, e que não existe em parte alguma república mais feliz.

O utopiano é ágil e nervoso; sem ser de pequeno talhe, é mais vigoroso do

que parece exteriormente. A ilha não é de igual fertilidade em todos os lugares; o ar não é em toda a parte igualmente puro e salubre. Os habitantes combatem pela temperança as influências funestas da atmosfera; corrigem o solo por meio de uma excelente cultura; de modo que em nenhuma outra parte vi jamais gado tão robusto, nem mais abundantes colheitas. Em pais nenhum a vida do homem é mais longa e as moléstias menos numerosas.

Não somente os cidadãos agricultores executam com grande perfeição os trabalhos que fertilizam uma terra naturalmente ingrata; mas o povo em massa é empregado algumas vezes em extirpar florestas mal situadas para a comodidade de transporte, e plantar novas perto do mar, dos rios ou das cidades; porque de todos os produtos do solo, a madeira é o mais difícil de transportar por terra.

O povo utopiano é espiritual, amável, engenhoso, ama o lazer, é paciente no trabalho, quando o trabalho é necessário; sua paixão favorita é o exercício e o desenvolvimento do espírito. Durante a nossa estada na ilha tivemos a ocasião de dizer algo aos seus habitantes das letras e ciências da Grécia. Era verdadeiramente curioso ver o ardor com que esses bons insulares nos suplicavam interpretar-lhes os autores gregos; não lhes falamos dos latinos, pensando que não apreciariam desses últimos senão os historiadores e poetas.

Afinal foi forçoso ceder às suas súplicas; e, confessar-vos-ei, foi de nossa parte um ato de pura complacência de que não esperávamos tirar grande proveito. Mas, depois de algumas lições, tínhamos razão em nos felicitar pelo êxito do empreendimento. Ficamos maravilhados da facilidade com que os meus discípulos copiavam a forma das letras, da nitidez de sua pronúncia, da presteza de sua memória e da fidelidade de suas traduções. É verdade que a maior parte dos que se tinham entregue a esse estudo, a princípio, espontaneamente, com tão belo ardor, depois foi obrigada a fazê-lo por um decreto do senado; eram eles os sábios mais notáveis da classe dos letrados, e homens de idade madura. Em menos de três anos não havia nada nas obras dos bons autores que não compreendessem perfeitamente à simples leitura, exceto as dificuldades provenientes de erros tipográficos.

Sou de opinião que a grande facilidade com que aprenderam o grego prova que esta língua não lhes era inteiramente desconhecida. Creio que são gregos de origem e ainda que o seu idioma se aproxime muito do persa, nos nomes das suas cidades e magistraturas encontram-se alguns traços da língua grega.

Quando de minha quarta viagem à Utopia, em lugar de mercadorias, embarquei com um lindíssimo pacote de livros, resolvido que estava de só regressar à Europa depois de longo tempo. Ao deixar os utopianos, leguei-lhes minha biblioteca; ficaram assim, por meu intermédio, com quase todas as obras de Platão, um grande número das de Aristóteles, o livro de Teofrasto sobre as Plantas, que estava rasgado em várias passagens, o que lastimo infinitamente.

Durante a travessia descuidei-me dele e por infelicidade um macaco deu com o livro, e pôs-se a divertir-se arrancando-lhe as folhas ao acaso. Dentre os gramáticos, só pude dar aos nossos insulares o Lascarias, por não ter trazido o grande Teodoro; em matéria de dicionários dei-lhes o Hesichius e o Dioscórido.

Plutarco é o autor favorito deles; a jovialidade, a sedução de Luciano os encantam. Entre os poetas possuem Aristófanes, Homero, Eurípedes e Sófocles.

Como historiadores, deixei-lhes Tucídides, Heródoto e Herodiano.

De medicina, têm algumas obras de Hipócrates e o Microtecné, de Galeno, que meu companheiro .de viagem, Tricius Apinas, levara consigo. Os dois últimos livros são muito apreciados entre eles porque se não há país algum onde a medicina seja menos necessária do que na Utopia, em compensação em parte alguma é mais respeitada. Os utopianos a situam entre as partes mais úteis e mais nobres da filosofia natural. O médico, costumam dizer, que se aplica em penetrar os mistérios da vida, não somente tira deste estudo admiráveis prazeres, como ainda se torna agradável ao divino obreiro, autor da vida. Nas idéias utopianas, o Criador, assim como os operários da terra, expõe sua máquina do mundo aos olhos do homem, único ser capaz de compreender esta bela imensidade. Deus olha com amor aquele que admira essa grande obra e procura descobrir suas molas e leis; olha com piedade o que permanece frio e estúpido perante esse maravilhoso espetáculo, como um animal sem alma.

É fácil compreender agora por que os utopianos, cujo espírito é cultivado incessantemente pelo estudo das ciências e das letras, são tão dotados para as artes e invenções úteis ao bem-estar da vida. Devem a nós a imprensa e a fabricação do papel; mas nisto seu próprio gênio lhes serviu tanto quanto as nossas lições, pois não conhecíamos bem a fundo nenhuma dessas duas artes.

Não fizemos senão mostrar as invenções tipográficas dos Aldos e falar-lhes

em termos vagos da matéria empregada na fabricação do papel, e demais processos de impressão. Logo adivinharam o que apenas havíamos indicado.

Antes escreviam em peles, cascas, folhas de papiros; ensaiaram logo depois fabricar papel e imprimir. Estas primeiras tentativas foram estéreis, mas à força de experiências mil vezes repetidas chegaram a obter um êxito completo; e se tivessem à mão todos os manuscritos gregos poderiam tirar numerosas edições.

Eles não possuem hoje outros livros além dos deixados por mim; mas estes livros já foram multiplicados por milhares de exemplares.

O estrangeiro que aporta à Utopia é bem recebido, se se recomenda por um mérito real, ou se longas viagens lhe deram uma ciência exata dos homens e das coisas.

Foi por este último título que fomos recebidos de braços abertos ali, onde enorme é a curiosidade de conhecer-se o que se passa no estrangeiro.

O comércio com a ilha atrai pouca gente; porque, à exceção do ferro, o que se pode levar a Utopia? Ouro? Prata? Mas quem o fizesse certamente seria obrigado a voltar com um e outro. Quanto ao comércio de exportação, são os próprios utopianos que o fazem; e ao fazê-lo têm em vista dois objetivos: primeiro, pôr-se ao corrente de tudo que se passa no exterior; e depois, manter e aperfeiçoar sua navegação.

DOS ESCRAVOS

Nem todos os prisioneiros de guerra são indistintamente entregues à escravidão; mas unicamente os indivíduos pegados de armas na mão.

Os filhos de escravos não são escravos. O escravo estrangeiro torna-se livre ao tocar na terra da Utopia.

A servidão recai particularmente sobre os cidadãos culpáveis de grandes crimes e sobre os condenados à morte pertencentes ao estrangeiro. Estes são muito numerosos na Utopia; os utopianos vão mesmo procurá-los no exterior

onde os compram a vil preço; algumas vezes obtêm-nos até de graça.

Todos os escravos são submetidos a um trabalho contínuo, e trazem correntes.

Os que são tratados, porém, com mais rigor, são os indígenas, que são tidos como os mais miseráveis dos celerados, dignos de servir de exemplo aos outros por uma pior degradação. Com efeito, eles receberam todos os germes da virtude; aprenderam a ser felizes e bons, e, no entanto, abraçaram o crime.

Há ainda uma outra espécie de escravos, os trabalhadores pobres das regiões vizinhas que vêm se oferecer voluntariamente para trabalhar. São em tudo tratados como cidadãos; apenas são obrigados a trabalhar um pouco mais, uma vez que têm o hábito de fadiga maior. São livres de partir quando querem e nunca são devolvidos de mãos vazias.

Já disse dos cuidados afetuosos que têm os utopianos pelos enfermos; nada é poupado que possa contribuir para sua cura, quer em remédios, quer em alimentos.

Os infelizes afetados de males incuráveis recebem todos os consolos, todas as atenções, todos os alívios morais e físicos, capazes de lhes tornar a vida mais suportável. Mas quando a esses males incuráveis se juntam sofrimentos atrozes, que ninguém pode suprimir ou suavizar, os padres e magistrados se apresentam ao paciente e lhe levam a exortação suprema.

Mostram-lhe que ele está despojado dos bens e das funções da vida; que não faz senão sobreviver à própria morte, tornando-se assim um peso para si e os outros. Persuadem-no, então, a não alimentar mais o mal que o devora, e a morrer com resolução, uma vez que a existência não é para ele senão uma horrenda tortura.

Confiai – dizem-lhe – quebrai as cadeias que vos amarram, e desprendei-vos, por vossas próprias mãos, da masmorra da vida; ou pelo menos consenti que outros dela vos libertem. Vossa morte não é uma ímpia repulsa aos benesses da existência, mas o termo de um cruel suplício.

Obedecer, neste caso, à voz dos padres, intérpretes da divina vontade, é fazer

obra religiosa e santa.

Os que se deixam persuadir põem fim a seus dias pela abstinência voluntária ou são adormecidos por meio de um narcótico mortal, e morrem sem se aperceber. Os que não querem a morte, nem por isso passam a receber menos atenções e cuidados; quando cessam de viver a opinião pública honra sua memória.

O homem que se mata sem motivo reconhecido pelo magistrado e pelo padre, é julgado indigno da terra e do fogo; seu corpo é privado de sepultura e atirado ignominiosamente nos pântanos.

As raparigas não se podem casar antes dos dezoito anos; os rapazes, antes dos vinte e dois.

Os indivíduos de um e doutro sexo, convictos de se terem entregue ao prazer antes do casamento, são passíveis de uma censura severa; e o casamento lhes é completamente interdito, a menos que o príncipe releve a falta. O pai e a mãe de família, em cuja casa foi o delito praticado, ficam desonrados por não terem velado com bastante cuidado pelo comportamento de seus filhos.

Esta lei parece-vos, talvez, rígida em excesso; porém, na Utopia, pensa-se que o amor conjugal não tardaria a extinguir-se entre dois seres condenados a viver eternamente um em face do outro, e a sofrer os mil inconvenientes desse comércio íntimo, se amores vagabundos e efêmeros fossem tolerados e impunes. Aliás, os utopianos não se casam às cegas; e para melhor se escolherem, seguem um uso que, à primeira vista, nos pareceu eminentemente ridículo, mas que praticam com um sangue frio e uma seriedade verdadeiramente notáveis.

Uma dama honesta e grave mostra ao prometido sua noiva, donzela ou viúva, em estado de completa nudez; e reciprocamente, um homem de probidade comprovada, mostra à rapariga seu noivo nu.

Este costume singular fez-nos rir muito e o consideramos mesmo sofrivelmente estúpido; mas, a todos os nossos epigramas, os utopianos respondiam que nunca se cansariam de admirar a loucura da gente dos países estranhos.

Quando, diziam eles, comprais um poldro, negócio de alguns escudos, tomais precauções infinitas. O animal está quase nu, e entretanto, tirai-lhe a sela ou o arnez, temendo que esses fracos invólucros escondam alguma úlcera. E, quando se trata de escolher uma mulher, escolha que influi sobre todo o resto da vida, e que pode fazer desta uma delícia ou uma tortura, procedeis com a maior incúria!

Como?! Prendei-vos indissoluvelmente a um corpo todo oculto em vestes que o envolvem; julgais a mulher inteira por um pedaço de sua pessoa, tão grande quanto a mão, pois só o rosto está à vista! E não temeis de encontrar depois disto alguma deformidade secreta, que vos leve a maldizer esta união arriscada!

Os utopianos tinham alguma razão em falar assim, porque todos os homens não são bastante filósofos para estimar uma mulher apenas por seu espírito e coração, e os próprios filósofos não se aborreceriam por encontrar refluídas a beleza do corpo e as qualidades da alma. É certo que o mais belo ornato pode encobrir a mais repugnante deformidade; então, o coração e os sentidos do infortunado marido repelirão para bem longe a mulher da qual não poderá jamais se separar fisicamente; pois se a mistificação não se deu senão após a consumação do enlace, não destrói a sua indissolubilidade, e ao marido, não lhe resta mais do que guardar consigo a sua desventura.

É pois necessário que as leis forneçam meios infalíveis de não se cair na armadilha, sobretudo na Utopia onde a poligamia é severamente proscrita e onde o casamento não se dissolve, na maioria das vezes, senão pela morte, excetuando-se o caso de adultério e de costumes absolutamente dissolutos.

Nos dois casos o senado dá ao cônjuge ofendido o direito de se casar novamente; o outro é condenado a viver perpetuamente na infâmia e no celibato.

Não é permitido, sob nenhum pretexto, repudiar uma mulher de comportamento irrepreensível, sob o fundamento de alguma enfermidade corporal que haja adquirido. Abandonar assim uma esposa, no momento em que tem maior necessidade de socorros, é, aos olhos dos utopianos, uma cruel covardia; é ainda tirar à velhice toda esperança no futuro, pois não é a velhice a mãe de todos os achaques, e não é ela, já em si, uma doença?

Acontece algumas vezes na Utopia que o marido e a mulher não podendo conviver juntos por incompatibilidade de gênios, procuram novas metades, que lhes prometam uma vida mais feliz e mais doce. A demanda de separação deve ser levada aos membros do senado que, após terem escrupulosamente examinado a questão, juntamente com suas mulheres, rejeitam ou autorizam o divórcio. Neste último caso, as duas partes queixosas separam-se com mútuo consentimento e casam-se em segundas núpcias.

O divórcio é raramente permitido; os utopianos sabem que dar a esperança de poder casar novamente com facilidade, não é o melhor meio de estreitar os laços do amor conjugal.

O adultério é punido com a mais dura escravidão.

Se os dois culpados eram casados, os esposos ultrajados têm, cada qual, o direito de repúdio respectivo, e podem casar-se entre si ou com quem bem lhes pareça.

Entretanto, se o cônjuge, homem ou mulher, que sofreu a injúria, ama ainda o esposo ou esposa indigna, o casamento não é rompido, com a condição, entretanto, de que o inocente siga o culpado aonde ele foi condenado a trabalhar.

A reincidência no adultério é punida com a morte. As penas dos outros crimes não são invariavelmente determinadas pela lei. O senado proporciona a pena conforme a enormidade do delito.

Os maridos castigam suas mulheres; os pais, seus filhos; a menos que a gravidade do delito exija uma reparação pública.

A pena ordinária, mesmo para os maiores crimes, é a escravidão. Os utopianos crêem que a escravidão não é menos terrível para os celerados do que a morte, sendo, além disso, mais vantajosa para o Estado.

Um homem que trabalha, afirmam, é mais útil que um cadáver; e o exemplo de um suplício perpétuo inspira um terror muito mais duradouro do que uma matança legal, que faz o culpado desaparecer num instante.

Quando os condenados escravos se revoltam, são mortos como animais ferozes e indomáveis que a cadeia e a prisão não puderam conter.

Mas os que suportam pacientemente sua sorte, não perdem de todo a esperança. Vêm-se infelizes que, domados pelo tempo e pelo rigor dos sofrimentos, testemunham verdadeiro arrependimento, mostrando que o crime lhes pesa com mais força do que o castigo. Então, a prerrogativa do príncipe, ou a voz do povo, concede-lhes a liberdade.

A simples solicitação ao deboche é passível da mesma pena que o estupro cometido. Em toda matéria criminal, a tentativa bem definida é reputada igual ao fato. Os obstáculos que impedem a execução de uma má intenção não justificam aquele que a concebeu, e que, por certo, teria cometido o mal se tivesse podido.

Os bufões da Utopia fazem as delícias dos habitantes; maltratá-los é coisa vergonhosa. Assim, o prazer que se tira da loucura de outrem não é proibido. Os utopianos não confiam os bobos a esses homens tristes e severos que as palavras e as ações mais cômicas não conseguem desanuviar. Temem que tão sérias personagens não possuam a indulgência precisa para aturar e cuidar de um pobre louco que não serve para nada e que nem ao menos os consegue fazer rir, único talento com que a natureza o dotou.

É igualmente vergonhoso insultar a fealdade ou a mutilação; o que reprocha a um infeliz os defeitos físicos, que não estava em si evitar, passa por insensato.

Menosprezar o zelo pela beleza natural é dar prova de uma preguiça ignóbil; mas chamar em seu auxílio o artifício e o enfeite é infame impertinência. Os nossos insulares sabem, de experiência própria, que as graças do corpo recomendam menos uma mulher ao amor de seu marido, do que a probidade dos costumes, a doçura e o respeito. Muitos se deixam seduzir pela beleza; mas nem um só é constante e fiel, se não encontra com a beleza, a bondade e a virtude.

Os utopianos não somente afastam o crime pelas leis penais, como incitam à virtude com honrarias e recompensas. Estátuas são erguidas nas praças públicas aos homens de gênio e àqueles que prestaram à república serviços relevantes.

Assim, a memória das grandes ações se perpetua e a glória dos antepassados é um aguilhão a estimular a conquista da posteridade e o incitamento ao bem.

Aquele que afronta um só magistrado perde toda esperança de exercer algum dia qualquer magistratura.

Os utopianos vivem em família. Os magistrados não se mostram nem orgulhosos nem terríveis; são chamados pais, e, realmente, destes têm a justiça e a bondade. Recebem com simplicidade as honras que às suas funções lhes são rendidas voluntariamente; essas provas de deferência não constituem obrigação para ninguém. O próprio príncipe não se distingue da massa, nem pela púrpura nem pelo diadema, mas apenas por um feixe de trigo que traz à mão. As insígnias do pontífice reduzem-se a um círio que é levado à sua frente.

As leis são em muito pequeno número e não obstante bastam às instituições.

O que os utopianos desaprovam especialmente nos outros povos é a quantidade infinita de volumes, leis e comentários, que, apesar de tudo, não são suficientes para garantir a ordem pública. Consideram como injustiça suprema enlear os homens numa infinidade de leis, tão numerosas que se torna impossível conhecê-las todas, ou tão obscuras que é impossível compreendê-las.

Não há advogados na Utopia. Os demandistas de profissão, que se esforçam por torcer a lei, e decidir uma questão com a maior astúcia, foram dali excluídos.

Os utopianos pensam que é preferível que cada um defenda sua causa e confie diretamente ao juiz o que teria a dizer a um advogado. Desta maneira há menos ambiguidade e rodeio e a verdade se descobre mais facilmente. As partes expõem seu negócio simplesmente, pois não há advogados para ensinar-lhes as mil artimanhas da chicana.

O juiz examina e pesa as razões de cada um com bom senso e boa-fé; defende a ingenuidade do homem simples contra as calúnias do velhaco.

Seria bem difícil praticar semelhante justiça nos outros países, enterrados num montão de leis, tão embrulhadas e tão equivocas. De resto, todo o mundo

na Utopia é doutor em direito; porque, repito-o, as leis são em muito pequeno número e a interpretação mais grosseira e mais material é admitida como a mais razoável e mais justa.

As leis são promulgadas, dizem os utopianos, com a única finalidade de que cada qual seja advertido de seus direitos e deveres. Ora, as sutilezas de vossos comentários são acessíveis a pouca gente e esclarecem apenas um punhado de sábios; ao passo que uma lei claramente formulada, cujo sentido não é equívoco e se apresenta naturalmente ao espírito, está ao alcance de todos.

Que importa à massa, isto é, à classe mais numerosa e a que mais importa ter normas, se não há leis ou que as leis estabelecidas sejam de tal maneira embrulhadas que para obter-se sua significação verdadeira se faça necessário um gênio superior, ou longas discussões e longos estudos? O julgamento do vulgo não é bastante metafísico para penetrar essas profundidades; aliás toda uma existência ocupada incessantemente em ganhar o pão de cada dia, não deixaria tempo suficiente para tal mister.

Os povos vizinhos invejam o governo desta ilha afortunada; sentem-se fortemente atraídos pela sabedoria de suas instituições e pelas virtudes de seus habitantes. As nações livres e que se governam por si mesmas (muitas dentre elas foram outrora libertadas da tirania pelos utopianos) vão pedir na Utopia magistrados para um ou cinco anos. Na expiração do prazo de suas funções, esses magistrados de empréstimo são reconduzidos ao seu país com as honras que merecem, enquanto outros partem a fim de substitui-los.

É certo que os povos que assim agem resolvem favoravelmente seus interesses. A salvação ou a perda de um império dependem dos costumes dos que o administram. Ora, nossos insulares oferecem à escolha dos que os requerem para chefes as melhores garantias de probidade política. O utopiano não se deixará corromper pelos atrativos da riqueza, por mais brilhante que ela possa ser, porque dentro de pouco já lhe não serviria para nada: quando tivesse de retornar à pátria dentro de poucos anos ou meses. Tão pouco o utopiano deixar-se-ia levar pelo amor ou pelo ódio, pois é completamente desconhecido dos seus administrados.

Infeliz do país onde a avareza e as afeições privadas sentam-se no banco do magistrado! Adeus justiça! a mola mais firme dos Estados!

A república utopiana reconhece como aliados os povos que lhe vêm pedir chefes, e por amigos os que lhe devem um benefício. Quanto aos tratados que as outras nações assinam tão frequentemente para rompê-los e renová-los em seguida, ela nunca os assina.

Para que servem os tratados? interrogam os utopianos. Não uniu a natureza o homem ao homem por laços bastante indissolúveis? Aquele que despreza esta aliança íntima e sagrada terá escrúpulo em violar um protocolo?

Consolida-os nesta opinião o fato de que nas terras desse novo mundo é raro que as convenções entre príncipes sejam observadas de boa-fé. Na Europa, e principalmente nas regiões onde reinam a fé e a religião do Cristo, a majestade dos tratados é santa e inviolável. Isso decorre em parte da justiça e da bondade dos monarcas, em parte do temor e do respeito que lhes inspiram os soberanos pontífices. Os papas em nada se comprometem que não executem religiosamente; por isso obrigam os outros soberanos a cumprirem exatamente as suas promessas, empregando o interdito pastoral e a severidade canônica para forçar os que tergiversam. Os papas crêem com razão que seria vergonhoso para a cristandade ver aqueles que se glorificam acima de tudo do nome de Fiéis, se mostrarem infiéis às suas próprias convenções.

Mas, nesse novo mundo separado do nosso, menos ainda pelo círculo equatorial do que pelos usos e costumes, não se presta nenhuma confiança aos tratados. Uma repentina ruptura segue de ordinário os juramentos de paz mais solenes e que receberam a consagração das mais santas cerimônias. É muito fácil descobrir matéria para chicana no texto de uma aliança; os negociadores insinuam de má-fé, nos textos, manhosas escapatórias, a fim de que o príncipe não fique jamais indissoluvelmente preso, e possa encontrar sempre uma saída secreta para seus compromissos.

E, entretanto, este mesmo ministro que se vangloria de falsificar assim as negociações, por conta do rei, seu senhor, se percebesse que semelhantes embustes, ou melhor, velhacarias, eram introduzidas num contrato entre simples particulares, este mesmo diplomata, franzindo o sobrolho do alto de sua probidade, condenaria a fraude como um sacrilégio digno da forca.

Por este exemplo, dir-se-ia que a justiça é uma virtude plebéia e de baixo nível, a rastejar muito abaixo dos tronos dos reis. A menos que se distingam

duas espécies de justiças: uma boa para o povo, que anda a pé e de cabeça baixa, encerrada numa estreita muralha que não pode transpor; outra, para uso dos reis, infinitamente mais augusta e mais elevada, infinitamente mais livre, e a qual só está inibida de fazer o que não quer.

Sou levado a pensar que a deslealdade dos príncipes nesses países longínquos é a causa que determina os utopianos a não assinar nenhuma espécie de convenção diplomática. Mudariam talvez de opinião se morassem na Europa.

Contudo, em tese, encaram como um mal a introdução de tratados entre os povos, mesmo que fossem observados religiosamente. Este uso habitua os homens a se considerarem mutuamente inimigos, nascidos para se guerrearem sempre e para legitimamente se entredevorarem, na falta de um tratado de paz; como se não houvesse mais uma sociedade natural entre duas nações só porque uma colina ou. um rio as separa.

Ainda se as alianças garantissem a amizade dos confederados, mas, na realidade, nunca eliminam elas todos os pretextos de rompimento, e por conseguinte, de saque e de guerra, dada a leviandade dos diplomatas que redigem os artigos. É raro que os plenipotenciários possam abarcar todos os casos possíveis de proibições e compromissos, ou que os formulem de uma forma perfeitamente clara e precisa.

Os utopianos têm por princípio que não se deve ter por inimigo senão aquele que se torna culpado de injustiça ou violência. A comunhão na mesma natureza parece-lhes um laço mais indissolúvel do que todos os tratados.

O homem, afirmam, está unido ao homem de uma maneira mais íntima e mais forte pelo coração e pela caridade do que pelas palavras e protocolos.

DA GUERRA

Os utopianos abominam a guerra como uma coisa puramente animal e que o homem, no entanto, pratica mais frequentemente do que qualquer espécie de animal feroz. Contrariamente aos costumes de quase todas as nações, nada

existe de tão vergonhoso na Utopia como procurar a glória nos campos de batalha. Não se quer dizer com isto que eles não se exercitem com muita assiduidade na disciplina militar; as próprias mulheres são a isto obrigadas tanto quanto os homens; certos dias são fixados para os exercícios, a fim de que ninguém fique sem habilitação para o combate quando chegar o momento de combater.

Mas os utopianos não fazem a guerra sem graves motivos. Só a empreendem para defender suas fronteiras ou repelir uma invasão inimiga nas terras de seus aliados, ou ainda para libertar da escravidão e do jugo de um tirano um povo oprimido. Neste caso, não consultam os seus interesses; vêm apenas o bem da humanidade.

A república da Utopia presta gratuitamente socorros a seus amigos, não só no caso de agressão armada, mas também para vingar e obter reparação de uma injúria. Entretanto, no caso, ela só age assim quando foi consultada antes da declaração de guerra; examina então conscienciosamente a justiça da causa, e se o povo que cometeu o dano não o quer reparar, é, então, declarado o único autor e o único responsável pelos males da guerra.

Os utopianos tomam esta deliberação extrema todas as vezes que se dá um saque em consequência de uma invasão armada. Mas a sua cólera nunca é tão terrível como quando os negociantes de uma nação amiga, sob o pretexto de algumas leis iníquas, ou de conformidade com uma interpretação pérfida de leis justas, sofreram no estrangeiro vexações injustas em nome da justiça.

Tal foi a origem da guerra que empreenderam pouco antes da atual geração contra os alaopólitas e a favor dos nefelógitas. Os alaopólitas, no dizer dos nefelógitas, causaram a alguns de seus comerciantes prejuízos consideráveis, sob um pretexto legal qualquer. Fosse ou não a queixa fundamentada, o fato é que resultou uma guerra atroz. Aos ódios e às forças dos dois inimigos principais, juntaram-se as paixões e os socorros dos países vizinhos. Nações poderosas foram violentamente sacudidas, outras derrocadas. Esta deplorável sucessão de males só terminou com a derrota completa e a escravidão dos alaopólitas. Estes últimos foram submetidos à dominação dos nefelógitas, dado que a guerra não envolvia interesse direto dos utopianos. Entretanto, os nefelógitas estavam longe da situação florescente dos primeiros.

É com tamanho vigor que os nossos insulares vingam o ultraje feito a seus amigos, mesmo que esteja em jogo apenas o dinheiro destes últimos. São menos ciosos quanto a seus próprios negócios. E se acontece que alguns de seus cidadãos são despojados de seus bens no estrangeiro, vítimas de alguma trapaça, vingam-se do povo que cometeu o ultraje cessando todo comércio com ele, a menos que tenha havido atentado contra as pessoas.

Não é que tenham menos apego aos interesses de seus concidadãos do que aos de seus aliados; porém suportam com menos paciência as trapaças praticadas em prejuízo desses últimos, porque o negociante que não é utopiano perde então uma parte de sua fortuna privada, e esta perda representa para ele uma pura desgraça, ao passo que o utopiano não perde senão para a fortuna pública, ou, melhor, para a abundância e o supérfluo de seu país; e, então, a exportação é proibida. É por isso que as perdas em dinheiro só debilmente afetam na Utopia os indivíduos. Eles julgam, e com razão, que seria demasiado cruel vingar, com a morte de um grande número de pessoas, um dano que não pode afetar nem a vida, nem o bem-estar de seus concidadãos.

Aliás, caso um utopiano seja maltratado ou morto injustamente, em consequência de deliberação pública ou premeditação privada, a república encarrega seus embaixadores de verificarem o fato; pede que lhe sejam entregues os culpados e, no caso de recusa, somente a imediata declaração de guerra pode apaziguá-la. No caso contrário, os autores do crime são punidos com a morte ou com a escravidão.

Os utopianos choram amargamente sobre os louros de uma vitória sangrenta; envergonham-se mesmo, considerando absurdo comprar as mais brilhantes vantagens ao preço do sangue humano. Para eles, o mais belo título de glória é o de ter vencido o inimigo à força de habilidade e artifício. É então quando celebram os triunfos públicos e erguem os troféu; como após uma ação heróica; é então quando se vangloriam de ter agido como homens e como heróis, uma vez que venceram unicamente pela força da razão, coisa de que não é capaz nenhum animal, exceto o homem. Os leões, dizem, os ursos, os javalis, os lobos, os cães e outros animais ferozes não sabem empregar no combate senão as forças corporais; a maioria deles nos sobrepuja em audácia e vigor, mas todos, no entretanto, se dobram ao império da inteligência e da razão. Fazendo a guerra, os utopianos não têm outra finalidade senão obter o que lhes teria evitado declará-la, caso suas reclamações fossem satisfeitas antes da ruptura da paz. Quando toda satisfação é impossível, vingam-se sobre os provocadores, de

forma a impedir, no futuro, pelo terror, os que ousassem tentar repetir semelhantes acometimentos. Tal é o fito dos utopianos na execução dos seus projetos, fito que se esforçam por atingir com presteza, procurando antes evitar o perigo que colher uma fama inútil.

Uma vez declarada a guerra, eles tratam de mandar pregar, secretamente, no mesmo dia, nos lugares mais visíveis do país inimigo, proclamações revestidas com o selo do Estado. Essas proclamações prometem magníficas recompensas ao assassino do príncipe inimigo; outras recompensas menos consideráveis, ainda que bastante sedutoras, pelas cabeças de um certo número de indivíduos, cujos nomes são escritos nessas fatais proclamações. Os utopianos proscrevem, desta maneira, os conselheiros ou os ministros, que são, depois do príncipe, os principais autores da ofensa.

O preço prometido pelo homicídio é dobrado para quem entregar vivo um dos proscritos. Mesmo aqueles cujas cabeças foram postas a prêmio são convidados a trair seus partidários por oferecimento de iguais recompensas e pela promessa de impunidade.

Esta medida tem por efeito colocar imediatamente os chefes do partido adverso em estado de suspeição mútua. Não há mais confiança entre eles, e não se sentem mais seguros; temem uns aos outros e este temor não é quimérico. Não é raro acontecer que muitos têm sido traídos, sobretudo o príncipe, por aqueles em que depositavam mais confiança. Tal é o poder que tem o ouro para arrastar ao crime! Também, os utopianos não poupam dinheiro nessa circunstância.

Recompensam com a gratidão mais generosa àqueles que impelem aos perigos da traição; eles têm o cuidado de fazer com que a grandeza do perigo seja largamente compensada pela magnificência do prêmio.

É por isso que prometem aos traidores não só imensas somas em dinheiro, mas ainda a propriedade perpétua de terras de grande rendimento situadas em lugar seguro no país aliado. E cumprem fielmente a palavra.

O uso de negociar os seus próprios inimigos, pondo suas cabeças a prêmio, é reprovado nos outros países como uma infâmia digna unicamente de almas degradadas. Os utopianos, porém, se gabam disso como de uma ação de alta

sabedoria que termina sem combate as guerras mais terríveis. Honram-se disso como de uma ação humanitária e misericordiosa, que resgata, ao preço da morte de um punhado de culpados, a vida de vários milhares de inocentes, de um como de outro lado, destinados a morrer nos campos de batalha. A piedade dos utopianos também se estende aos soldados de todas as bandeiras; sabem que o soldado não vai por sua própria vontade à guerra, mas é arrastado pelas ordens e pelos furores dos príncipes.

Se os meios precedentes não dão resultados, os nossos insulares semeiam e alimentam a discórdia, dando ao irmão do príncipe ou a alguma outra personagem a esperança de se apoderar do trono. Se as facções internas definham amortecidas então eles instigam as nações vizinhas do inimigo, jogando-as contra ele, exumando mesmo alguns desses velhos títulos que nunca faltam aos reis; ao mesmo tempo, prometem socorros aos novos aliados, dando-lhes dinheiro em caudal, mas os seus cidadãos não lhes entregam senão muito poucos.

Os cidadãos são para a república da Utopia o tesouro mais caro e mais precioso: a consideração que os habitantes da ilha têm uns pelos outros é de tal modo elevada que não consentiriam de bom grado em trocar qualquer dos seus por um príncipe inimigo. Prodigalizam ouro sem pena porque este não é empregado senão para os usos já referidos e porque nenhum deles seria exposto a viver menos comodamente, mesmo que lhes fosse necessário gastar o último escudo.

Aliás, além das riquezas guardadas na ilha, são os utopianos ainda, creio já vos tê-lo dito, credores para muitos Estados de imensos capitais. É com parte deste dinheiro que eles alugam soldados de todos os países e principalmente do país dos zapoletas, situado a leste da Utopia, numa distância de quinhentos mil passos.

O zapoleta, povo bárbaro, feroz e selvagem, não sabe viver senão no meio das florestas e rochedos em que foi nutrido. Calejado na fadiga, suporta pacientemente o frio, o calor, o trabalho. As delícias da vida lhe são desconhecidas; menospreza a agricultura, a arte de bem morar e de bem vestir.

Não possui outra indústria que a criação dos rebanhos, e, as mais das vezes, não conhece outros meios de vida além da caça e da pilhagem.

Nascidos exclusivamente para a guerra, os zapoletas procuram avidamente e não perdem nenhuma oportunidade de fazê-la; então descem aos milhares das montanhas e vendem a baixo preço seus serviços à primeira nação que deles necessita. O único ofício que sabem exercer é o que dá a morte; batem-se com bravura e incorruptível fidelidade a serviço dos que os contratam. Nunca se alistam por tempo determinado; e sempre sob a condição de passar no dia seguinte para o inimigo se lhe oferecer melhor paga, ou voltar à primeira bandeira se aí lhes concedem ligeiro aumento no soldo.

É raro haver uma guerra nessas regiões sem que haja zapoletas nos dois campos. É também comum ver-se parentes muito próximos, amigos estreitamente ligados, enquanto serviam a mesma causa, combatendo-se com o mais vivo encarniçamento, desde que a sorte os dispersou pelas fileiras das duas partes contrárias. Eles esquecem família, amizade e se matam furiosamente só pelo fato de dois soberanos inimigos pagarem alguns patacos por seu sangue e seu furor. A paixão do dinheiro é entre eles tão forte que um vintém a mais no soldo diário basta para fazê-los mudar de campo. Esta paixão degenerou numa avareza desenfreada, mas inútil; porque o que o zapoleta ganha pelo sangue derramado, gasta-o na devassidão.

Este povo faz a guerra pelos utopianos, contra todo o mundo, porque em parte alguma encontra melhor pagamento. De seu lado, os utopianos, que tratam a gente séria convenientemente, ajustam com muito gosto essa infame soldadesca para enganá-la e destruí-la. Quando precisam dos zapoletas começam por seduzi-los com brilhantes promessas; depois expõem-nos sempre nos postos mais perigosos. A maior parte perece e não volta para reclamar o que se lhes prometera; os que sobrevivem recebem exatamente o preço convencionado e esta rígida boa-fé anima-os a afrontar outra vez o perigo com a mesma audácia. Aos utopianos pouco se lhes dá perder grande número desses mercenários, pois estão persuadidos de que terão bem merecido do gênero humano se puderem um dia expurgar a terra desta raça impura de bandidos.

Além dos zapoletas, os utopianos empregam ainda, em tempo de guerra, as tropas dos Estados de que tomam a defesa, e mais as legiões auxiliares de seus outros aliados; só depois, por último, recorrem a seus próprios concidadãos, entre os quais escolhem um homem de talento e coragem para colocar à frente de todo o exército

Este general-chefe tem sob suas ordens dois lugares-tenentes que não possuem nenhum poder enquanto ele pode comandar. Assim que o general é morto ou aprisionado, um dos seus dois lugares-tenentes lhe sucede como por direito de herança; este último é, por sua vez substituído por um terceiro. Resulta disto que os perigos a que está exposto pessoalmente o general, sujeito como qualquer um aos azares da guerra, não poderão jamais comprometer a sorte do exército.

Cada cidade recruta e exercita suas tropas formadas pelos que se alistam voluntariamente. Ninguém é alistado contra a vontade para as expedições longínquas, pois um soldado naturalmente medroso, em lugar de se comportar valorosamente, não pode senão infundir em seus camaradas a própria covardia.

Entretanto, em caso de invasão, em caso de guerra no interior, todos os poltrões robustos e válidos são utilizados; enquanto uns são postos entre os melhores soldados, a bordo dos navios do Estado, os outros são disseminados pelas praças fortes. Aí, não há possibilidade de retirada; o inimigo está a dois passos, a fuga é impossível, e os camaradas os observam. Esta posição extrema sufoca o temor da morte; e muitas vezes o excesso do perigo faz leão o mais covarde dos homens.

Se a lei não obriga ninguém a marchar contra sua vontade para a fronteira, permite às mulheres, que o queiram, acompanhar seus maridos no exército. Longe de serem impedidas, são, ao contrário, estimuladas a seguir, constituindo tal gesto para elas brilhante título de honra. Durante o combate, os esposos são colocados no mesmo posto, cercados de seus filhos, de seus aliados e parentes, a fim de que se prestem um mútuo e rápido socorro, os que a natureza impele a se protegerem entre si com maior afinco.

A desonra e a infâmia esperam o esposo que volta sem a mulher e o filho sem o pai. Também quando os utopianos são forçados a passar às vias de fato e o inimigo resiste, uma longa e lúgubre refrega precipita a carnificina e a morte.

Lançam mão de todos os meios para não se expor pessoalmente ao combate e terminar a guerra apenas por meio dos auxiliares que mantêm às suas custas.

Mas se surge a necessidade imperiosa de entrar realmente em combate, sua intrepidez, na ação, não é menor do que a prudência despendida quando era

possível.

Não põem todo o entusiasmo no primeiro choque. A resistência e a duração de uma batalha reforçam pouco a pouco o seu valor, exaltando-os a ponto de tornar-se mais fácil matá-los que fazê-los recuar.

O que lhes inspira este valor sublime, esse desprezo pela morte e pela vitória é a certeza de ter, sempre, em sua terra, de que viver perfeitamente, sem carecer inquietar-se sobre a sorte da família, inquietação essa que, em todos os outros lugares, alquebra as almas mais generosas. O que ainda lhes aumenta a confiança é a habilidade extrema na tática militar; é enfim, acima de tudo, a excelente educação que recebem, desde a infância, nas escolas e instituições da república. Desde cedo aprendem a não desdenhar tanto a vida, para esbanjá-la estouvadamente; mas também a não amá-la tanto para guardá-la com vergonhosa avareza, quando a honra exige que seja arriscada.

No mais forte da peleja, um troço seleto de jovens, conjurados e devotados até à morte, tem por objetivo perseguir a todo o transe o chefe do exército inimigo.

Ataca-o de surpresa ou a descoberto, de perto ou de longe. Esta pequena tropa disposta em triângulo não faz alto nem conhece repouso. É continuamente renovada com novos recrutas perfeitamente descansados que substituem os soldados fatigados; é raro que não consiga o seu fim, isto é, matar o general inimigo ou aprisioná-lo, a menos que este não escape pela fuga.

Os utopianos, uma vez vitoriosos, não matam inutilmente os vencidos.

Preferem prender a matar os fugitivos, e nunca os perseguem sem ter ao mesmo tempo um corpo de reserva disposto em ordem de batalha e preparado. Salvo no caso em que, desbaratadas as suas primeiras linhas, a retaguarda arrebate a vitória, os utopianos preferem deixar escapar todos os inimigos a ter que correr atrás deles e a habituar, com isso, os soldados a romperem as próprias filas, desordenadamente. Não se esquecem que muitas vezes deveram sua salvação a esta tática.

Realmente, muitas vezes o inimigo, depois de ter derrotado completamente o grosso do exército utopiano, tem-se arremessado, sem ordem, embriagado pelo

triunfo, no encalço dos fugitivos. Nesse momento uma pequena reserva, atenta às oportunidades, pode mudar rapidamente a face do combate, atacando os vencedores de improviso, quando estes, dispersos aqui e ali, se esquecem de toda a precaução por excesso de confiança. Desta forma, a vitória mais segura tem sido algumas vezes arrebatada das mãos que a detinham e, por seu turno, os vencidos batem os vencedores É difícil afirmar-se se os utopianos são mais hábeis em armar emboscadas do que prudentes em evitá-las Acreditaríeis que preparam uma fuga quando preparam justamente o contrário; e, reciprocamente, se tinham intenção de fugir não o poderíeis adivinhar. Quando se sentem bastante inferiores em posição ou em número, levantam o acampamento de noite, em profundo silêncio, ou, então, contornam o perigo com qualquer outro estratagema. Algumas vezes retiram-se em pleno dia mas em tão boa ordem que não é menos perigoso atacá-los durante a retirada do que quando oferecem batalha.

Têm o maior cuidado em defender o próprio campo com fossas grandes e profundas; os entulhos são jogados no interior do campo. Estas construções não são entregues a operários mas aos próprios soldados; todo o exército trabalha, excetuando-se os sentinelas que velam armados em redor do campo, prontos a fazer abortar qualquer surpresa. Por esse meio, poderosas fortificações são erguidas prontamente, abrangendo uma imensa extensão de terreno.

As armas defensivas dos utopianos são muito sólidas, e, entretanto, prestam-se tão bem a toda espécie de movimentos e gestos que não embaraçam nem mesmo o soldado a nado. Um dos primeiros exercícios militares ensinados aos soldados da Utopia, é o de nadar armado. Combatem de longe com a azagaia, que lançam com vigor e segurança, tanto cavaleiros como infantes. De perto, em lugar de espadas, combatem com machados, cujo corte ou peso ocasionam inevitavelmente a morte, qualquer que seja a direção do golpe. São extremamente engenhosos em inventar máquinas de guerra, e as novas máquinas ficam cuidadosamente secretas até o momento de ser postas em uso, por temor de que, sendo conhecidas anteriormente, se tornem mais um brinquedo ridículo do que um objeto de real utilidade. O que mais procuram, ao fabricá-las, é a facilidade de transporte e a aptidão a girar em todos os sentidos.

Os utopianos observam tão religiosamente as tréguas concluídas com o inimigo, que não as violam mesmo em caso de provocação Não devastam as terras do país conquistado; não queimam suas colheitas; vão até a impedir, tanto quanto possível, que elas sejam esmagadas sob os pés dos homens e dos

cavalos, na previsão de que venham a necessitar delas um dia.

Nunca maltratam um homem sem armas, a menos que seja espião.

Conservam as cidades que se rendem e não abandonam à pilhagem as que tomam de assalto. Apenas, matam os principais chefes que puserem obstáculos à rendição da praça,e condenam à escravidão o resto dos que sustentaram o sítio.

Quanto à massa indiferente e pacífica, deixam-na em paz. Se sabem que um ou mais sitiados haviam aconselhado a capitulação, dão-lhes uma parte dos bens dos condenados; a outra parte é para as tropas auxiliares. Não tocam no despojo.

Com a terminação da guerra, não são os aliados em favor dos quais foi a guerra empreendida que suportam os seus gastos; são os vencidos. Em virtude desse princípio, os utopianos exigem dos últimos, primeiramente dinheiro, que empregam para os fins que já conheceis, em caso de guerra futura; em segundo lugar, a concessão de vastos domínios situados no território conquistado, domínios que trazem à república pingues rendas.

Atualmente, esta república conta em vários países do estrangeiro com imensas rendas desta espécie; oriundas de diversas causas, foram pouco a pouco se acumulando e dão hoje mais de setecentos mil ducados. O Estado envia para essas propriedades cidadãos com o título de questores que vivem magnificamente, possuem grande séquito e fornecem ainda fortes somas ao tesouro. Muitas vezes, também, os utopianos cedem o produto dessas propriedades ao povo do país onde elas se acham, enquanto não sentem necessidade dele. É raro que reclamem o reembolso total. Uma parte desses domínios é reservada aos que, cedendo à sedução, afrontam os perigos de que já vos falei.

Assim que um príncipe pegou em armas contra a Utopia e se prepara para invadir uma das terras de seu domínio, os utopianos reúnem imediatamente um exército formidável e o expedem para atacar o inimigo fora das suas fronteiras. Só em medida extrema fazem nossos insulares a guerra em sua terra; e não há necessidade no mundo que os force a deixar entrar na ilha um socorro de tropas estrangeiras.

DAS RELIGIÕES DA UTOPIA

As religiões, na Utopia, variam não unicamente de uma província para outra, mas ainda dentro dos muros de cada cidade; estes adoram o sol, aqueles divinizam a lua ou outro qualquer planeta. Alguns veneram como Deus supremo um homem cuja glória e virtude brilharam outrora de um vivo brilho. Não obstante, a maior parte dos habitantes, que é também a mais sábia, repele estas idolatrias e reconhece um Deus único, eterno, imenso, desconhecido, inexplicável, acima das percepções do espírito humano, enchendo o mundo inteiro com sua onipotência e não com sua vastidão corpórea. Este Deus é chamado Pai; é a ele que atribuem as origens, o crescimento, o progresso, as revoluções e o fim de todas as coisas. É a ele unicamente que rendem homenagens divinas.

De resto, apesar da diversidade de suas crenças, todos os utopianos concordam numa coisa: que existe um ser supremo, ao mesmo tempo Criador e Providência. Este ser é designado, na língua do país, sob o nome comum de Mitra. A dissidência consiste em que Mitra não é o mesmo para todos. Mas qualquer que seja a forma pela qual cada um represente seu Deus, cada um adora, sob esta forma, a natureza majestosa e potente, a quem somente pertence o soberano império de todas as coisas, por consentimento geral dos povos.

Esta variedade de superstições tende, dia a dia, a desaparecer e a converter-se numa única religião, a qual parece muito mais razoável. É mesmo provável que a fusão já se teria operado, sem os infortúnios imprevistos e pessoais que impedem a conversão de um grande número. Muitos, em lugar de atribuir ao acaso acidentes desse jaez, metem-se a interpretá-los, sob o terror supersticioso que sentem, como uma vingança do Deus que estavam prestes a abandonar.

Temem que este Deus se vingue de sua apostasia.

Entretanto, quando aprenderam conosco o nome do Cristo, sua doutrina, sua vida, seus milagres, a admirável constância de tantos mártires, cujo sangue voluntariamente vertido submeteu à lei do Evangelho a maioria das nações da terra, não podeis imaginar com que afetuosa inclinação ouviram esta revelação.

Talvez que Deus agisse secretamente em suas almas; talvez o cristianismo

lhes pareceu em todos os pontos conforme à seita que entre eles goza de maior prestígio.

O que na minha opinião contribuiu sobretudo para inspirar-lhes estas felizes disposições foi a narração da vida em comum dos primeiros apóstolos, tão cara a Jesus Cristo, e atualmente ainda em uso nas sociedades dos verdadeiros e perfeitos cristãos.

Como quer que seja, muitos dentre os utopianos abraçaram nossa religião e foram purificados pelas águas sagradas do batismo; infelizmente, de nós quatro (a morte de outros dois companheiros nos tinha reduzido a este número), nenhum era padre. Eles não puderam, portanto, ainda que já iniciados nos outros mistérios, receber os sacramentos que, entre nós, unicamente os padres têm o poder de conferir; não obstante, têm uma idéia perfeitamente exata desses sacramentos e de tal modo os desejam que ouvi-os discutir acaloradamente a questão de saber se um cidadão, escolhido por eles, não poderia adquirir o caráter de padre. A minha partida, não tinham ainda eleito ninguém, mas pareciam resolvidos a fazê-lo.

Os habitantes da ilha que não crêem no cristianismo, não se opõem à sua propagação e não maltratam de nenhuma maneira os neo-convertidos. Apenas um dos nossos neófitos foi preso em minha presença. Recém-batizado, pregava em público, não obstante os meus conselhos, com mais zelo que prudência.

Arrebatado por seu ardente fervor, não se contentava em elevar ao primeiro plano o cristianismo; e condenava todas as outras religiões, vociferando contra seus mistérios, que classificava como profanos, contra seus sectários, que qualificava de ímpios e sacrílegos, dignos do inferno. Este neófito, depois de ter deblaterado neste tom durante muito tempo, foi preso, não sob prevenção de ultraje ao culto, mas por ter provocado tumulto entre o povo. Foi a julgamento e condenado ao exílio.

Os utopianos incluem no número de suas mais antigas instituições a que proíbe prejudicar uma pessoa por sua religião. Utopus, na época da fundação do império, apurou que, antes de sua chegada, os indígenas viviam em guerras contínuas por motivos religiosos. Notara também que tal situação lhe facilitara a conquista do país, porque as seitas dissidentes em vez de se reunirem em massa, combatiam isoladamente e a parte. Assim que se viu vitorioso e senhor

do país, apressou-se em decretar a liberdade de religião. Entretanto, não proscreveu o proselitismo, que propaga a fé pelo raciocínio, com doçura e modéstia; que não procura destruir pela força bruta a religião contrária, quando não consegue persuadir; que, finalmente, não emprega a violência nem a injúria.

Utopus, decretando a liberdade religiosa, não tinha unicamente em vista a manutenção da paz outrora perturbada por combates contínuos e ódios implacáveis; pensava ainda que o próprio interesse da religião exigia tal medida.

Nunca ousou ele estatuir temerariamente qualquer coisa, em matéria de fé, na incerteza de que o próprio Deus não tenha inspirado aos homens as diversas crenças no intuito de experimentar, por assim dizer, esta grande variedade de cultos. Quanto ao emprego da violência e de ameaças para constranger alguém a adotar a mesma crença que outrem, pareceu-lhe tirânico e absurdo. Previa que se todas as religiões fossem falsas, à exceção de uma, tempo viria em que, com o auxílio da doçura e da razão, a verdade se desprenderia espontaneamente, luminosa e triunfante, da noite do erro. Ao contrário, quando a controvérsia se faz pelo tumulto e de armas na mão, dado que os piores homens são os mais teimosos, sucede que a melhor e mais santa das religiões acabaria sepultada sob uma multidão de vãs superstições, como uma bela seara coberta pelo mato e os espinhos.

Foi por isto que Utopus deixou a cada um inteira liberdade de consciência e de fé.

Não obstante, castigou severamente, em nome da moral, o homem que degrada a dignidade de sua natureza a ponto de pensar que a alma morre com o corpo ou que o mundo marcha ao léu sem que exista alguma providência Os utopianos crêem, pois, numa vida futura, onde castigos são preparados para os crimes e recompensas para as virtudes. Não dão o nome de homem àquele que nega estas verdades e que rebaixa a natureza sublime de sua alma à vil condição de um corpo de animal; com mais forte razão, não o honram com o título de cidadão, persuadidos de que, se o tal não estivesse amarrado pelo temor, calcaria aos pés como flocos de neve os hábitos e as instituições sociais. Quem pode duvidar, com efeito, que um indivíduo que não tem outro freio senão o código penal, outra esperança que a matéria e o nada, não encontra prazer em

iludir, astuciosa e secretamente, as leis de seu país, ou violá-las pela força, desde que satisfaça a sua paixão e o seu egoísmo?

A esses materialistas não se rendem homenagens, não se confiam magistraturas ou cargos públicos. São desprezados como seres de natureza inerte e impotente. Entretanto, não são condenados a pena, na convicção generalizada de que não está no poder de ninguém sentir segundo sua fantasia. Não se fazem ameaças para obrigá-los a dissimular a própria opinião. A dissimulação é proscrita na Utopia e a mentira é detestada tanto quanto a trapaça. Unicamente não têm o direito de sustentar seus princípios em público perante o vulgo; podendo fazê-lo, entretanto, em particular, junto aos padres e outras graves personagens. São mesmo insistentemente convidados para essas conferências, na esperança de que seu delírio ceda enfim à razão.

Grande número de utopianos professa um sistema diametralmente oposto ao materialismo; e como suas idéias não são perigosas nem totalmente desprovidas de bom senso, a propaganda não lhes é proibida. Estes últimos, caindo no extremo oposto, pretendem que as almas dos animais são imortais como as nossas, ainda que muito inferiores quanto ao quinhão da dignidade e da felicidade que lhes são destinadas.

Todos os utopianos, a parte pequena minoria, alimentam a convicção íntima de que uma felicidade imensa aguarda o homem além túmulo. É por isto que choram pelos doentes e jamais pelos mortos, excetuado o caso em que o moribundo deixa a vida inquieto ou a contragosto. O temor da morte é para eles um mau augúrio; parece-lhes que este temor não existe senão nas almas sem esperança e cujas consciências intranquilas tremem diante da eternidade, como se sentissem já o aproximar do suplício. Além disso acreditam que Deus não recebe com prazer o homem que não acorre de bom grado ao seu chamado, mas é pela morte arrastado à sua presença entre rebelde e aflito.

Aqueles que vêm alguém morrer assim tomam-se de horror; levam o defunto, tristes e silenciosos; e após suplicar à divina clemência perdão às suas fraquezas, enterram-no.

Ninguém, ao contrário, lamenta um cidadão que sabe morrer alegremente, cheio de esperança. Cânticos de alegria acompanham seus funerais. Recomenda-se com fervor sua alma a Deus, e queima-se-lhe o corpo com

respeito, mas sem lamentações. Sobre o lugar da sepultura, levanta-se uma coluna em que são gravados os títulos do morto. Seus amigos, reunidos, conversam sobre seus hábitos e ações; e o que mais frequentemente lhes agrada relatar a história de sua morte gloriosa.

Estas homenagens dedicadas à memória das pessoas de bem são, aos olhos de nossos insulares, um incitamento eficaz à virtude e um nobre culto aos mortos.

Porque os mortos, segundo os preconceitos da maioria dos utopianos, assistem às conversações dos vivos, ainda que invisíveis ao pequeno alcance dos olhos dos mortais. Não conviria à sorte dos bem-aventurados não serem livres de se transportar aonde bem lhes parecesse; e poder-se-ia justamente acusá-los de ingratidão, se se mostrassem indiferentes ao desejo de rever os amigos a que na terra estavam presos pelos laços do amor e da caridade. Mas tal não poderia dar-se visto que o amor e a caridade, longe de se extinguirem após a morte no coração dos eleitos, devem provavelmente crescer, como todas as outras perfeições. Por conseguinte, segundo as idéias utopianas, os mortos se misturam à sociedade dos vivos e são testemunhas de suas ações e de suas palavras. A crença na presença dos antepassados inspira a este povo uma confiança extrema nas suas ações, porque lhes assegura a proteção e o apoio de poderosos defensores; além disso, impede uma enorme quantidade de crimes ocultos.

Quanto aos augúrios e outros meios supersticiosos de adivinhação, tão frequentes em outros países, os nossos insulares rejeitam-nos e deles se riem Veneram os milagres que surgem sem o concurso das leis da natureza, considerando-os como fatos que atestam a presença da divindade. Afirmam mesmo que muitos milagres têm-se verificado em seu país, e que não raro em meio a terríveis calamidades as preces públicas e uma grande fé logram obter prodígios capazes de salvar o império.

Crêem que contemplar o universo, louvar o autor das maravilhas da criação é um culto agradável a Deus. Entretanto, encontra-se entre eles uma classe numerosa de cidadãos que, por espírito religioso preconcebido, abandonam a ciência, desdenham aplicar-se ao conhecimento das coisas, renunciam, enfim, a toda espécie de contemplação e lazer. Estes homens procuram merecer o céu unicamente pela vida ativa e pelos bons serviços prestados ao próximo. Uns

cuidam dos doentes; outros consertam as estradas e as pontes, limpam os canais, nivelam os terrenos, tiram dos caminhos as pedras e os obstáculos, abatem e cortam as árvores; transportam, para as cidades, em carros puxados a cavalo, a madeira, o grão, os frutos e os outros produtos do campo.

Não só trabalham para o público, mas se põem ainda a serviço dos particulares, como simples domésticos, mais diligentes e submissos que escravos.

Encarregam-se com alegria dos trabalhos mais rudes e mais difíceis, dos serviços mais repugnantes, para cuja realização as penas, o desespero e o nojo afugentam a maioria dos homens. Entregam-se, sem descanso, ao trabalho e à fadiga, a fim de obter para o próximo o trabalho e o repouso. Não exigem para tanto nenhum agradecimento. Não censuram a vida dos outros e não se vangloriam de todo o bem que fazem. Quanto mais, por devotamento, se rebaixam ao nível do escravo, tanto mais se elevam na estima pública.

Esta classe de homens devotados divide-se em duas seitas: Uns renunciam ao matrimônio. Não só se abstêm do comércio com as mulheres, mas ainda rejeitam o uso de qualquer carne. Privam-se de todos os prazeres da vida, como coisas perigosas; não aspiram senão a merecer as delícias da vida futura a força de vigílias e suores. A esperança de cedo gozar dessas delicias torna-os alegres e sãos.

Os outros, não menos ávidos de trabalhos, preferem o estado de casado, do qual apreciam as obrigações e as doçuras. Julgam que têm obrigações para com a Natureza e que devem filhos à pátria. Não fogem. dos prazeres, contanto que estes não os distraiam do trabalho. Comem carne dos quadrúpedes, a fim de se tornarem mais robustos e mais capazes de suportar as fadigas.

Os utopianos crêem os últimos mais sábios e os primeiros mais santos. Se, não obstante, aqueles que preferem o celibato ao casamento, as fadigas ao repouso, fundamentassem tal comportamento no bom senso da razão, os utopianos se ririam deles com piedade. Mas professam por estes homens uma viva admiração, porque a religião é o móvel de seu devotamento e na Utopia todo mundo evita, escrupulosamente, tomar qualquer decisão a respeito de religião.

Estes rígidos sectários se chamam na língua do país butrescos; denominação que corresponde entre nós a religiosos. Os padres da Utopia são de uma santidade perfeita, e, por consequência, em número muito restrito; para cada cidade não há senão treze a serviço de igual número de templos. Entretanto, em caso de guerra, sete padres devem acompanhar o exército, e neste caso é forçoso nomear outros sete em lugar dos que partem. Os titulares retomam suas funções assim que regressam. Os suplentes sucedem por ordem aos antigos, à proporção e à medida que estes morrem; como suplentes, assistem o pontífice.

Em cada cidade há um pontífice acima dos outros padres.

Os padres, da mesma forma que os outros magistrados, são eleitos pelo povo em escrutínio secreto, a fim de evitar a intriga; o colégio sacerdotal da cidade consagra os novos eleitos. Presidem as coisas divinas, velam sobre a religião e são, de algum modo, os censores dos costumes. Ê vergonhoso ser citado a comparecer perante eles e receber suas reprimendas; é esse um indício de vida pouco regular. De resto, se têm o direito de aconselhar e de repreender, somente ao príncipe e aos magistrados cabe o direito de prender e processar criminalmente os culpados. O poder dos padres se limita a interditar os sagrados mistérios aos homens reconhecidamente pervertidos. Não existe suplício nenhum que faça mais horror, na Utopia, que esta excomunhão; ela os marca de infâmia, causa à consciência mil temores religiosos e não deixa, a quem fere, tranquilidade quanto à própria segurança pessoal; pois se os reprovados não se apressam em dar mostra de arrependimento verdadeiro perante os padres, o senado manda prendê-los e lhes é aplicada a penalidade dos ímpios.

A educação da infância e da juventude é confiada ao sacerdote, para quem os primeiros cuidados são para o ensino da moral e da virtude de preferência ao das ciências e das letras. O mestre, na Utopia, emprega toda a sua experiência e talento em imprimir, na alma ainda tenra e impressionável da criança, os bons princípios que são a salvaguarda da república. A criança que recebeu o germe desses princípios guarda-os em sua carreira de homem, tornando-se mais tarde um elemento útil à conservação do Estado. É o vício que destrói os impérios, e o vício é engendrado pelas más opiniões.

Os padres escolhem suas mulheres na fina flor da população. A próprias mulheres não são excluídas do sacerdócio, contanto que sejam viúvas e de

idade avançada.

Não há magistratura mais honrada que o sacerdócio. A veneração que se dedica aos padres é de tal modo profunda que, se algum deles comete uma infâmia, não comparece em juízo mas é abandonado a Deus e à sua própria consciência. Os utopianos não julgam permitido tocar-se com mão mortal naquele que foi consagrado a Deus, como uma oferenda santa, como uma coisa inviolável e a parte.

Esta lei é tanto mais fácil de praticar quanto é pequeno o número dos padres e quão grandes as precauções postas a elegê-los. Assim, deve ser extremamente raro que um homem elevado a um tão alto grau de dignidade, em consequência mesmo de suas virtudes e de ser o melhor entre os bons, venha a cair no vício e na depravação. E se tamanho escândalo viesse a dar-se (pois a natureza humana é fraca e inconstante), a segurança do Estado não se sentiria gravemente comprometida por uma classe tão pouco numerosa e que possui somente brilhantes honras, sem influência e poder.

Os utopianos, ao limitar a tão pequeno número a quantidade de padres, procuram não baratear a dignidade de uma ordem que goza atualmente da mais alta consideração, transmitindo esta dignidade a muitos indivíduos. A razão principal é que lhes parece difícil encontrar muitos homens dignos de preencher uma função cujo exercício exige uma perfeição invulgar.

Os padres da Utopia não são menos estimados nas nações estrangeiras que entre seus concidadãos. Eis a explicação para o fato: Durante os combates, os padres, retirados a um lado, mas não muito longe dos campos de batalha, rezam de joe1hos, as mãos erguidas ao céu e paramentados com os hábitos sagrados. Imploram a paz acima de tudo, e só em segundo lugar a vitória do seu país, e, ainda assim, uma vitória que não seja sangrenta para nenhum dos dois lados. Se são os seus concidadãos os vencedores, atiram-se no mais forte da refrega e evitam a matança dos vencidos. O infeliz que deles se aproxima, os vê ou os chama, tem sua vida poupada; aquele que consegue tocar suas vestimentas sagradas, longas e flutuantes, conserva com a vida, a fortuna.

Esta bela atitude fez ressaltar tanto a real majestade de seu caráter, e inspira aos povos vizinhos tanta veneração, que muitas vezes a intervenção dos padres não tem sido menos salutar aos próprios utopianos do que aos exércitos

inimigos.

De fato, há acontecido às tropas utopianas se submeterem e fugirem depois de perdidas todas as esperanças; mas, no momento em que o inimigo se entregava ao saque e ao assassínio a mediação dos padres suspende a carnificina, separa os contendores e consegue que se conclua a paz sob condições razoáveis.

Nunca, naquelas plagas, houve povo bastante bárbaro, ou bastante feroz e cruel, para não respeitar os padres da Utopia como um corpo sagrado e inviolável.

Os utopianos celebram uma festa nos primeiros e últimos dias do mês e do ano. Dividem o ano em meses lunares e o medem pela revolução solar. Esses primeiros e últimos dias se chamam cinemerne e trapemerne segundo a língua utopiana, nomes que pouco mais ou menos significam festa inicial e festa final.

Podem-se ver na Utopia templos magníficos, de rica estrutura e de extensão capaz de conter uma imensa multidão, necessária em vista do pequeno número existente. Uma semi-obscuridade coa a claridade do dia; esta disposição não é motivada pela ignorância dos arquitetos; foi adotada de propósito e a conselho dos padres. A razão disto é que uma luz excessiva dispersa as idéias, enquanto que uma luz fraca e dúbia recolhe os espíritos, desenvolve e exalta o sentimento religioso.

Se bem que os utopianos não professem a mesma religião, entretanto todos os cultos desse país, em suas múltiplas variedades, convergem por diversos caminhos para o mesmo fim que é a adoração da natureza divina; É por isto que não se vê e não se encontra nada nos templos que não sirva a todas às crenças em conjunto. Cada um celebra em sua casa, em família, os mistérios particulares à sua fé. O culto público é organizado de maneira a não contradizer em nada o culto doméstico e privado. Não se encontra nos templos nenhuma imagem de deuses, a fim de que fique cada um livre de conceber a Divindade sob a forma que corresponda à sua crença. Não se invoca jamais Deus sob outro nome que o de Mitra, termo que exprime em geral a essência da majestade divina, qualquer que seja esta essência. Não se faz ali nenhuma prece que todos não possam repetir sem ferir sua consciência religiosa.

Nos dias de trapemerne o povo se reúne nos templos à tarde e ainda em jejum.

Aí, agradecem a Deus as graças alcançadas durante o ano ou mês de que a festa é o ú1timo dia. No dia seguinte, dia de cinemerne, o povo enche os templos já pela manhã, implorando aos céus um futuro feliz durante o ano ou mês que esta solenidade inaugura.

Nos dias de trapemerne, antes de ir ao templo, as mulheres se atiram aos pés de seus maridos, as crianças aos pés de seus pais. Assim prosternados, confessam seus pecados por atos ou negligência no cumprimento dos deveres, e depois pedem perdão de seus erros. No meio desta confissão em família, desta satisfação piedosa, as nuvens, de ódio que obscureciam a paz doméstica são rapidamente dissipadas e todo mundo pode, então, assistir aos sacrifícios com a alma tranquila e pura, pois os utopianos teriam escrúpulos se a eles assistissem com o ódio e a perturbação no coração. Se sua consciência estivesse carregada de cólera ou ressentimento, não ousariam jamais participar da celebração dos mistérios antes de se terem reconciliado e purificado seus sentimentos. Temem que Deus exerça qualquer vingança terrível por essa impiedade.

Dentro do templo, os homens ficam à direita e as mulheres à esquerda, separados. Os lugares são distribuídos de forma que os indivíduos de cada um dos dois sexos estejam respectivamente sentados em frente do pai e da mãe da família. Isto é assim ordenado a fim de que os chefes de família possam observar o comportamento exterior daqueles que eles instruem e governam na intimidade.

Tem-se o cuidado de distribuir os mais jovens entre os mais velhos, a fim de que as crianças, não estando muito aglomeradas, não percam, em tolices pueris, o tempo que devem empregar em impregnar-se da crença religiosa nos deuses, crença que é, nessa idade, o incentivo mais urgente e talvez mais capaz de estimulá-las à virtude.

Os utopianos não imolam animais nos seus sacrifícios. Pensam que a clemência divina, que deu a vida aos seres animados para que vivam, não pode se alegrar com a visão do sangue e da morte. Queimam incenso e outros perfumes, e velas em grande número. Sabem muito bem que a natureza divina não tem necessidade dessas coisas nem das preces dos homens; mas gostam de

render a Deus este culto de paz. Aliás, não sei como, sob a influência dessas luzes, desses perfumes, dessas cerimônias, o homem sente sua alma elevar-se e, com fervor, entrega-se à adoração do Todo Poderoso.

O povo, no templo, veste-se de branco; o padre leva uma vestimenta de diversas cores, admirável de confecção e de forma, ainda que a fazenda não seja muito preciosa. A vestimenta do padre não é nem brochada de ouro nem presa por pedrarias; é um tecido de penas de pássaros, dispostas com tanta arte e gosto que o mais rico paramento ficaria abaixo desse maravilhoso trabalho. Além disso, a ordem com que são distribuídas as penas e plumas obedece a símbolos que encerram mistérios secretos. Os sacrificadores conservam e comunicam fielmente a interpretação desses símbolos, cuja vista recorda perenemente aos utopianos os benefícios que Deus lhes prodigaliza, o reconhecimento que devem, em retribuição, e os deveres que têm a cumprir uns para com os outros.

Desde que o padre revestido de seus paramentos se apresenta à entrada do santuário, todo mundo se prosterna, com um respeito e silêncio tão profundos que este espetáculo fere a alma de uma espécie de terror como se um Deus aparecesse no templo. Após alguns instantes, a um sinal do padre todos se erguem. Então os assistentes começam a cantar louvores a Deus, interrompidos, a intervalos, pela música instrumental.

Os instrumentos da música utopiana têm formas, em grande parte, diferentes das que vemos entre nós. Na sua maioria são mais harmoniosos que os nossos, e alguns não lhes podem mesmo ser comparados. Mas o que dá à música utopiana, seja instrumental, seja vocal, uma superioridade incontestável, é que ela imita e exprime todos os sentimentos da natureza com rara perfeição. Os utopianos acordam tão bem o som, a expressão, pintam tão vivamente as súplicas da prece, a alegria e a piedade, a inquietação, o pesar, a cólera, a forma de sua melodia, numa palavra, representa com tal verdade os sentimentos mais íntimos, que a alma de quem escuta fica maravilhosamente comovida, embevecida e inflamada.

No fim do ofício divino, o povo e o padre rezam juntos rezas solenes, formuladas em termos determinados por lei, e de maneira a cada um reportar a si mesmo o que todos recitam em comum. Nessas preces, os ouvintes reconhecem Deus como autor da criação e da conservação de todos os bens;

rendem-lhe graças pelos numerosos benefícios recebidos. Agradecem a Deus, em particular, tê-los feito nascer, por insigne favor, no seio da república mais feliz e da religião que lhes parece ser a verdadeira. Entretanto, se esta crença for um erro, se existir um governo e um culto melhores, mais propícios ao Eterno, suplicam sua divina bondade de lhes trazer revelação, declarando-se prontos a obedecer, em tudo, a sua vontade. Mas, ao contrário, se o culto e o governo da Utopia são os mais perfeitos, pedem então a Deus que lhes conceda o favor de perseverar, e que conduza o resto dos homens às mesmas instituições religiosas e sociais; a não ser que, nos seus desígnios impenetráveis, tenha por bom esta grande diversidade de religiões. Finalmente suplicam à misericórdia divina recebê-los em paz, depois de uma boa morte. Não ousam pedir ao céu prolongar ou abreviar a duração da própria vida; mas o que dizem a Deus, sem temer ofender sua majestade, é que prefeririam chegar a ele pela morte mais penosa do que ficar muito tempo privados de sua presença na vida mais venturosa.

Terminada esta prece, todo mundo se prosterna de novo e se ergue momentos depois para ir jantar. O resto do dia é empregado em jogos e exercícios militares...

Tenho tentado, continuou Rafael, descrever-vos a forma desta república, que julgo ser, não somente a melhor, como a única que pode se arrogar, com boa justiça, do nome de república. Porque, em qualquer outra parte, aqueles que falam de interesse geral não cuidam senão de seu interesse pessoal; enquanto que lá, onde não se possui nada em particular, todo mundo se ocupa seriamente da causa pública, pois o bem particular realmente se confunde com o bem geral. Qual o homem que, em outro lugar, não sabe que se abandonar os seus próprios negócios, por mais florescente que esteja a república, não deixará, por isso, de morrer de fome? Daí a necessidade com que pensam em si antes de pensar em seu país, isto é, no seu próximo.

Na Utopia, ao contrário, onde tudo pertence a todos, não pode faltar nada a ninguém, desde que os celeiros públicos estão cheios. A fortuna do Estado nunca é injustamente distribuída naquele país; não se vêm nem pobres nem mendigos, e ainda que ninguém tenha nada de seu, no entretanto todo mundo é rico. Existe, na realidade, mais bela riqueza do que viver alegre e tranquilo, sem inquietações nem cuidados? Existe sorte mais feliz do que não tremer pela existência, não ser azoinado pelos pedidos e queixas da esposa, não temer a pobreza para seu filho, não apoquentar-se pelo dote da filha; mas estar sempre seguro e certo da existência e do bem-estar, seu e dos seus, mulher, filhos,

netos, bisnetos, até à mais longínqua posteridade de que poderia orgulhar-se um fidalgo?

A república utopiana garante essas vantagens aos que, inválidos hoje, outrora trabalharam tão bem quanto os cidadãos ativos aptos a trabalhar.

Gostaria de ver alguém, aqui, que ousasse comparar esta justiça à justiça das outras nações. Eu, de mim, estou pronto a morrer se me mostrarem nas outras nações o menor sinal de equidade e justiça.

É justo que um nobre, um ourives, um usurário, um homem que não produz senão objetos de luxo, inúteis ao Estado, é justo que tais indivíduos levem uma vida caprichosa e esplêndida por entre a ociosidade e ocupações frívolas, enquanto que um trabalhador, um carreteiro, um artesão, um lavrador vivem uma negra miséria, mal podendo alimentar-se? E, no entanto, os últimos estão amarrados a um trabalho tão pesado e tão penoso que as bestas de carga mal suportariam; tão necessário que nenhuma sociedade poderia subsistir um ano sem ele. Na verdade, a condição de uma besta de carga parece mil vezes preferível; esta trabalha menos tempo, sua alimentação não chega a ser pior, e é mesmo mais conforme aos seus gostos. E depois, o animal não teme o futuro.

Mas qual é o destino do operário? Um trabalho infrutífero, estéril a esmagá-lo agora e a expectativa de uma velhice miserável no futuro; o seu salário diário não chega para todas as necessidades quotidianas; como, então, poderá ele aumentar sua fortuna e reservar dia a dia um pouco do supérfluo para as necessidades da velhice?

Não é iníqua e ingrata a sociedade que prodigaliza tantos bens aos que se intitulam nobres, aos joalheiros, aos ociosos ou a esses artesãos de luxo que só sabem lisonjear e servir a frívolas volúpias; quando, de outra parte, não tem nem coração nem cuidados para o lavrador, o carvoeiro, o carregador, o operário, sem os quais não existiria sociedade? Em seu cruel egoísmo, ela abusa do vigor da juventude dessa gente para tirar dela maior proveito; e logo que fraquejam esses pobres homens, sob o peso da idade e da doença, justamente quando tudo lhes falta, é que ela esquece das suas canseiras infindas, dos seus numerosos serviços, e os recompensa deixando-os morrer a fome.

E não é tudo. Os ricos diminuem cada dia alguma coisa no salário dos

pobres, não só por meio de manobras fraudulentas, mas ainda decretando leis com tal fim.

Recompensar tão mal aqueles que mais merecem da república, parece-nos à primeira vista uma evidente injustiça; mas os ricos fazem desta monstruosidade um direito, sancionando-o em leis. É por isto que, quando considero e observo as repúblicas mais florescentes hoje, não vejo, Deus me perdoe, senão uma conspiração de ricos a gerir do melhor modo os seus negócios sob o rótulo e o título pomposos de república. Os conjurados procuram por todas as manhas e meios possíveis atingir um duplo fim: Primeiramente, assegurar a posse certa e indefinida de uma fortuna mais ou menos mal adquirida; em segundo lugar, abusar da miséria dos pobres, abusar de suas pessoas, e comprar pelo preço mais baixo suas habilidades e labores.

E essas maquinações decretadas pelos ricos em nome do Estado, e, por conseguinte, em nome dos pobres também, são transformadas em leis.

Entretanto, embora tenham esses homens perversos partilhado entre si, com insaciável cobiça, bens suficientes à felicidade de todo um povo, longe ainda estariam da felicidade que gozam os utopianos.

Na Utopia a avareza é impossível, porque o dinheiro ali não é de uso algum, e por isso mesmo que abundante fonte de males não estancou ela? Que enorme seara de crimes não cortou pela raiz? Quem não sabe, com efeito, que as fraudes, os roubos, as rapinas, as rixas, os tumultos, as querelas, as sedições, os assassínios, as traições, os envenenamentos; quem não sabe, digo, que todos esses crimes dos quais se vinga a sociedade com suplícios permanentes, sem, entretanto, poder preveni-los, seriam suprimidos no dia em que o dinheiro desaparecesse? Então, desapareceriam também o temor, a inquietude, os cuidados, as fadigas e as canseiras. A própria pobreza, que parece ser a única a carecer de dinheiro, diminuiria no instante mesmo, caso o dinheiro fosse completamente abolido.

E veja-se esta prova evidente: Suponde que vem um ano mau e estéril, durante o qual uma horrível fome rouba muitos milhares de vidas. Sustento que, ao fim da calamidade, se fossem pesquisados os celeiros dos ricos, neles se encontrariam imensas provisões de grãos. De sorte que, se essas provisões tivessem sido distribuídas em tempo, nenhum dos infelizes que morreram de

fraqueza e debilidade teria sido tocado pela inclemência do céu e a avareza da terra. Vedes pois, que, sem o dinheiro, a existência teria podido e poderá ser assegurada a todos; e que a chave de ouro, esta bem-aventurada invenção que nos devia abrir as portas da felicidade, no-las fecha impiedosamente.

Os próprios ricos, não o duvido, compreendem estas verdades. Sabem que é infinitamente preferível não lhes faltar jamais o necessário a ter em abundância quantidades de coisas supérfluas; que mais vale verem-se livres de males inúmeros do que se cercarem de grandes riquezas. Creio mesmo que de há muito teria o gênero humano abraçado as leis da república utopiano, seja em interesse próprio, seja em obediência às leis do Cristo, pois a sabedoria do Salvador não poderia ignorar o que há de mais útil aos homens, e sua bondade divina certamente já soube recomendar-lhes o que sabia ser bom e perfeito.

Mas o orgulho, paixão feroz, rainha e mãe de todas as pragas sociais, opõe uma resistência invencível a essa conversão dos povos. O orgulho não mede a felicidade de acordo com o bem-estar pessoal, mas de acordo com a infelicidade alheia. O orgulho recusaria mesmo ser Deus, se não lhe restassem mais infelizes a insultar e a tratar como escravos, se o luxo de sua felicidade não fosse mais exaltado pelas angústias da miséria e se a ostentação de suas riquezas não torturasse mais a indigência e acendesse o seu desespero. O orgulho é uma serpente do inferno, que se introduziu no coração dos homens, que os cega com seu veneno e os afasta da senda de uma vida melhor. Este reptil agarra-se tão fortemente à carne que se torna difícil arrancá-lo.

Desejo, do fundo da alma, a todos os países, uma república semelhante à que vos acabo de descrever. Alegra-me, ao menos, saber que os utopianos a encontraram e fundaram o seu império sobre instituições que lhes asseguram não somente a prosperidade mais brilhante como, tanto quanto pode conjeturar a previsão humana, uma duração eterna.

Porque nela todos os germes da ambição, do facciosismo, foram extirpados com os demais vícios. Desde então, o Estado não teme as discórdias civis que aniquilavam a potência e a riqueza de tantas cidades. A união dos cidadãos sendo assim fortemente consolidada no interior, a excelência e a solidez das instituições defendem a república contra os perigos de fora. A inveja reunida de todos os reis vizinhos seria impotente para abalar e perturbar o império; já o experimentaram, muitas vezes e todas as vezes viram seus projetos desmoronar.

Assim que Rafael terminou sua narrativa, veio-me à mente quantidade de coisas que me pareceram absurdas nas leis e costumes utopianos, tais como seu sistema de fazer a guerra, o culto, a religião e várias outras instituições. O que sobretudo transtornava todas as minhas idéias era o alicerce sobre que foi erguida esta estranha república, quero dizer, a comunidade de vida e de bens, sem tráfico de dinheiro. Ora, esta comunidade destrói radicalmente toda nobreza e magnificência, todo esplendor e majestade – coisas que, aos olhos da opinião pública, fazem a honra e o verdadeiro ornamento de um Estado. Não apresentei, entretanto, a Rafael, nenhuma objeção, porque o sabia fatigado da longa narrativa. Por outro lado, não estava certo de que suportasse pacientemente a contradição. Lembrava-me te-lo visto censurar com vivacidade a certos contraditores, repreendendo-lhes temerem passar por imbecis, se nada encontravam a objetar às invenções dos outros.

Pus-me, então, a louvar as instituições utopianas e a narrativa feita. Depois tomei pela mão o narrador, a fim de levá-lo a cear, e prometi que, de outra feita, teríamos ocasião de meditar mais profundamente sobre essas matérias, e de juntos conversar mais demoradamente.

Praza a Deus que isto aconteça algum dia!

Porque, se de um lado não posso concordar com tudo o que disse este homem, aliás incontestavelmente muito sábio e muito hábil nos negócios humanos, de outro lado confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que eu aspiro ver estabelecidas em nossas cidades.

Aspiro, mais do que espero.

****

{1}Perigoso penhasco no mar de Messina, vizinho a uma voragem não menos perigosa chamada pelos antigos de Caribdis. Os poetas antigos contavam que ali morava um monstro – Cila – devorador dos navegantes.

{2}Outros seres legendários que enchiam a imaginação dos antigos.

{3} Provavelmente o autor queria referir-se a algum derivado dos Selenitas, supostos habitantes da lua

Lesfrigões: gigantes antropófagos, habitantes da Sicília, que comeram vários companheiros de Ulisses, segundo a mitologia homérica.

{4}Tirano de Siracusa (405-368 a.C.) Platão, em consequência de intrigas, foi preso por este da primeira vez que esteve naquela cidade. Da segunda vez que ali esteve o fez como conselheiro do filho do tirano (368-343 a.C.), que sucedeu ao pai no trono. Também desta vez Platão não se deu bem na corte, teve que abandonar as suas funções e voltar à Grécia.

{5}Fabricius, general romano, cônsul em 282-275 a.C. Morreu tão pobre que o Estado foi forçado a fazer-lhe os funerais

{6}Philarca, de phil ou philo (amigo), prefixo grego significando que ama.